

Relatório da Prestação de Contas **2021**

ÍNDICE

Nota do Presidente	3
1. INTRODUÇÃO	7
2. CONTEXTO MACROECONÓMICO	8
2.1 ECONOMIA MUNDIAL	8
2.2 ZONA EURO	11
2.3 ECONOMIA PORTUGUESA	13
3. PRINCIPAIS RESULTADOS	15
4. ATIVIDADES	17
4.1 COESÃO E AÇÃO SOCIAL	18
4.2 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	27
4.3 INOVAÇÃO	34
4.4 CULTURA	37
4.5 URBANISMO E HABITAÇÃO	40
4.6 EDUCAÇÃO	46
4.7 JUVENTUDE E NOVAS GERAÇÕES	48
4.8 TURISMO	50
4.9 SEGURANÇA	52
4.10 DESPORTO E ANIMAÇÃO	55
4.11 MOBILIDADE	59
4.12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	66
4.13 GOVERNÂNCIA	75
5. RELATÓRIO FINANCEIRO	91
5.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL	91
5.1.1 Equilíbrio Orçamental	91
5.1.2 Principais indicadores	93
5.2 ANÁLISE DA DESPESA	96
5.2.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa	96
5.2.2. Execução orçamental da despesa	99
5.2.3. Evolução da despesa.....	103
5.2.4 Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	109
5.2.5 Plano das Atividades mais Relevantes	115

5.2.6	Grandes Opções do Plano	119
5.3	ANÁLISE DA RECEITA	121
5.3.1.	Alterações e revisões orçamentais da receita	121
5.3.2.	Execução orçamental da receita	121
5.3.3.	Evolução da receita	124
5.3.3.1	Receita Global	124
5.3.3.2	Receita Fiscal	126
5.3.3.3	Receita Não Fiscal	128
5.3.3.3.1	Receita Corrente	128
5.3.3.3.2	Receita Capital.....	129
5.4	MOVIMENTOS DE TESOURARIA	130
6	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA	131
6.1	ANÁLISE DO BALANÇO	131
6.2.	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	138
6.3	ENDIVIDAMENTO	142
6.4	PANDEMIA COVID-19	143
6.5	INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA	147
6.6.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	147
7.	CONTABILIDADE DE GESTÃO	148
7.1	ANÁLISE DE GASTOS POR CENTRO DE RESPONSABILIDADE	149
7.2	GASTOS AMBIENTAIS	150
7.3	ANÁLISE DOS RENDIMENTOS GERAIS	150
7.4	RESULTADOS ECONÓMICOS	151

Nota do Presidente

A análise das contas de 2021 tem que ser efetuada tendo em conta a continuidade da crise pandémica que assola o mundo, as alterações que a mesma provocou na economia, na esfera da vida social e nos níveis de inclusão na vida urbana. O Porto personificou o carácter das cidades que não se deixam abater, aquelas cidades que, tendo vivenciado nos últimos anos um momento ímpar de crescimento, prosperidade e dinamismo demonstram capacidade de encarar de frente a crise em termos socioeconómicos, sanitários, garantindo a vida cultural e mantendo uma sustentabilidade financeira que não hipoteca o futuro.

Assim confrontados, quis este Executivo que essa incerteza não fizesse perigar as propostas que havíamos feito à cidade para 2021, assentes nas traves mestras da política sufragada pelos portuenses em 2017.

Apesar de ser muita a incerteza, tal não impediu que assumíssemos, sem hesitações e com uma gestão dos riscos bem equilibrada, mas também com a capacidade de não ter medo de ser pioneiro no fazer acontecer, a dianteira no pronto apoio ao combate dos efeitos da pandemia, antecipando o impacto sanitário e as suas consequências económicas e sociais mais imediatas.

Assumimos, mais uma vez uma política orçamental contra cíclica, abdicando de receita própria sem descurar a necessidade de concretizar o investimento previsto e de aumentar a despesa com medidas de suporte social, económico e cultural, mandatando-se as empresas municipais para a aplicação de medidas de igual natureza.

Assim, no último ano do meu segundo mandato e no início do meu último mandato à frente do Executivo Municipal, a cidade beneficiou, mesmo, da forte consciência da necessidade de manter sempre o foco na sustentabilidade das políticas municipais, criteriosamente introduzidas e desenvolvidas ao longo destes últimos anos e expressa na solidez das contas municipais que mais uma vez assim se apresentam para o ano de 2021.

Em 2021, o Município do Porto apresentou resultados positivos, evidenciando o contínuo esforço de consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Em síntese destaca-se uma taxa de execução do orçamento da receita cobrada de cerca de 106% e uma taxa de execução do orçamento da despesa paga de perto de 80%. Note-se que tivemos um aumento da receita total de 10,8% - cerca de 35,3 milhões de euros - face a 2020; as receitas fiscais aumentaram 15,8 M€ (+ 10,6%) -

Impostos diretos aumentaram 13,1 M€ (+10,6%) e taxas, multas e outras penalidades com aumento de 2,7 M€ (+10,7%), continuando a ser as receitas fiscais as receitas com o peso mais significativo nas receitas correntes. De notar o inesperado, face à conjuntura económica, aumento do IMT em cerca de 15 M€.

Ao nível das despesas verifica-se um aumento de 17,9%, correspondendo a 41,5 milhões de euros relativamente a 2020, sendo que os três grandes pilares da estratégia deste Executivo “Coesão e Ação Social”, “Economia e Desenvolvimento Social” e “Cultura” representaram 23,2% da execução do orçamento, com um aumento de 21,2% (11,1 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

Neste ano, observamos um acréscimo do Investimento no montante de 10,3 milhões de euros face a 2020, com o valor total de cerca de 81 M€, representando 30% da despesa total. Aqui destacam-se os investimentos realizados pelas empresas municipais GO Porto e DomusSocial em particular na melhoria da mobilidade e infraestruturas, no Mercado do Bolhão, nas escolas e na reabilitação de bairros de rendas apoiadas.

Por último, realçamos que o prazo médio de pagamentos de fornecedores é de 9 dias, em linha com um dos objetivos do Município de manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores, e que o endividamento líquido a curto prazo do Município é de - 115 M€.

De entre um conjunto de medidas de apoio a cidadãos em situação de extrema fragilidade e pobreza, reforçámos a oferta alimentar a pessoas em situação de sem-abrigo servindo cerca de 188 mil refeições na rede municipal de restaurantes solidários, prosseguimos a reabilitação do nosso edificado municipal com intervenção em nove bairros de renda apoiada, reabilitámos cerca de 353 habitações devolutas, atribuímos casa a 401 famílias carenciadas (o dobro do ano transato), apoiámos dezenas de associações da cidade com trabalho na área social, cultural e desportiva através da disponibilização da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto e do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense.

Iniciativas sempre insuficientes, mas essenciais para apoiar a segurança e a qualidade de vida dos munícipes mais carenciados, garantindo a sua inclusão, evitando o desenraizamento num momento tão crítico que a quebra da atividade económica tendeu a acentuar.

No campo económico e de desenvolvimento social, prosseguimos o apoio e a proteção dos nossos comerciantes históricos através da iniciativa ‘Porto de Tradição’, e mantivemos a linha Revitaliza Porto. – em vigor até maio de 2021 - e o serviço de

atendimento *online* da InvestPorto que lhe seguiu atenderam pedidos de 194 empresas com operações no Porto.

A atividade de dinamização económica e atração de investimento registou um forte incremento, alicerçado na recuperação do investimento na região do Porto. No total, 339 entidades com 397 projetos de investimento direto no Porto beneficiaram dos serviços de apoio e acompanhamento municipal, um aumento de 18% face a 2020. Tal traduziu-se num volume de investimento recorde estimado em 1,3 milhões de euros, e 3.305 novos postos de trabalho criados. Destaca-se a recente distinção pelo ranking “fDi European Cities and Regions of the Future 2022/23” da revista fDi Intelligence, do grupo Financial Times. A publicação especializada em investimento internacional considerou o Porto a terceira cidade europeia de média dimensão com melhor estratégia de atração de IDE, uma subida de duas posições face a 2020/21.

A crise pandémica veio expor ainda mais as fraquezas no setor cultural e, simultaneamente, demonstrar o quão necessário é esta atividade para as populações, para o seu desenvolvimento e enriquecimento pessoal e social. Com um investimento superior a 15 milhões de euros, 2021 continuou a ser um ano atípico fruto das limitações causadas pela pandemia e do conseqüente encerramento ao público dos espaços culturais. No âmbito da dinamização da cultura, consolidou-se o projeto Museu da Cidade com a abertura do Reservatório (Estação 1), a reabertura da Extensão do Douro (Estação 11), com a exposição “Douro: Terra e Atmosfera” e o redesenho da extensão do Romantismo (Estação 4), com a exposição “Quando a Terra voltar a brilhar verde para ti”. Os museus, bibliotecas e o arquivo receberam mais de 211 mil visitantes e participantes em atividades.

Incontornáveis, também, são projetos como o Matadouro, que após meses de retrocessos e imbrólios administrativos pôde avançar, a reabilitação do Mercado do Bolhão, a construção do Terminal Intermodal de Campanhã, a requalificação do cinema Batalha. Projetos âncora deste Executivo, há décadas desejados pelos portuenses e que irão reconfigurar e rejuvenescer as respetivas áreas de implantação, mudando o panorama cultural, social e económico da cidade de forma inequívoca e irreversível.

De forma empreendedora, aguerrida, participativa e proactiva, fomos capazes de adaptar-nos a um contexto de enormes dificuldades. Soubemos fazer das fraquezas forças, redesenhámos e reinventámos processos, através de uma gestão de recursos rigorosa, cautelosa e planeada, com uma colaboração escrupulosa de todos os trabalhadores do universo municipal, incansáveis no seu espírito de missão.

Mantivemo-nos centrados no que é realmente importante: o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes. Neste sentido, investimos fortemente no espaço público e verde, tendo sido iniciadas as obras de expansão e beneficiação do Parque de S. Roque, a requalificação da Praça de Pedra Verde, o início da requalificação do espaço de jogo e recreio de Bessa Leite, a requalificação da Rua da Quinta, a Horta da Bela Vista e um conjunto de intervenções no Parque da Cidade como a substituição da conduta de rede de rega, a criação de estadia e acabamento do Anfiteatro e a reparação e valorização das margens do Lago I. Procedeu-se à construção de um parque infantil na Praça da Corujeira, à abertura do espaço de jogo e recreio do Bairro do Falcão e ainda à abertura de um procedimento de contratação para a criação de um novo espaço de jogo e recreio em Ramalde.

Com mais um voto de confiança por parte da cidade este Executivo fecha 2021 com as “boas contas”, as “contas à moda do Porto”, que nos permitem deixar à Cidade, sem onerar ou comprometer as gerações vindouras, a garantia de uma cidade mais sustentável, mais segura, mais solidária e mais inclusiva.

Enfrentar mais um ano atípico, com eleições autárquicas a acontecer, uma crise política nacional a nascer após a tomada de posse deste Executivo, não nos afastou dos objetivos que propusemos à cidade com um orçamento assente nos pilares da política sufragada em 2017 e renovada em 2021 e cuja prestação de contas agora apresentamos.

Rui Moreira

1. INTRODUÇÃO

Dispõe a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que os documentos de prestação de contas separadas são apreciados pelo órgão deliberativo. Dispõe ainda o mesmo normativo que as contas consolidadas podem ser aprovados em momento diferente do das contas do município.

Considerando-se o disposto no art.º nº 3 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2021. O mesmo foi elaborado tendo subjacente a Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 1, que define a estrutura e conteúdo das Demonstrações financeiras, e a NCP nº 26 relativa à contabilidade e relato orçamental.

As demonstrações financeiras e de desempenho orçamental agora apresentadas são uma representação fidedigna do desempenho financeiro e orçamental do Município do Porto no decurso do ano económico de 2021.

2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

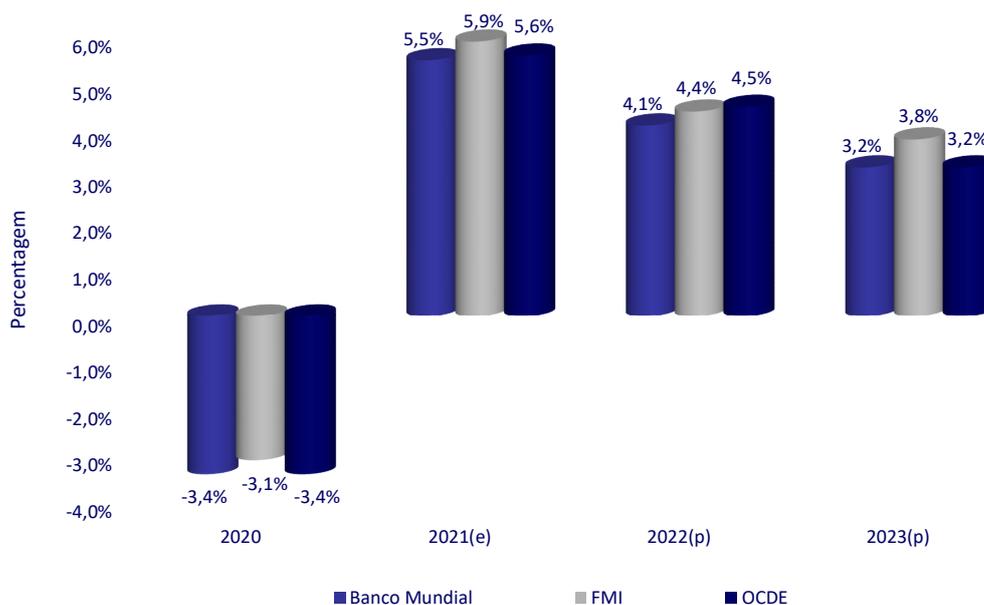
2.1 ECONOMIA MUNDIAL

A recessão mundial registada em 2020 é a maior desde a Grande Depressão de 1929 e o seu impacto é ainda notado nos valores registados em 2021. A pandemia continuou a afetar a atividade económica no decurso do ano de 2021, com especial impacto nos períodos em que foram registadas as variantes Delta e Ómicron da SARS-CoV-2/ Covid-19, o que levou novamente à imposição de políticas restritivas à circulação. As principais instituições internacionais estimam que o PIB mundial tenha crescido entre 5,5% e 5,9% em 2021, face ao ano anterior, correspondendo a estimativa mais positiva ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a menos otimista ao Banco Mundial.

As projeções para o crescimento do PIB mundial para o ano de 2022 mais recentes (efetuadas em janeiro de 2022) são relativamente menos positivas, em comparação com as previsões para o mesmo período realizadas em 2021. De acordo com as projeções do FMI, o PIB mundial deverá crescer menos 0,5 pontos percentuais em 2022 do que o que foi projetado em outubro de 2021, apontando para um crescimento de 4,4%. O Banco Mundial é ligeiramente mais conservador, prevendo que a taxa de crescimento do PIB mundial ronde os 4,1%, o que se traduz em menos 0,2 pontos percentuais do que o previsto em junho de 2021.

A figura 1 destaca a previsão de abrandamento no ritmo de crescimento do PIB mundial para os anos 2022 e 2023, face à grande recuperação registada em 2021, após a abrupta descida de 2020 resultante da pandemia.

Figura 1- Projeção do PIB Mundial

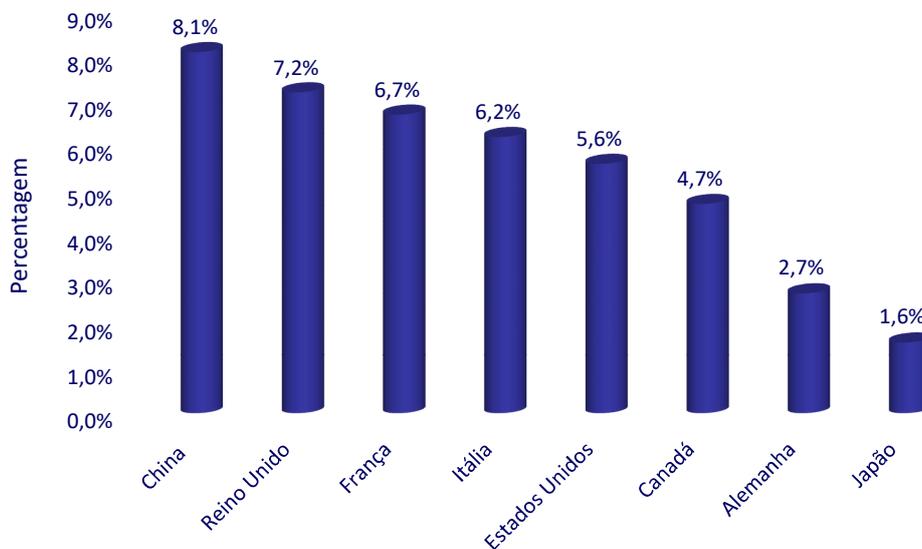


(e)-estimativa, (p)-projeção

Fonte: FMI World Economic Outlook (janeiro de 2022), Banco Mundial - Global Economic Prospects (janeiro de 2022) e OCDE Economic Outlook No. 110 (dezembro de 2021)

O FMI estima que, ao nível das maiores economias mundiais, a China registe a taxa de crescimento mais elevada para 2021, com 8,1%, seguida do Reino Unido, com 7,2%, da França, com 6,7% e da Itália, com 6,2%. Em 5.º lugar, surgem os Estados Unidos da América, com 5,6%, cerca de 0,3 pontos abaixo da estimativa para a taxa de crescimento mundial (figura 2).

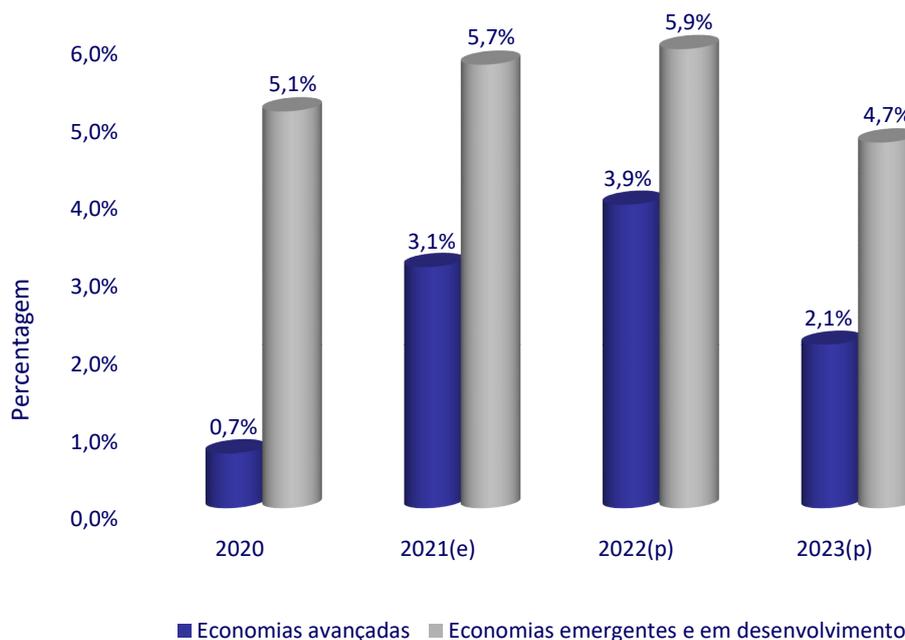
Figura 2 - Estimativa do PIB das maiores economias mundiais (2021)



Fonte: FMI World Economic Outlook (janeiro de 2022).

A crescente escalada de preços da energia e a redução da oferta resultaram num crescimento da taxa de inflação nas economias avançadas (EUA, Alemanha, França, Itália, Espanha, Japão, Reino Unido, Canadá) sendo o crescimento mais expressivo nas economias emergentes e em desenvolvimento (China, Índia, Rússia, Brasil, México, Arábia Saudita, Nigéria e África do Sul), como mostra a figura 3.

Figura 3 – Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes



(e)-estimativa, (p)-projeção

Fonte: FMI World Economic Outlook (janeiro de 2022).

Esta pressão inflacionista decorrente da retoma pós-pandemia deverá ainda agravar-se, em resultado do maior conflito armado na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, que se consubstanciou na invasão militar da Rússia à Ucrânia. Neste cenário de tensões geopolíticas criadoras de grande incerteza, toda a economia global sofrerá efeitos colaterais devido ao aumento dos preços da energia e da alimentação, sendo os dois países intervenientes responsáveis por 30% das exportações mundiais de trigo, 20% das exportações mundiais de milho, fertilizantes minerais e gás natural e 11% das exportações mundiais de petróleo, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

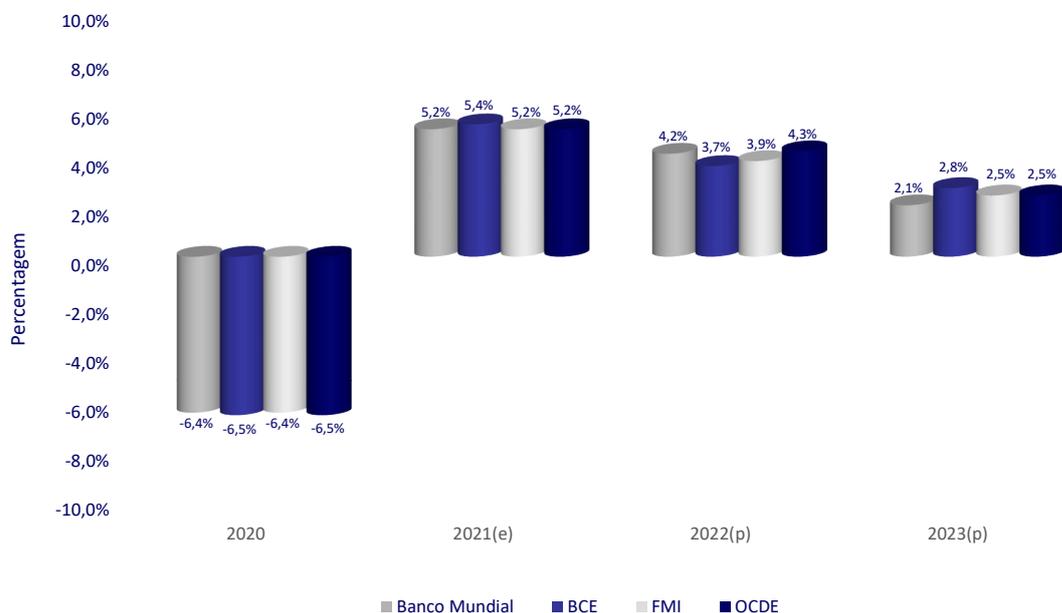
A destruição de infraestruturas como aeroportos e portos marítimos, assim como estradas e pontes, poderá intensificar disrupções ao nível das cadeias mundiais de abastecimento.

2.2 ZONA EURO

A estimativa do PIB para 2021, na Zona Euro, situa-se entre os 5,1% e os 5,2%, traduzindo um crescimento menos acelerado do que a média mundial. A recuperação económica dos países da área do euro, face a 2020, superou a recuperação mundial, que se estima entre os 8,9 e os 9,0 pontos percentuais, singrando-se num crescimento estimado de 11,5 a 11,7 pontos percentuais.

As projeções de crescimento para o período de 2022 a 2023 registam uma tendência decrescente, prevendo-se que a Zona Euro cresça, em 2023, entre os 2,1% e os 2,8%, como se observa na figura 4. A projeção mais conservadora para o ano 2022 é a mais recente, de março de 2022, apresentada pelo Banco Central Europeu (BCE), que já traduz uma avaliação inicial do impacto do conflito armado na Ucrânia na economia da área do euro.

Figura 4 - Projeção do PIB na Zona Euro



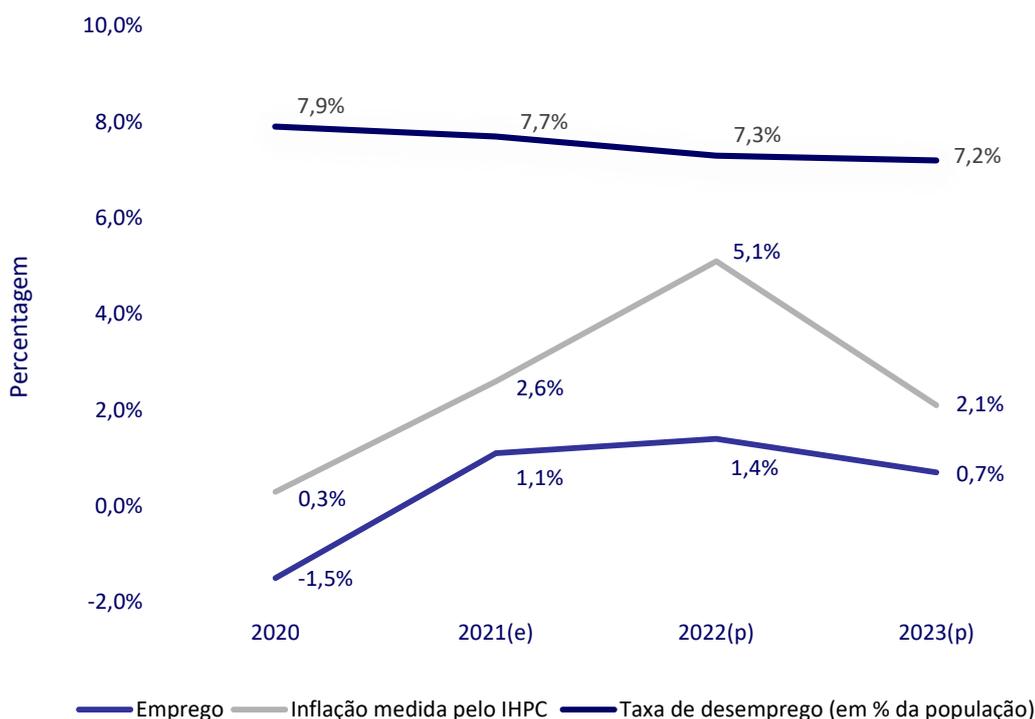
(e)-estimativa, (p)-projeção

Fonte: FMI World Economic Outlook (janeiro de 2022), Banco Mundial - Global Economic Prospects (janeiro de 2022), OCDE Economic Outlook No. 110 (dezembro de 2021) e BCE - Projeções macroeconómicas para a área do euro (março de 2022).

O BCE tem como objetivo manter uma taxa de inflação reduzida, tendo como referência uma taxa de 2,0%. Até 2020, têm-se registado valores muito reduzidos, quase sempre próximos de zero, tendo este ciclo sido interrompido, em 2021, com uma taxa de inflação estimada de 2,6% para a Zona Euro. A projeção para 2023 é ainda mais pessimista, prevendo que se atinjam os 5,1%, um aumento de 1,9 pontos percentuais face à anterior projeção do BCE, de dezembro de 2021, que apontava um valor de 3,2%.

A taxa de desemprego regista uma tendência decrescente, mas a ritmo lento, estimando-se uma recuperação de 0,2 pontos percentuais face a 2020. A figura 5 ilustra as projeções para as variações do emprego, da taxa de inflação e da taxa de desemprego.

Figura 5 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro



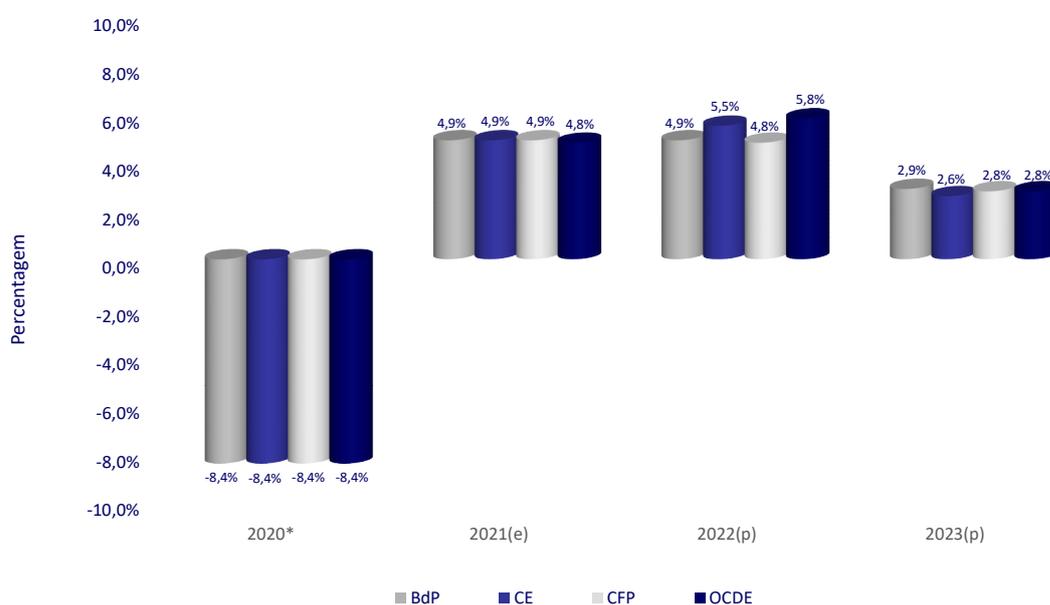
(e)-estimativa, (p)-projeção

Fonte: BCE - Projeções macroeconómicas para a área do euro (março de 2022).

2.3 ECONOMIA PORTUGUESA

As projeções para o crescimento da economia portuguesa em 2021 variam entre os 4,8% e os 4,9%, esperando-se que se atinjam, em 2022, valores compreendidos entre 4,8% e 5,8%, correspondendo a projeção mais conservadora ao Conselho das Finanças Públicas (CFP) e a mais otimista à OCDE. Para 2023, prevê-se um abrandamento do ritmo de crescimento, projetando-se valores mais moderados na ordem dos 2,6% a 2,9%, tal como se destaca na figura 6.

Figura 6 - Projeções do PIB em Portugal



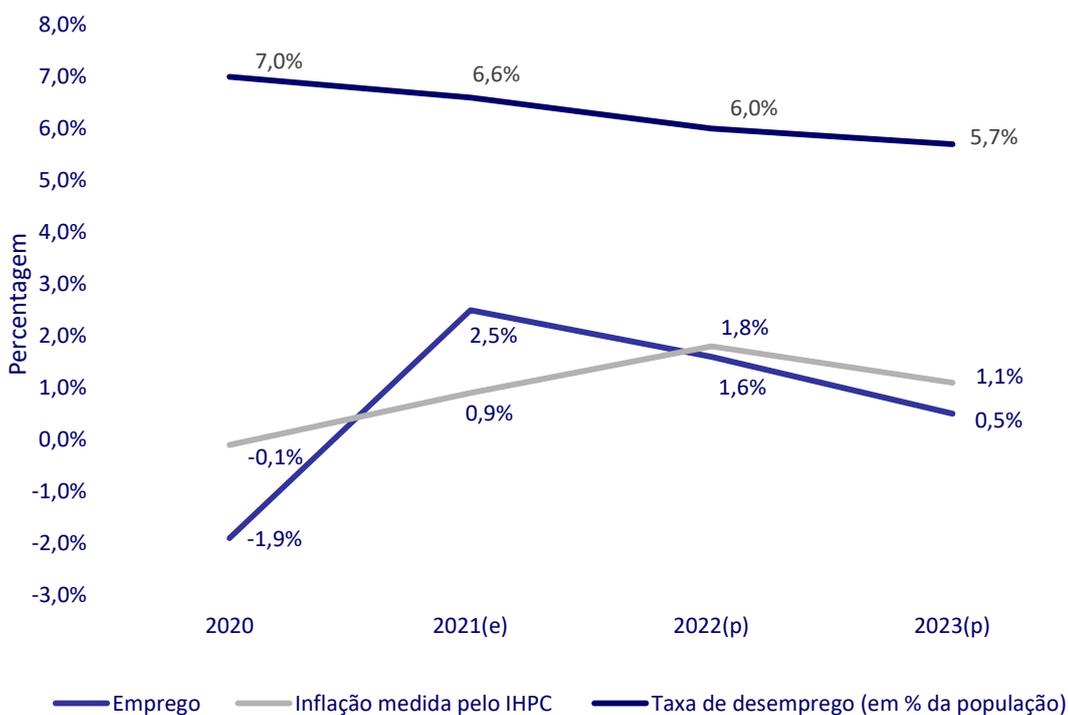
(e)-estimativa, (p)-projeção *dados do INE

Fonte: Fonte: BdP - Boletim Económico (março de 2022), CE - Winter 2022 Economic Forecast (fevereiro de 2022), CFP - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2022-2026 (março de 2022) e OCDE - Economic Outlook No. 110 (dezembro de 2021).

A recuperação da atividade económica, em 2021, traduz-se numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores à situação pré pandemia, estimando-se que atinja os 6,6%, ficando abaixo da média da Zona Euro. A taxa de desemprego apresenta uma tendência decrescente, prevendo-se que, em 2023, já se situe abaixo dos 6,0%. A figura 7 sintetiza as projeções ao nível do emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal, apresentadas pelo Banco de Portugal (BdP), em março de 2022.

As estimativas e projeções do BdP apontam para um aumento da inflação em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, prevendo-se uma redução em 2023, para 1,1%, ficando estes valores bastante abaixo dos valores apresentados para a Zona Euro.

Figura 7 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal



(e)-estimativa, (p)-projeção

Fonte: BdP - Boletim Económico (março de 2022).

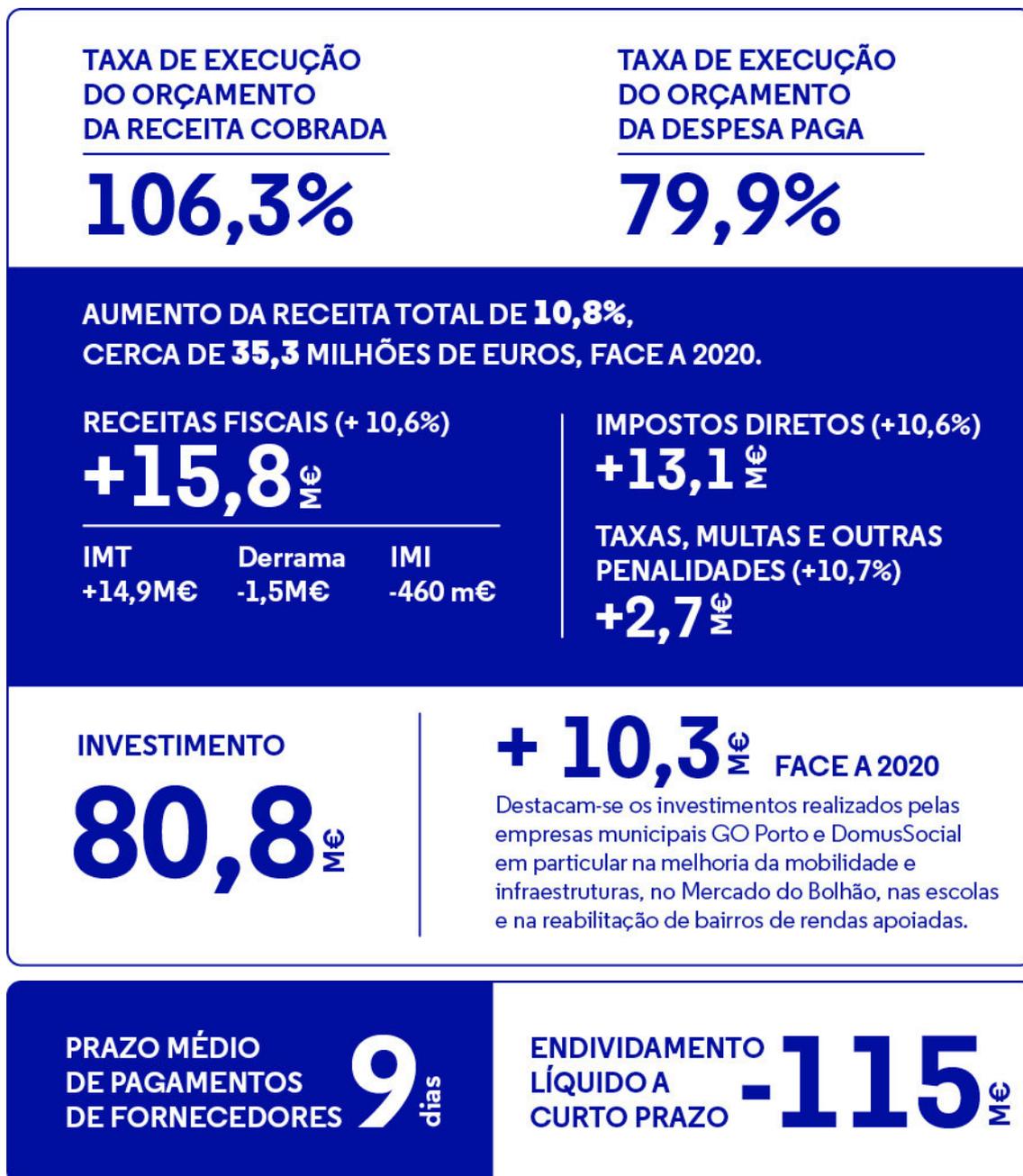
A evolução da economia está condicionada, no curto prazo, pela evolução da situação pandémica, nomeadamente, o aparecimento de novas variantes e a necessidade de aplicação de eventuais medidas mais restritivas.

É impossível dissociar as sucessivas interrupções nas cadeias de fornecimento registadas em 2021, aliadas a uma insuficiência de matérias-primas e outros bens e ao aumento dos custos energéticos, a nível mundial, do crescimento dos níveis de inflação, inclusive a nível nacional. Quanto à produção interna, estima-se que a economia portuguesa mantenha o ritmo de recuperação, atingindo, na primeira metade de 2022, os níveis pré-pandemia.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

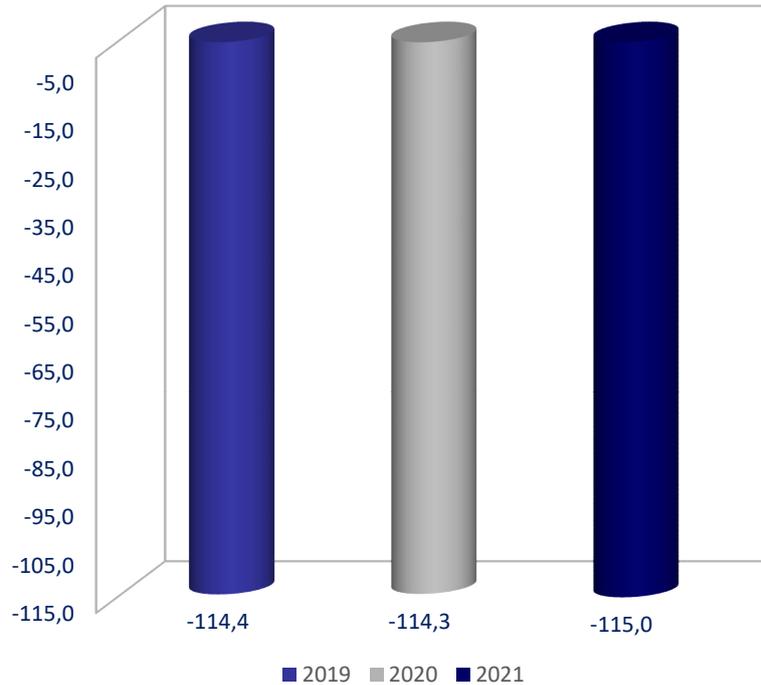
Em 2021, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em síntese destaca-se:



A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, continuou a registar valores negativos.

Figura 8 – Dívida Líquida de curto prazo



Em dezembro de 2021, os créditos do Município do Porto para com terceiros superam o valor da dívida bruta, o que, adicionados das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 115 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (24 milhões de euros) do que a pagar (1,5 milhões de euros).

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 26,2 milhões de euros.

4. ATIVIDADES

Em 2021, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o mandato 2017-2021, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par do desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregaram-se em 13 objetivos estratégicos transversais ao município, cujas dotações foram sendo ajustadas para incorporar as medidas de política local de mitigação dos efeitos da crise pandémica, que se passam a analisar, relativamente ao ano económico em apreço.

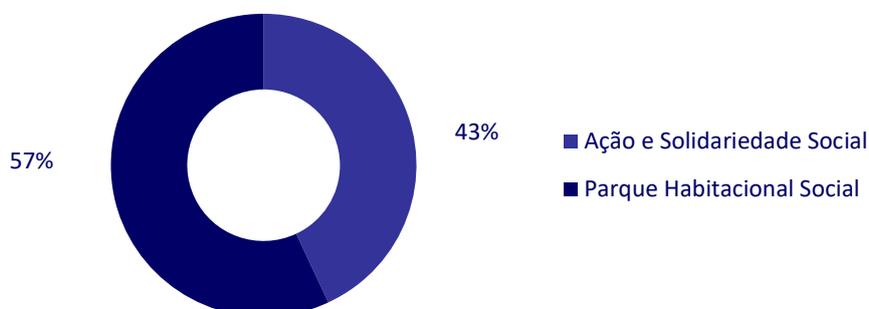
Quadro 1 - Despesa por objetivos

Objetivo	Orçamento	Pago	%
	€	€	
Coesão e Ação Social	36 450 562,43	31 280 014,52	85,8%
Economia e Desenvolvimento Social	17 792 455,54	16 376 175,93	92,0%
Inovação	3 791 937,83	2 740 982,13	72,3%
Cultura	18 510 692,88	15 744 083,23	85,1%
Urbanismo e Habitação	27 654 250,06	12 805 484,40	46,3%
Educação	13 039 634,77	11 379 590,99	87,3%
Juventude e Novas Gerações	209 641,06	137 176,98	65,4%
Turismo	3 915 708,79	1 971 339,82	50,3%
Segurança	6 561 165,41	4 400 468,97	67,1%
Desporto e Animação	10 553 795,96	8 522 396,91	80,8%
Mobilidade	50 556 260,72	30 655 224,20	60,6%
Ambiente e Qualidade de Vida	23 605 527,34	19 500 492,70	82,6%
Governância da Câmara	129 554 722,61	117 753 888,74	90,9%
Total	342 196 355,40	273 267 319,52	79,9%

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

4.1 COESÃO E AÇÃO SOCIAL

Figura 9 – Coesão e Ação Social



O objetivo estratégico Coesão e Ação Social, um dos pilares centrais das políticas públicas desenvolvidas pelo Município do Porto, que se operacionaliza, fundamentalmente, pela empresa municipal Domus Social, EM e pelo Departamento Municipal de Coesão Social, integra os programas Parque Habitacional Social, onde foram aplicados 17,8 milhões de euros, e Ação e Solidariedade Social, que executou 13,5 milhões de euros.



534 idosos isolados integrados no programa **CHAVE DE AFETOS**, uma solução com componente tecnológica e humana de monitorização contínua

Apoio de **300m€** a 10 entidades de cariz social através do **FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO PORTUENSE**

Criação do programa **“PAUSAS BREVES PARA CUIDAR MELHOR”** e de ações de capacitação que beneficiou **45** cuidadores informais

Disponibilização da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto, com uma dotação de **74m€** para **74** ENTIDADES DE CARIZ SOCIAL

A estrutura residencial temporária de retaguarda permitiu o isolamento de **65** pessoas COVID-19 NEGATIVAS, DE NOVE LARES, NA POUSADA DA JUVENTUDE

Programa Municipal de Promoção de Literacia em Saúde contou com cerca de **9.000** pessoas nas **16** ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM DIFERENTES ENTIDADES

Manutenção do Centro de Alojamento de Emergência Covid-19 para acolhimento de **89** pessoas EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Considerando que compete à empresa municipal Domus Social, EM executar as políticas públicas de habitação definidas pelo Município, promovendo o desenvolvimento económico e reforçando a coesão social, importa destacar a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) bem como os instrumentos legais conexos que têm merecido particular atenção por parte deste Município e que condicionam e condicionarão as políticas públicas de habitação e que levaram à aprovação, nos finais de 2019, da Estratégia Local de Habitação (ELH).

Na sequência dessa aprovação, o Município do Porto dotou-se de um instrumento de planeamento original que fundamentou o Acordo de Colaboração celebrado em novembro de 2020 com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU, IP) que prevê que até, ao final de 2025, se efetue o realojamento de 1.740 famílias. Em 2021 o Município candidatou 180 famílias para obtenção do financiamento consagrado no acordo em causa e até ao final do ano foram ainda consideradas elegíveis mais 62.

O Parque de Habitação Pública Municipal é constituído por 13 mil fogos, onde residem aproximadamente 30 mil pessoas (573 edifícios com 12.394 fogos, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às Casas do Património, do ex - Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo/Centro Histórico (CRUARB/CH) e da ex – Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP)).

De grande significado e praticamente concluído, continuou o investimento na reabilitação do “envelope” dos edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, relevando os aspetos da eficiência energética e de conforto térmico dos edifícios e dos fogos onde reside cerca de 12% população do Porto.

Com um investimento global que ultrapassa os 16,5 milhões de euros, durante o ano foram concluídas as intervenções de reabilitação e manutenção nos bairros do Carriçal, Cerco do Porto (33), Contumil (2), Falcão (11), Francos e Regado (12 a 23) e encontram-se em execução as empreitadas no Cerco do Porto (1 a 3, 7, 8, 10, 16, 17, 19 e 20), Falcão (10 e 12 a 15), Pasteleira (2 a 15 e 17 a 22) e São João de Deus (24 fogos).

Decorre ainda a empreitada de conclusão da Maceda (construção nova de 16 fogos), com um valor contratual que ascende a 991 mil euros, e a construção nova de um fogo em São João de Deus.

Em fase de contratação encontravam-se as empreitadas da Pasteleira (16 e 23 a 27) e Fonte da Moura (1 a 3, 7 a 16, 27 e 28), cujo valor de investimento previsto era de 4,7 milhões de euros.

As intervenções mantêm-se em aberto às “casas do património”. Assim, foi concluída a intervenção na Rua do Comércio do Porto, 135 a 139, e na Rua de D. João IV, 792 e 800, e estavam em curso outras na Rua da Arménia, 73 e 75, e na Rua da Vitória, 281 e 283. A empreitada dos edifícios na Rua de Tomás Gonzaga, 16 a 38, foi suspensa.

Em fase de contratação encontrava-se, em 2021, a empreitada de reabilitação localizada na Rua do Dr. Barbosa de Castro, 10 a 14.

Encontram-se em elaboração os projetos de reabilitação e manutenção dos edifícios na Rua de S. Miguel, 47 a 51, Rua de São Brás, 251 a 261 e 263, bem como no Bairro Social da Arrábida e na Colónia Operária de Viterbo de Campos.

Relativamente às intervenções no espaço público dos bairros do Parque de Habitação Pública Municipal, foi concluída a primeira fase da intervenção no Falcão (edifícios 1 a 9), cujo valor global de investimento previsto ascende a cerca de 1,3 milhões de euros assim como o projeto do espaço público dos edifícios 10 a 15. Em elaboração estão os projetos de intervenção no espaço público dos bairros do Aldoar, Bom Pastor e Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Maceda e Monte da Bela. O investimento previsto ascende a 20 milhões de euros.

Foram lançadas diversas empreitadas com vista à reabilitação do interior de casas devolutas, tendo sido concluídas 353 habitações (107 T1, 119 T2, 97 T3 e 30 T4), 342 delas habitações do parque clássico de habitação social e 11 “casas do património”. O valor de execução global foi de 3,14 milhões de euros (cerca de 8,9 mil euros por fogo). Encontravam-se, ainda, em processo de reabilitação interior 59 fogos com valor adjudicado superior a 479 mil euros.

No domínio da manutenção, foram mantidas as rotinas de inspeção/manutenção de diversos elementos, principalmente coberturas, bem dos equipamentos e instalações eletromecânicas.

Ainda no âmbito da política habitacional é de relevar a promoção da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tentando-se minimizar as situações de pobreza e exclusão social e as deficientes condições de habitação, assim como a incapacidade para recorrer ao mercado privado de arrendamento. Em 2021, foram instruídas 1.052 candidaturas a habitação social municipal e foram atribuídas 401 casas, 271 a novos agregados e 130 transferências, sobretudo por razões de saúde, mobilidade e adequação de tipologia.

Em janeiro 2021, foi aprovada a 9.^a edição do Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, que intervém no Apoio à Habitação, Apoio à Inclusão dos Cidadãos com Deficiência e Solidariedade Social, com uma dotação global de cerca de 2,7 milhões de euros para apoiar pessoas e famílias em situação de grave dificuldade financeira, na sua obrigação de pagamento de renda ou prestação bancária relativa a habitação.

Em fevereiro de 2021, o Município do Porto aprovou o Contrato-Programa “Porto Solidário 2021-2022-2023”, nos termos do qual, a Domus Social fica vinculada à gestão integral deste programa, contando para tal com um montante global de cerca

de oito milhões de euros, repartido em subsídios no valor de aproximadamente 2,7 milhões de euros por ano.

Na 9.^a edição, verificou-se que o valor médio dos encargos dos candidatos com habitação situa-se em 341,12 euros, e que 96,3% residem em habitações em regime de arrendamento privado. O valor médio do apoio mensal é de 199,51 euros. Até à data, o Município já apoiou mais de 3.897 famílias num total que ultrapassa os 10,5 milhões de euros.

Ao longo de 2021, deu-se continuidade às políticas ativas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e implementaram-se ações que visam promover a inclusão social.

É o caso do “Porto. Importa-se”, uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da Domus Social, EM. Em parceria com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), foram efetuadas visitas a cerca de 235 idosos durante o primeiro semestre de 2021, abrangendo um total de 1.447 agregados familiares. O risco de isolamento social, agravado pelas medidas de confinamento obrigatório e restrição dos contactos sociais, constituiu o contexto deste acompanhamento. Todas as situações de extremo isolamento social foram sinalizadas e tratadas conjuntamente com as entidades da rede de apoio local.

No decurso do ano, foi criada uma nova Residência Partilhada. Este projeto, dinamizado em articulação com as Juntas e Uniões de Freguesias, procura responder à necessidade de encontrar novas respostas para algumas das carências identificadas na população mais idosa e vulnerável. Pretende-se disponibilizar uma alternativa viável à precoce institucionalização em lares e, simultaneamente, combater a solidão através dos afetos. Existem já oito residências partilhadas em funcionamento no Parque de Habitação Pública Municipal, dando apoio a 21 idosos.

No âmbito da candidatura ao Programa Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA), a empresa municipal dinamizou ações de capacitação dirigidas aos gestores de entrada do Programa ConDomus, implementou três Residências Artísticas dinamizadas por jovens de comunidades desfavorecidas, assim como atividades de experimentação e desenvolvimento de competências no âmbito das artes urbanas, levou ao palco do Coliseu do Porto o espetáculo TODOS, dirigido aos parceiros do AIIA, assim como aos moradores de habitação social, tendo abrangido cerca de 900 pessoas.

Inserido no Programa Integrado de Inovação e Experimentação Social e de Animação Territorial do Porto, o AIIA é financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), Eixo Prioritário Inclusão Social e Pobreza.

Durante o ano de 2021 manteve-se a limitação à execução da atividade prevista pelo Departamento Municipal de Coesão Social (DMCS), fruto da pandemia Covid-19 e dos estados de emergência decretados. No entanto, fruto da experiência adquirida, foi possível ajustar com maior facilidade as iniciativas para o formato à distância e, em alguns casos, desenvolver iniciativas em formato híbrido, o que permitiu alcançar um maior número de participantes.

Assim, garantiu-se a continuidade da maioria dos projetos dirigidos à população mais vulnerável, nomeadamente a população idosa, as crianças, os jovens em risco e as suas famílias, as vítimas de violência doméstica, a população migrante e minorias étnicas, as pessoas com necessidades especiais e as pessoas em situação de sem-abrigo.

Dirigido à população idosa, o Programa Aconchego integrou 20 aderentes. Outros 534 idosos fizeram parte do projeto Chave de Afetos, que, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) e em articulação com a Domus Social, EM, disponibiliza uma solução integrada, com componente tecnológica e humana, para monitorizar as pessoas idosas de forma contínua, diminuindo o número de situações de isolamento.

Em atividades para jovens em risco, 105 alunos participaram no “Música para Todos”, juntando-se, depois, à Music’All – Orquestra Juvenil de Bonjóia, um agrupamento com 171 elementos.

Durante as férias, 72 jovens institucionalizados em resposta de Acolhimento Residencial participaram em atividades desportivas na iniciativa “Missão Férias”.

O Gabinete de Inclusão atendeu 234 pessoas com necessidades especiais, com vista à melhoria da sua qualidade de vida e ao pleno exercício da sua cidadania.

No âmbito do projeto de Mediadores Municipais Interculturais para a inclusão das comunidades migrantes e das comunidades ciganas, foram abrangidas mais de 6.000 pessoas nas atividades dinamizadas e foi dada continuidade ao Serviço de Mediação Municipal Intercultural (SMMI).

O Município do Porto continuou a coordenar o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), que reúne mensalmente. A equipa multidisciplinar de rua acompanhou 217 pessoas e o Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano

integrou 62, tendo 30 destas pessoas sido encaminhadas para respostas adequadas à concretização do seu projeto de vida.

Manteve-se em funcionamento o Centro de Alojamento de Emergência Covid-19 para dar resposta de forma célere à declaração do Estado de Emergência, no que diz respeito à proteção desta população, tendo sido acolhidas 89 pessoas. Foi também reforçado o apoio alimentar às populações mais vulneráveis, com mais de 188 mil refeições servidas durante o ano.

No que diz respeito à concretização do Plano Municipal Contra a Violência Doméstica, foram cerca de 216 os participantes nas ações realizadas.

A resposta residencial temporária de retaguarda, criada em 2020 para apoiar lares com surtos ativos Covid-19, permitindo a separação de idosos negativos cuja proteção não estivesse salvaguardada no lar de origem, manteve-se em funcionamento até março de 2021, tendo apoiado nove lares, num total de 65 pessoas idosas.

No âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença foram realizadas ações que promoveram a adoção de estilos de vida saudáveis, com iniciativas, à distância, de sensibilização e educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para tratamento. Destaque para o Programa Municipal de Promoção de Literacia em Saúde, que contou com a participação de cerca de 9.000 pessoas nas 16 atividades desenvolvidas em parceria com diferentes entidades da cidade e o projeto “Porto Sem Diabetes”, no qual se realizaram nove atividades, envolvendo mais de 3.500 participantes.

Promoveram-se iniciativas de capacitação em áreas como estilos de vida saudáveis, acessibilidade e utilização dos serviços de saúde, desenvolvimento de iniciativas de gestão doméstica e comunitárias saudáveis (Oficinas de Saúde), dirigidas a cidadãos residentes nos territórios vulneráveis. Esta capacitação foi feita diretamente com a população e através dos técnicos de proximidade (Oficinas de Saúde para Profissionais). Foram dinamizadas 30 oficinas que envolveram cerca de 350 pessoas.

O Município, enquanto Fast Track City (Cidade na Via Rápida para Acabar com a Epidemia VIH), manteve a implementação da estratégia “Porto, Cidade sem Sida”, tendo envolvido mais de dez mil pessoas nas iniciativas.

Na sequência dos confinamentos decorrentes da pandemia, foi criado o programa “Pausas Breves para Cuidar Melhor”, dirigido a cuidadores informais, que reforça a atuação disponibilizada pelo Município através de Ações de Capacitação para Cuidadores Informais. Este reforço foi complementado por Sessões de Apoio

Emocional. Ao longo do ano, usufruíram das Ações de Capacitação e das “Pausas Breves para Cuidar Melhor” 45 cuidadores informais.

Com o objetivo de adequar a atividade das IPSS, com respostas residenciais, em contexto pandémico/epidémico, foi criado um programa de apoio para a conceção de planos de contingência ajustados às características da entidade; feita a capacitação dos recursos humanos para adoção de comportamentos e atitudes alinhados com as medidas de proteção e segurança previstas; e dado apoio e acompanhamento às equipas técnicas e dirigentes na implementação dos referidos planos de contingência. Foram capacitadas 15 IPSS e um total de 319 profissionais.

No que concerne à promoção da empregabilidade, foram apoiadas 11.833 pessoas que procuraram informação e acompanhamento no âmbito da empregabilidade e/ou do empreendedorismo e inovação social.

Cerca de 413 pessoas beneficiaram do serviço de atendimento personalizado para aconselhamento e orientação sobre percursos profissionais da Cidade das Profissões (CdP) e 3.230 participaram nos 145 *workshops* temáticos sobre Empregabilidade, Empreendedorismo, Competências-chave, Mobilidade Internacional e Ferramentas Digitais. 216 pessoas participaram nos dez Clubs realizados para promoção de competências de empregabilidade e/ou empreendedorismo e outras 3.074 beneficiaram das 57 iniciativas “CdP In&Out”, customizadas e realizadas por solicitação de entidades externas. Foram realizadas 22 iniciativas de *networking* e *marketing* profissional, em que participaram 1.412 pessoas. Através de e-mail ou das redes sociais, foram atendidos 1.692 pedidos de informação para aconselhamento ou orientação sobre percursos profissionais.

O serviço-piloto de apoio a jovens em situação NEET dinamizou 50 iniciativas para 680 participantes.

No âmbito do empreendedorismo e inovação social, foram apoiados seis projetos pela equipa do CIS Porto – Centro de Inovação Social do Porto e realizados 12 Meetups Temáticos sobre este ecossistema na cidade, contando com 333 pessoas. 152 técnicos e dirigentes das organizações do terceiro setor participaram nos nove *workshops* de capacitação no âmbito da inovação social. Em 2021, foram realizadas três edições dos Roteiros Sociais, que visam proporcionar um contacto com a realidade social tendo em vista a criação de soluções inovadoras para os desafios com que as comunidades desfavorecidas estão confrontadas, e que envolveram 62 pessoas.

Enquadrado no programa Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa - AIIA Porto, tiveram lugar duas edições do “Porto Scale Up Social”, um programa de capacitação para empreendedores sociais, em que participaram 35 pessoas. 173 pessoas estiveram no evento anual híbrido dedicado à reflexão e debate sobre o ecossistema da economia de impacto na cidade – “Summit Impacto Social – do Porto para o Mundo”.

Ao longo deste ano foi criada a primeira edição da Bolsa de Consultores em Inovação Social, tendo sido realizadas seis reuniões de acompanhamento e a primeira edição do Concurso de Inovação Social, que reconheceu nove projetos inovadores com impacto social na cidade.

No âmbito da Rede Social, deu-se continuidade à promoção do trabalho em rede e foi reforçado o apoio às instituições locais na capacitação dos seus colaboradores. Através do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense foi possível apoiar dez entidades de cariz social, num valor total de 300 mil euros. De relevar a continuidade da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto – Covid-19, concebida para apoiar associações com graves dificuldades de tesouraria para solver os compromissos com as despesas correntes, dada a paragem forçada devido à pandemia. Esta linha disponibilizou a dotação de 74 mil euros apoiando 74 entidades.

A Cooperação Interinstitucional permitiu apoiar 133 instituições/associações de cariz social e respetivos projetos e iniciativas através da disponibilização de apoio material e logístico.

A Rede Local de Voluntariado continuou a estimular o voluntariado na cidade através da qualificação dos Voluntários e Organizações acolhedoras, perfazendo um total de 16 ações de capacitação. A gestão desta rede envolveu 165 voluntários e 120 organizações ao longo do ano.

Finalmente, importa referir o arranque do projeto piloto do Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos (MIAGC) - dispositivo de coordenação da ação interinstitucional na intervenção social em rede, implementado nas freguesias de Campanhã e Bonfim, que envolveu 17 entidades de primeira linha.

Neste ano, e apesar dos constrangimentos sentidos, participaram nas iniciativas promovidas pelo DMCS, cerca de 57.200 pessoas, com a despesa a rondar os 4,7 milhões de euros.

4.2 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No objetivo Economia e Desenvolvimento Social, um dos vetores centrais do orçamento municipal por constituir um dos grandes eixos estratégicos para a cidade, foram considerados os programas Mercator e Dinamismo económico, onde foram executados 16,4 milhões de euros.



Apresentação do Relatório de
Desenvolvimento Sustentável

2020 

4 novos estabelecimentos
reconhecidos pelo
PORTO DE TRADIÇÃO

Lançamento do Programa de Incentivos à Atividade Comercial para compensação dos comerciantes por perdas resultantes da pandemia

Reconhecimento de

11

ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL PELO PROGRAMA “CONFIANÇA PORTO”

e 16 ações de formação

No âmbito do programa Mercator, a GO Porto, EM, deu continuidade à empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, adjudicada por 22,3 milhões de euros, e concluiu a construção do túnel urbano de ligação da Rua Ateneu Comercial à Rua Alexandre Braga, adjudicada por 4,4 milhões de euros.

Ao abrigo do Contrato-Programa 2021-2023, o Município do Porto colocou sob a alçada da GO Porto, EM a gestão, exploração e rentabilização do Mercado Temporário do Bolhão, do Mercado do Bolhão, após as obras em curso, assim como do Antigo Matadouro Industrial do Porto.

No âmbito da gestão e exploração do Mercado Temporário do Bolhão (MTB), em 2021, 63 comerciantes e nove inquilinos ocupavam este mercado, tendo registado cerca de 920 mil visitantes, com uma quebra na ordem dos 7% relativamente ao ano anterior devido à pandemia.

Com vista à promoção do negócio várias foram as iniciativas promocionais *online* e *offline* daquele espaço, entre as quais a criação e divulgação de 20 vídeos.

Foi realizado o primeiro concurso público para atribuição de espaços no Mercado do Bolhão e lançado já o segundo concurso, integrados na campanha “Abanca-te no Bolhão”.

No âmbito do programa Dinamismo económico destacam-se as atividades do Departamento Municipal de Economia que tem como missão promover a atratividade económica da cidade e da região, bem como o dinamismo económico, a coesão social e a qualidade de vida de quem trabalha, visita e vive na cidade, assegurando assim o desenvolvimento sustentável do Porto.

A atividade da InvestPorto de dinamização económica e atração de investimento registou um forte incremento, alicerçado na recuperação do investimento na região do Porto. No total, 339 entidades com 397 projetos de investimento direto no Porto beneficiaram dos serviços de apoio e acompanhamento, um aumento de 18% face a 2020.

A reabertura da atividade económica traduziu-se num aumento de 41% no número de novos acompanhamentos de projetos por parte da InvestPorto: 29 investimentos foram concretizados durante 2021, e 96 projetos validados ou em fase de implementação, que, no seu conjunto, representam um volume de investimento recorde estimado em 1,3 milhões de euros, e 3.305 novos postos de trabalho.

O investimento captado para o Porto concentra-se no setor terciário. A área do imobiliário e construção continuou a liderar a captação de investimento, representando 35% dos projetos acompanhados e 34% dos novos acompanhamentos, seguindo-se a área das tecnologias da informação, com 25% dos projetos acompanhados e 32% dos novos acompanhamentos.

Soma-se ainda um conjunto importante de investidores com projetos nas áreas dos serviços profissionais e empresariais, do turismo, do comércio e da saúde.

A linha Revitaliza Porto. – em vigor até maio de 2021 - e o serviço de atendimento *online* da InvestPorto que lhe seguiu atenderam pedidos de 194 empresas com operações no Porto, sobretudo micro e pequenas empresas concentradas nos setores mais afetados pela pandemia, nomeadamente o Turismo, a Hotelaria, a Restauração e o Comércio, e que representam cerca de 1.571 postos de trabalho e 54 milhões de euros em volume de negócios anual.

A nível de conteúdos promocionais e informativos assinala-se o reforço da promoção digital do Porto, através da plataforma www.investporto.pt, que registou um aumento de 92% no número de visitantes relativamente ao ano anterior, e onde foi criada área dedicada à divulgação dos vídeos da série “Porto. Success Stories”.

A procura pelos serviços de agilização de processos de licenciamento de atividades económicas registou um aumento de 21% face a 2020 com o acompanhamento de 153 processos de modo a acelerar a concretização de novos investimentos estratégicos para a cidade.

Os serviços de apoio à localização empresarial registaram uma forte recuperação da procura. No total foram apresentadas 236 propostas de espaços disponíveis na cidade do Porto para localização empresarial (escritórios, edifícios, terrenos) para 29 pedidos de investidores. A União de Freguesias do Centro Histórico do Porto representou a preferência de 72% dos pedidos.

Destaca-se ainda a implementação do novo sistema de Customer Relationship Management (CRM) da InvestPorto, com os objetivos de digitalizar e melhorar a qualidade da informação e dos serviços prestados. A nova base de dados contém

mais de 71 mil *data points* relacionados com investimentos acompanhados nos últimos 7 anos.

O investimento direto estrangeiro (IDE), oriundo de mais 35 países, representou 64% dos projetos acompanhados pela InvestPorto. Dois terços dos projetos internacionais têm origem em países europeus, sendo que França, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e Israel lideraram o ranking, concentrando 55% do número de projetos de IDE acompanhados.

Em 2021, foi promovida a representação do Município em 16 eventos e iniciativas de *networking* internacional como a segunda participação na Expo Real, das maiores feiras de investimento imobiliário da Europa, que decorreu na Alemanha, ao lado de seis empresas co-expositoras.

Destaca-se a recente distinção pelo ranking “fDi European Cities and Regions of the Future 2022/23” da revista fDi Intelligence, do grupo Financial Times. A publicação especializada em investimento internacional considerou o Porto a terceira cidade europeia de média dimensão com melhor estratégia de atração de IDE, uma subida de duas posições face a 2020/21.

Quanto a iniciativas de atração e retenção de talento, e além da presença na feira de emprego universitário “FINDE.U”, a InvestPorto manteve a plataforma www.portofortalent.com, com 117 empregadores, 98 ofertas de emprego e mais de 28 mil candidaturas.

A estratégia Porto. for talent materializa-se através do Observatório de Talento, do groWing - Lifelong Career Guidance (groWing - LLCG), da Porto Skills Academy, do Ecossistema Talento e do Become a Portonauta.

No contexto do programa groWing – LLCG desenvolveu-se a fase de scale up, centrada em Reconstruir percursos profissionais (formação de profissionais de inserção da vida ativa e de profissionais de uma rede de empresas), e em Integrar (estudantes do ensino superior). Enquadrada na Integrar, a “Porto. for talent Summer Academy” aproximou de forma gradual e diferenciadora estudantes do ensino superior a empresas do Porto. Sob o selo Porto Skills Academy, foi aprofundado o apoio à iniciativa Ensico@Porto, de promoção do pensamento computacional dos 2.º e 3.º ciclos, e, em parceria com a ANJE, desenvolvido o programa ReinventaPorto, como resposta de mitigação aos efeitos causados pela pandemia.

No que respeita ao Observatório de Talento, foi desenvolvido o modelo e solução tecnológica que permitirá lançar no início de 2022 um sistema de informação inovador relacionado com o Talento, com o contributo e para usufruto de Empresas, Talento e

Instituições de Educação e Formação do Porto e Norte. Relativamente às componentes Ecosistema Talento e Become a Portonauta, houve uma aposta significativa na reativação da marca Portonautas, bem como no desenho e implementação de uma estratégia de comunicação e de marketing digital.

Contribuíram para a visibilidade nacional e internacional da Porto. for talent a participação no Prémio IPPS-Iscte Políticas Públicas 2020 (finalista) e no webinar UCP-CESOP: "Atrair e Reter Talento", bem como o acolhimento de uma comitiva de 30 elementos da Câmara Municipal de Kielce e Governo Regional (Polónia) e a participação na publicação Series of articles #1: "Digital gamechanger? How Europe's cities are adapting to the impact of COVID-19 on jobs and skills".

Foi elaborado o Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2020, que permitiu aprofundar o papel do Município e dos seus *stakeholders* na temática da sustentabilidade, bem como partilhar boas práticas, iniciativas e projetos emblemáticos. Este reporte insere-se na estratégia de posicionamento do Município do Porto de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com as orientações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas (ONU).

No âmbito desta estratégia, o Município aderiu ao Pacto Global da ONU (UN Global Compact), que tem como missão impulsionar um movimento global de empresas, organizações, cidades e *stakeholders* sustentáveis, assim como à Plataforma de Cidades Sustentáveis (Sustainable Cities Platform), cujo objetivo passa por motivar líderes locais a interagir com a sociedade civil de forma inovadora, promovendo o desenvolvimento de soluções sustentáveis, que permitam a resolução de desafios e/ou problemas a nível social, económico e ambiental. O Município do Porto integra a rede do projeto CESOP-Local, da Universidade Católica Portuguesa, que produz estudos aplicados ao contexto municipal, tendo como referência os 17 ODS e as metas constantes na Agenda 2030 da ONU.

O projeto "Leme. - Sentir o Pulso Económico da Cidade do Porto" surgiu da necessidade de um sistema de fácil acesso e tratamento de dados sobre a economia do concelho. Esta informação é crucial para o desenho de políticas públicas baseadas no conhecimento empírico da economia e na análise de atratividade da cidade face ao investimento (nacional e estrangeiro), dinamismo e solidez do tecido empresarial e da disponibilidade de recursos face ao desenvolvimento sustentável. Desenvolveu-se um sistema de informação global (*business intelligence & analytics*) que compila dados sobre a micro e macroeconomia do Porto, atualizados automaticamente, permitindo conhecer melhor o Município, assim como analisar a evolução do seu ecossistema.

O Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos promoveu ainda um conjunto de estudos, entre os quais se destacam: o de diagnóstico e prospeção do mercado residencial da cidade para estudar as tendências a médio-prazo, perceber a propensão de compra e venda ou arrendamento, e aferir os impactos da pandemia; o ResiliPorto, que compilou as medidas excepcionais adotadas pela Câmara do Porto para fazer face aos desafios advindos da pandemia Covid-19, colocando em evidência o antes e o depois do estado da arte da economia da cidade; e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico do Porto até 2030, que faz o mapeamento e caracterização dos projetos estruturantes e servirá de guião a políticas futuras de desenvolvimento.

O Departamento Municipal de Economia deu continuidade ao microsite sobre a Covid-19, que reuniu as medidas de âmbito municipal e nacional adotadas no combate à pandemia, e onde se partilhou informação útil para cidadãos e empresas.

O Município do Porto manteve a participação no Observatório “Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial”, promovido pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), uma plataforma colaborativa permanente que junta vários atores relevantes e possibilita um espaço de partilha de informação e de experiências sobre a temática da articulação dos serviços com as políticas urbanas, tendo em conta as dimensões económica e social.

Evidenciando a importância da relação com a Academia, o Departamento Municipal de Economia desenvolveu iniciativas como a colaboração no projeto final de consultoria do Executive MBA da Porto Business School; as duas edições do programa de estágios curriculares Porto de Talento para estudantes de mestrado; e a primeira edição do Prémio de Economia Porto., que visa distinguir as melhores dissertações académicas ou trabalhos de investigação sobre a economia da cidade, de modo a aportar saber na construção de políticas públicas.

Integrado nos objetivos prosseguidos pelo Departamento Municipal de Turismo e Comércio no âmbito do programa Dinamismo económico, o Município do Porto apostou na definição e implementação de estratégias que promovam a revitalização sustentável, a qualificação, o desenvolvimento e a competitividade do tecido comercial e que assegurem a proteção e salvaguarda das entidades de interesse histórico. Neste ponto, foram reconhecidos quatro estabelecimentos pelo programa “Porto de Tradição”.

Com vista à transição digital, registaram-se 1.825 pedidos de adesão à plataforma Shop in Porto, que promove o comércio na cidade e possibilita aos comerciantes a divulgação da sua atividade e do seu estabelecimento comercial.

O concurso de montras de S. João teve 79 adesões, enquanto ao concurso de Natal apresentaram candidatura 122 estabelecimentos.

A primeira fase do Programa de Incentivos à Atividade Comercial, que pretende compensar os comerciantes pelas perdas resultantes da pandemia, incentivando à compra no comércio de rua, entregou-se 768 cadernetas com vales de desconto a 53 adesões. A segunda fase registou 166 adesões e foram entregues 816 cadernetas.

Foram ainda pagos mais de 568 mil euros de indemnizações a 49 estabelecimentos comerciais em compensações por obras de longa duração e impacto efetivo na atividade comercial.

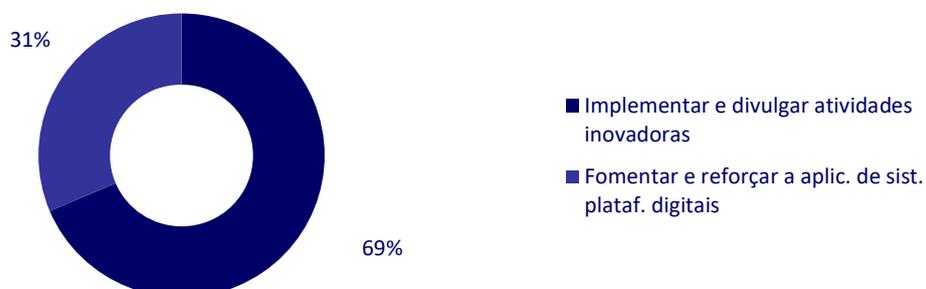
Assegurou-se a entrega de material temático alusivo a épocas especiais e à marca Porto., de forma a estimular e fomentar a relação entre os comerciantes e os consumidores, tendo-se ainda promovido a realização de debates dedicados aos grandes temas do comércio.

As ações de formação para comerciantes superaram o número de adesões previstas e o debate “Porto, Conversar a Cidade” contou com cerca de 150 pessoas, presencial e *online*. Foram admitidas 20 candidaturas ao Programa de Apoio à Economia da Cidade “Luz para a noite do Porto”, dirigido a espaços de animação noturna.

No sentido da modernização das Feiras e Mercados, foi realocizada a Feira da Pasteleira, e entregue novo equipamento na Feiras dos Passarinhos e na Feira de Antiquidades e Velharias. Em 2021, nasceram dois novos mercados – das Artes e do Covelo e em todos foi implementado o *layout* Porto.

4.3 INOVAÇÃO

Figura 10 – Inovação



Na Inovação, que inclui os programas Implementar e divulgar atividades inovadoras e Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais, aplicou-se 2,7 milhões de euros.

PORTO COMO
UMA DAS
10 cidades
mentoras
da iniciativa europeia
“Intelligent Cities
Challenge”



78.975
utilizadores do serviço
Explore.Porto para
cidadãos e turistas
explorarem a cidade

Envolvimento de
1.583
PARTICIPANTES NO
INOVAÇÃO FORA DE
PORTAS E CENTRO
DE TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA DO
PORTO

LANÇAMENTO DO
CARTÃO PORTO.
25.608
cartões emitidos

18.757
ocorrências registadas
pelo REPORTAPORTO

8.131
assinaturas
ANDANTE 13-18

Entrada em
funcionamento do
PORTAL
DO MUNÍCIPE

Mais **33%** de chamadas recebidas na Linha Porto.

A atividade coordenada pela Associação Porto Digital visou reforçar a política municipal na área da Inovação, Experimentação e Transição Digital, bem como consolidar as atividades relacionadas com o Empreendedorismo.

Em 2021, destaque para a aprovação de três candidaturas de ideias para a constituição das Agendas Mobilizadoras ou Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, enquadrada no Plano de Recuperação e Resiliência na sua componente de Capitalização e Inovação Empresarial.

Relativamente à cooperação internacional, o Porto assumiu-se como uma das 10 cidades mentoras da iniciativa europeia “Intelligent Cities Challenge”, que visa apoiar a implementação de estratégias de transição digital em mais de 100 cidades europeias.

Atividades como o Inovação Fora de Portas, em parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e a exposição do Centro de Transição Energética do Porto, em parceria com a Agência de Energia do Porto e a E-Redes, promoveram o envolvimento dos munícipes, enquanto para as equipas municipais se levaram a cabo o Dia da Inovação e os *workshops* de Inovação.

No campo do Empreendedorismo, salientam-se iniciativas como o “Hangout with VCs”, em parceria com a Startup Amsterdam e a TheNextWeb, que garantiu a ligação entre as startups e investidores internacionais, “Doing Business”, que promoveu reuniões de negócios entre novas empresas de base tecnológica e organizações mais maduras na área da Saúde e Turismo, e a “Semana Start&Scale” ou os “Cyber Investor Days”.

No contexto do processo de transformação digital, foi dado seguimento à expansão da rede WiFi da cidade, aumentando a sua capacidade e cobertura, com especial relevo para a análise de dados com vista à garantia da qualidade das fontes de dados e o desenvolvimento da política municipal de valorização de dados, e reforçadas as infraestruturas de apoio à Gestão Integrada da cidade. A plataforma ReportaPorto, uma das ferramentas da Plataforma de Gestão de Ocorrências, procedeu ao registo e gestão de mais de 18 mil ocorrências.

Registou-se um aumento de utilização da plataforma Explore Porto, serviço que desafia cidadãos e turistas a explorar a cidade com acesso a informação em tempo real, a qual contou com mais de 78 mil novos utilizadores.

A Direção Municipal dos Serviços ao Munícipe continuou a assumir o objetivo estratégico de transformar a forma de relacionamento e comunicação entre os serviços da autarquia e os cidadãos.

O ano de 2021 fica marcado pelo lançamento do Cartão Porto. Com o objetivo de permitir uma mais rápida e eficaz interação com todos os serviços e equipamentos municipais e estabelecer benefícios para os munícipes, atingiu os 25.608 aderentes.

Inserida no Cartão Porto, foi, também, a assinatura Andante para jovens entre os 13 e os 18 anos, a quem o Município paga a assinatura mensal do transporte público, no total de 8.131 assinaturas.

Entrada em funcionamento do Portal do Múncipe, em substituição do Balcão de Atendimento Virtual, permitindo uma navegação mais moderna e intuitiva, e respondendo às exigências dos gestores de conteúdo, ao simplificar o processo e reduzir o esforço de manutenção. Apresentou um total de 215.732 visitas.

Ao Núcleo de Reclamações chegaram 660 solicitações, que tiveram um tempo médio de resposta de 14 dias.

Ao longo do ano, a Linha Porto, recebeu 172.760 chamadas, mais 33% que em 2020. A nível global, o Gabinete do Múncipe manteve, aproximadamente, o mesmo número de atendimentos pré-pandemia, com um aumento de 41% nos atendimentos via telefone, um acréscimo em 117% nos requerimentos apresentados *online*, evidenciando que os munícipes passaram a recorrer aos canais de atendimento à distância.

No âmbito dos Sistemas de Informação do Município, e tendo em vista a implementação do novo ERP financeiro, avançou-se com o processo de integração financeira de vários aplicativos, nomeadamente na área da receita municipal, e foi preparado o arranque em 2022.

Foram realizados novos *dashboards* de visualização de indicadores e ocorrências georreferenciadas em mapas de unidades orgânicas como o Departamento Municipal do Espaço Público, a Polícia Municipal, o Batalhão dos Sapadores Bombeiros e o Centro de Gestão Integrada.

Ficou concluída a alteração do acesso à Internet das Escolas Básicas do 1.º Ciclo do Município, tirando partido da existência da rede de fibra ótica da Associação Porto Digital. Além de uma maior velocidade de acesso, permite ao Município do Porto gerir remotamente todo o parque informático instalado nestas escolas.

De forma a assegurar a salvaguarda de servidores virtuais do DataCenter de forma segura e transparente, foi implementado o serviço de recuperação de dados a partir de um local externo ao DataCenter do Município.

4.4 CULTURA

No objetivo da Cultura integra-se o programa Dinamização da arte, cultura e ciência no montante de 15,7 milhões de euros.



2021 continuou a ser um ano atípico fruto das limitações causadas pela pandemia e do consequente encerramento ao público dos espaços culturais.

No âmbito da dinamização da cultura, consolidou-se o projeto Museu da Cidade com a abertura do Reservatório (Estação 1), a reabertura da Extensão do Douro (Estação 11), com a exposição “Douro: Terra e Atmosfera” e o redesenho da extensão do Romantismo (Estação 4), com a exposição “Quando a Terra voltar a brilhar verde para ti”.

Os museus, bibliotecas e o arquivo receberam mais de 211 mil visitantes e participantes em atividades.

O Gabinete do Tempo acolheu três exposições “1820. Revolução Liberal do Porto”, que transitou de 2020, “Found Tapes Porto”, projeto apoiado no âmbito do Criatório, e “Germano Arquivo”, integrada na comemoração do nonagésimo aniversário do jornalista e investigador, e que apresentou o espólio que este doou ao Arquivo Histórico Municipal. O Gabinete do Desenho acolheu as exposições “Cadernos A & B: Prelúdio e Fuga”, de Jorge Feijão, “A obliquação da gravidade”, de António Veiga Leitão, e “Desdesenho”, de Tomás Cunha Ferreira.

Os novos espaços expositivos Gabinete Gráfico, na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, e Triplex, no Palacete Viscondes de Balsemão, acolheram, respetivamente, as exposições “Panfletarismo”, “Materiais Inflamáveis: Culturas de resistência, média alternativos e fanzines (1982-2021)”, “Errata”, e “Raiz fasciculada”; e “PCP 100 anos”, “Paisagens Transgénicas” e “Cuidar Selvagem”, incluída na programação da Porto Design Biennale.

Em 2021, deu-se continuidade aos Programas Operativos que criam ligações programáticas do Museu da Cidade: Escuta (programa em torno da voz, da palavra e do som), Deriva (programa de derivas pela cidade, onde se ativam os eixos que estruturam o Museu da Cidade), Sonda (ciclo de conversas com convidados em torno de temas do património arquitetónico, artístico ou arqueológico da cidade), Resgate (através do resgate da documentação do Arquivo Histórico propõe-se ampliar o entendimento das alterações experimentadas ao longo dos tempos); e Inventário (inventário participado de ruas e edifícios da cidade antiga).

A Feira do Livro do Porto, à semelhança de anos anteriores, realizou-se nos Jardins do Palácio de Cristal. Com uma oferta mais ampla, diversificada, mais dispersa, reforçando a programação cultural e o conseqüente apoio aos artistas, contou com 127 pavilhões e cerca de 111 mil visitantes. A programação teve como mote “Herborizar”, em torno do herbário de Júlio Dinis, que se viu homenageado nesta Feira.

Através da GO Porto, EM e da Domus Social, EM prosseguiu-se a obra das Reservas Museológicas Municipais (no antigo Abrigo dos Pequeninos) e do Reservatório – Extensão do Museu da Cidade. Foram ainda desencadeados os trabalhos para a expansão da Biblioteca Pública Municipal do Porto e para a reabilitação e musealização de diversas extensões do Museu da Cidade: Ateliê António Carneiro, Biblioteca Sonora, Extensão do Douro, Rio da Vila, Casa dos 24, Extensão da Indústria, Arqueossítio, Bonjónia - Extensão da Natureza e Matadouro, encontrando-se ainda a decorrer a empreitada de requalificação do Cinema Batalha.

As Bibliotecas Municipais mantiveram o empréstimo domiciliário, as atividades educativas e informação, disponibilizando o acesso gratuito a publicações periódicas de mais de 150 países e em mais de 60 línguas através da aplicação Press Reader, e o Arquivo Histórico deu continuidade à leitura e pesquisa de informação assegurando também a digitalização da documentação.

O Município manteve a interlocução com a UNESCO e demais entidades oficiais, sendo “gestor do sítio” classificado – Centro Histórico do Porto, Ponte Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar - integrando a Rede de Património Mundial de Portugal e outras redes internacionais.

Prosseguiu-se a liderança do projeto AtlaS.WH - Património no Espaço Atlântico: Sustentabilidade dos Sítios Urbanos Património Mundial, em parceria com Bordéus, Santiago de Compostela, Edimburgo e Florença, que pretende potenciar a reflexão e análise conjunta com vista à concretização dos novos Planos de Gestão e de Sustentabilidade para cada Sítio.

No que diz respeito ao campo de atividades dinamizadas pela Ágora - Cultura e Desporto, E.M, 2021 fica pautado pela abertura do CAMPUS Paulo Cunha e Silva, direcionado para o ensaio, a experimentação e para a formação, com 40 residências artísticas sob orientação do Departamento de Artes Performativas da Ágora.

No contexto das temporadas regulares do Teatro Municipal do Porto (TMP) e da 5.ª edição do Festival Dias da Dança (DDD), concretizaram-se 57 coproduções, 31 das quais realizadas por artistas e companhias que trabalham a partir da cidade. O DDD teve uma edição especial, o DDD – NO PALCO / EM CASA, um modelo que permitiu a estreia de novos projetos em palco e a difusão do trabalho de múltiplos artistas na vertente *online*.

Foi criada a Filmporto — film commission, para impulsionar o Porto como território de produções cinematográficas que já apoiou 117 projetos logisticamente e 41 a nível financeiro. Para dar início ao trabalho de gestão da Filmporto, mas também do Batalha Centro de Cinema, surgiu o Departamento de Cinema e Arte em Movimento.

No âmbito das atividades desenvolvidas pela Ágora na esfera do Museu da Cidade, de destacar a reativação da Biblioteca Pedro Ivo, resgatada para uso público e cultural, bem como a criação da Rádio Estação, que se constitui como uma pequena biblioteca sonora ao ar livre.

Apesar de um segundo encerramento temporário da Galeria Municipal do Porto, foi possível apresentar o programa expositivo inicialmente previsto, e pelo espaço passaram mais de 23 mil pessoas. As exposições foram referenciadas em artigos e

críticas em publicações nacionais e internacionais especializadas em arte contemporânea.

A plataforma PLÁKA manteve a sua missão de mediação dos processos de criação, reflexão e investigação em diferentes territórios da arte contemporânea. O seu Anuário teve lugar em vários espaços independentes da cidade com relevo para as dinâmicas artísticas.

Com os programas de financiamento à criação e internacionalização artística, Criatório e Shuttle, foram atribuídas mais 25 bolsas para a criação e programação artística e apoiados 25 projetos de internacionalização.

O Aquisições, programa municipal de compra de obras de arte a artistas e galerias de arte enriqueceu a Coleção Municipal de Arte com mais 37 obras.

A Fonoteca Municipal do Porto deu início à programação física, com um ciclo de conversas com convidados ligados aos aspetos técnicos e artísticos da música que se pode escutar neste acervo.

O Gabinete de Arte e Coesão, que integra o programa Cultura em Expansão, levou 57 projetos e 70 apresentações de diversas áreas artísticas junto a comunidades de bairros sociais. O Cultura em Expansão tem vindo a crescer ano após ano, aumentando em número de ações de proximidade com a população local através de projetos e residências comunitárias.

4.5 URBANISMO E HABITAÇÃO

O objetivo do Urbanismo e habitação integra o programa Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística, onde foram executados 12,8 milhões de euros. Este capítulo integra ainda as ações no âmbito da Política Municipal de Habitação Acessível.



Em 2021, dentro da Direção Municipal do Urbanismo destaca-se a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) que constituiu o principal projeto desenvolvido.

Terminado o período de discussão pública em dezembro de 2020, deu-se início ao processo e ponderação das mais de 400 participações rececionadas. Na sequência desta ponderação, a proposta inicial do Plano foi revista e o novo PDM, depois de aprovado pela Assembleia Municipal, foi publicado no mês de julho.

Paralelamente foi concluída a regulamentação que complementa o modelo de perequação de edificabilidade e de encargos urbanísticos adotado no Plano Diretor Municipal estabelecendo as compensações, taxas e incentivos – Regulamento Perequativo de Edificabilidade e Encargos Urbanísticos – bem como a regulamentação do novo Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística. Ambos os regulamentos foram igualmente publicados em julho.

O ano foi igualmente marcado pelo desenvolvimento de uma infraestrutura de informação geográfica, robusta e consistente, que, tendo sido uma peça chave para o trabalho desenvolvido na elaboração do PDM, se apresenta como um instrumento fundamental para as tarefas subsequentes da sua monitorização e avaliação.

Apesar do contexto pandémico ter dificultado o avanço dos trabalhos de desenvolvimento de unidades de execução para a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) de Nun'Alvares, foi possível avançar com um modelo de concretização desta UOPG para submeter à apreciação dos particulares no início de 2022.

Destacam-se a participação externa nas Comissões de Acompanhamento dos Planos Diretores Municipais da Maia, V. N. de Gaia e Gondomar bem como no projeto internacional URBINAT, e a colaboração interna nos projetos do Plano de Arborização, Plano de Valorização das Ribeiras e Linhas de Água e, ainda, do Relatório Voluntário Local para a Agenda 2030 (ODS).

O apoio à atividade da Comissão de Toponímia e ao licenciamento das operações urbanísticas no que diz respeito à atribuição da numeração de edifícios representou uma área privilegiada de afetação dos recursos da unidade orgânica.

Em 2021 a Divisão Municipal de Projetos e Estudos Urbanísticos continuou a acompanhar o desenvolvimento dos projetos para a requalificação da rede fina de espaços públicos da cidade no âmbito do programa “Rua Direita”. Ao longo do ano foram iniciadas as empreitadas na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (1), na União de freguesias de Aldoar Foz do Douro e Nevogilde (2), em Campanhã (1) e em Paranhos (3).

Foram ainda validados projetos de execução, que se encontram em fase de preparação ou com concurso público a decorrer, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, na União de freguesias de Aldoar Foz do Douro e Nevogilde, na União de freguesias de Cedofeita, Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória e na freguesia de Bonfim.

Os restantes projetos encontram-se em fase de execução, com exceção dos projetos das Ruas Nove de Abril e Asprela, prevendo-se o lançamento do concurso para a empreitada em 2022.

Outra iniciativa que transitou de 2020 foi o projeto de habitação destinada ao mercado de arrendamento a custo acessível e reabilitação de áreas habitacionais municipais em Lordelo. O trabalho desenvolvido em 2021 consistiu no acompanhamento e

validação do desenvolvimento dos projetos de execução. A complexidade do projeto obriga à sua passagem para 2022.

Desenvolveram-se os projetos de arquitetura paisagista e do equipamento previsto (cafetaria, sanitários e apoio à manutenção dos espaços verdes) no Parque Urbano da Lapa.

No âmbito das candidaturas ao Fundo Ambiental para construção de Ciclovias através do programa Portugal Ciclável, foram assinados contratos entre o Fundo Ambiental e as câmaras municipais do Porto, Gondomar e Matosinhos. Está também em desenvolvimento a Ciclovía do Ramal da Alfândega com o projeto de execução em análise.

A Divisão Municipal de Projetos e Estudos Urbanísticos acompanhou o desenvolvimento dos projetos de requalificação, a realizar pela GO Porto, EM, na Avenida de Fontes Pereira de Melo, Rua das Andrezas, Rua Arquiteto Lobão Vital, Praça da Corujeira/ Rua Frederico Ozanam.

Iniciado em 2020, o “Livro de Obra Eletrónico” encontrava-se em fase de revisão e o “Portal de Operações Urbanísticas” encontrava-se finalizado em termos técnicos, aguardando a aprovação para possível disponibilização ao exterior/município da informação referente aos processos que dão entrada do Departamento Municipal de Gestão Urbanística (DMGU).

No âmbito ainda da gestão urbanística, destaca-se que foram emitidos 2.566 títulos de obras de edificação, operações de loteamento, obras de urbanização e autorização de utilização, sendo que 3.546 processos foram objeto de decisão final.

No que concerne à gestão do espaço público, foram emitidas 597 licenças para ocupação com esplanadas em passeios, largos, praças e lugares de estacionamento, tendo sido objeto de decisão final 7.168 pedidos de ocupação do espaço público, representando 98% do total dos pedidos formulados, correspondendo cerca de 47% à ocupação do espaço público por motivo de obras particulares.

Em 2021, a atividade da Porto Vivo, SRU centrou-se nos eixos Centro Histórico do Porto Património Mundial (CHPPM), Operações de Reabilitação Urbana, Habitação para arrendamento a rendas acessíveis e Projeto “Ilhas” da Cidade.

No primeiro eixo, foi concluído o Plano de Gestão e Sustentabilidade no âmbito do Projeto Atlas.WH assim como o Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), instrumentos que dão orientações para a resolução dos

desafios mais prementes, quer seja na reabilitação do edificado, quer na conservação e uso do espaço público.

Não foi possível executar a delimitação da Unidade de Intervenção (UI) de Santa Clara, nem concluir a obra da Operação D, no âmbito das Operações de Reabilitação Urbana do Morro da Sé.

No âmbito das Operações de Reabilitação Urbana, deu-se continuidade aos levantamentos do edificado existente nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Campanhã-Estação e Corujeira, à consequente atualização das fichas de levantamento dos edifícios e ao mapeamento do estado de conservação.

Dos 1.536 edifícios analisados na ARU de Campanhã-Estação, foram diagnosticados 186 edifícios em mau estado de conservação ou ruína, o que corresponde a 12% dos edifícios em estudo.

Dos 2.001 levantamentos do edificado da ARU da Corujeira, foram diagnosticados 180 edifícios, em mau estado de conservação ou em ruína, correspondendo a 9% dos levantamentos.

Durante o ano de 2021 foram notificados 53 proprietários para realização de vistorias aos edifícios que se encontram classificados em mau estado de conservação ou ruína.

Com a conclusão dos levantamentos referentes às ARU de Campanhã-Estação e Corujeira, ficaram reunidas as condições para efetuar uma caracterização mais fiel do território, possibilitando definir estratégias de ação mais incisivas e eficazes, dentro daquilo que são as competências desta entidade gestora.

Quando comparado com o novo PDM, verificou-se que algumas das ações descritas no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), aproximadamente 12% do total, deixaram de estar enquadradas, pelo que terão de ser reformuladas.

No que diz respeito ao eixo Habitação para arrendamento a rendas acessíveis, procedeu-se ao lançamento de oito concursos de arrendamento e subarrendamento de 108 habitações tendo sido rececionadas 1.164 candidaturas e outorgados 92 contratos.

No âmbito do Programa Municipal Porto com Sentido, foi preparada a segunda Consulta Pública para contratação de arrendamento dirigida a proprietários de imóveis na cidade, com o objetivo de arrendar até ao limite de 500 imóveis.

Adicionalmente foi criada a possibilidade de publicitação prévia à celebração do contrato de arrendamento, por via de um acordo, celebrado com os proprietários para

divulgação de imóveis que possuem menor procura, até serem identificados interessados, potenciais subarrendatários, que cumpram com os critérios definidos.

Foram recebidas e analisadas 114 candidaturas no âmbito do segundo concurso destinado a proprietários, tendo sido celebrados 40 contratos de arrendamento e celebrados 17 acordos, sendo que, desde o início do Programa Porto com Sentido até à data, foram celebrados 85 contratos de arrendamento.

Foi preparada e lançada a primeira consulta pública para a celebração de contratos promessa de arrendamento destinada a proprietários, investidores e promotores imobiliários, que pretendam construir ou reabilitar imóveis para o mercado de arrendamento acessível. Trata-se da primeira iniciativa do género a nível nacional que visa sinalizar projetos localizados em Áreas de Reabilitação Urbana, exigindo-se que haja pelo menos um projeto de arquitetura aprovado para se avançar com a celebração de contratos promessa, o que permite ativar um mercado de “build to rent” inexistente no país.

A atividade no eixo Projeto “Ilhas” da cidade havia sido prorrogada até março de 2022 e tem como objetivo ensaiar modelos de cooperação institucional que visem aumentar o bem-estar das populações envolvidas e definir as orientações espaciais estratégicas e especificar os modelos de ação.

No âmbito do “Programa Estratégico: As Ilhas do Porto. Estratégias Específicas para a Regeneração Habitacional das Ilhas do Porto”, foram inquiridos 103 agregados familiares, a que correspondem 178 adultos e crianças, verificando-se o estado de conservação das habitações, a adequação da tipologia ao agregado, assim como problemas socioeconómicos como a taxa de esforço para pagar a renda.

Após estes levantamentos, foram desenvolvidos programas base de reabilitação para 16 ilhas, que tiveram em conta as soluções constantes da ORU de Campanhã-Estação, mais precisamente da UI da Lomba, e que serviram para medir o capital de transformação do território, bem como a possibilidade de poderem constituir modelos a replicar nas demais ilhas da cidade.

Foi identificada a possibilidade de aquisição e reabilitação de um conjunto de seis ilhas na Lomba, transformando as 63 habitações em 41 e garantindo o alojamento dos atuais 40 agregados residentes.

No âmbito da implementação de um gabinete de acompanhamento dos proprietários a formalizar candidaturas ao abrigo do programa 1.º Direito, foram apresentadas três candidaturas para três ilhas privadas, que foram submetidas ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU).

Atualmente, estão a ser acompanhados os processos relativos a quatro ilhas que reúnem condições para apresentar candidatura com vista à respetiva reabilitação integral - das 43 habitações precárias existentes resultarão 39 habitações – sobrando, depois de realojados os moradores existentes, 21 habitações para atrair novos residentes.

4.6 EDUCAÇÃO

O Município do Porto tem considerado a Educação como fator fundamental de promoção da igualdade de oportunidades, de fortalecimento da cultura e dos valores de cidadania, sustentáculo do desenvolvimento e da coesão social.

Em 2021 foram aplicados 11,4 milhões de euros no programa Promover e Fomentar a Educação.



No âmbito da política educativa local, o Município do Porto promove a defesa da escola pública e inclusiva, considerando como prioridade garantir a equidade através

da criação de condições para a promoção de um ensino que possibilite o aumento dos níveis de qualificação e a promoção de percursos de sucesso.

No âmbito da ação social escolar, destaca-se o fornecimento de 882.005 refeições aos alunos das escolas básicas do 1º ciclo e dos jardins de infância. Manteve-se o programa Regime de Fruta Escolar, complementado com a medida municipal de fornecimento de lanche escolar diário num total de 1.076.474 lanches escolares.

A iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas do Natal, Carnaval, Páscoa e Verão e, decorrente da evolução pandémica, disponibilizou-se às famílias o serviço de refeições na modalidade *takeaway*.

Deu-se continuidade ao apoio/reforço técnico, logístico e administrativo pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, bem como à coordenação e revisão do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens 2022-2023.

Dando resposta ao conceito de Escola a Tempo Inteiro (09h00-17h30), o “Porto de Atividades” dinamizou Atividades de Enriquecimento Curricular, de Animação e de Apoio ao Estudo, que permitiram prolongar, em mais uma hora diária, o tempo de permanência das crianças na escola, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social de 3.782 beneficiários.

Dentro do “Porto de Apoio à Família”, com atividades para lá da componente letiva, 1.714 crianças participaram no projeto “Crescer com a Música”, 1.737 integraram o “Formar Campeões” e a “Expressão Físico-Motora” beneficiou 603 crianças.

O programa “Porto de Crianças”, que reforça e dá suporte à atividade docente no pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, nas áreas de educação artística, educação científica e formação cívica e para a cidadania, integrou 4.391 participantes.

Com o objetivo de promover o empreendedorismo, a cidadania e a capacitação da comunidade educativa, 1.122 participantes estiveram envolvidos no “Porto de Futuro”, assente em parcerias e transferência de conhecimento entre os agrupamentos de escolas e o tecido empresarial local.

Dentro do programa “Porto de Conhecimento”, foram angariadas 70 bolsas de estudo para o ensino superior e mantiveram-se as 13 parcerias no âmbito do SEI – Sociedade, Escola e Investigação para apoio a projetos de investigação nas escolas.

Ao longo do ano, a Direção Municipal de Educação dinamizou iniciativas de sensibilização para a arte contemporânea, a estética e a educação artística com a Fundação de Serralves, a Fundação Casa da Música, a Fundação Dr. António

Cupertino de Miranda, e criou novas parcerias com a Academia Contemporânea do Espetáculo, com a Casa São Roque Centro de Arte e com o I3S Laboratório Aberto.

Como investidor social, e no âmbito das Parcerias para o Impacto, o Município manteve os projetos “Praia Grande”, com o Balletatro “Formar Campeões para a Vida”, pela Escola de Judo Nuno Delgado, “ArtesEcontextos”, pela Associação de Ludotecas do Porto e “Aprender a Ser Saudável”, pela Associação Mundo a Sorrir, num total de 9.859 participações.

Mais de 1.500 crianças com dificuldades de aprendizagem beneficiaram do “Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa”, e mais de 2.600 alunos, dos Agrupamentos de Escolas Aurélia de Sousa, Alexandre Herculano, António Nobre e Cerco do Porto, integraram o “CriArte Porto”, para a promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar no âmbito dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) Urbanos.

Reconhecido como Cidade Amiga das Crianças desde 2019 pela UNICEF Portugal, o Município do Porto continua a implementação do Plano de Ação Local do programa municipal Porto, “Cidade Amiga das Crianças” e a dinamização do Mecanismo de Coordenação.

Tendo em consideração que constitui um eixo estratégico da política educativa municipal a requalificação da rede escolar, através da GO Porto, EM, foi dada continuidade à empreitada de Requalificação e Modernização da Escola Secundária Alexandre Herculano, edifício classificado como monumento de interesse público, bem como da empreitada de remodelação da Escola Básica do Falcão, estando em curso os projetos para a requalificação das Escolas EB Agra do Amial e de Montebello.

4.7 JUVENTUDE E NOVAS GERAÇÕES

Na área da Juventude e Novas Gerações foram executados 137,2 mil euros no âmbito do programa Apoio e envolvimento da população jovem.

<p>Aprovação da ESTRATÉGIA DA JUVENTUDE DO PORTO 4.0</p>	<p>Coorganização do A3 Encontro Nacional de CONSELHOS MUNICIPAIS DA JUVENTUDE 2021</p>	<p>Prémio Boas Práticas Erasmus+ PELO DIÁLOGO JOVEM ERASMUS+ #YouthUpPorto</p>
<p>Número recorde de organizações-membro no Conselho Municipal da Juventude do Porto: 116</p>	<p>Membro-fundador da Rede Nacional de Municípios AMIGOS DA JUVENTUDE</p>	<p>Atribuição de 255m€ A ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE</p>

Ao longo de 2021, a Divisão Municipal de Juventude (DMJ) reforçou a orientação para a melhoria contínua, com especial destaque para a coprodução e aprovação da Estratégia da Juventude do Porto 4.0 e a coorganização do primeiro A3: Encontro Nacional de Conselhos Municipais da Juventude, que contou com 343 participantes de 88 municípios.

O Conselho Municipal da Juventude do Porto, o órgão consultivo do Município sobre matérias relacionadas com as políticas de juventude, criado em 2000, atingiu um número recorde de 116 organizações-membro.

O Município do Porto esteve no lançamento da Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude e recebeu o Prémio Boas Práticas Erasmus+ 2021 pelo Diálogo Jovem Erasmus+ #YouthUpPorto.

A DMJ desenvolveu diversas atividades de contacto com jovens e organizações de juventude, 47% delas em formato digital, algumas com amplitude nacional ou internacional. Nos projetos “Capacita-te”, “Debate a Tua Cidade”, “Plano B” e nos laboratórios #YouthUpPorto participaram mais de 300 jovens.

Neste nível da relação com jovens e organizações de juventude, destaca-se o contacto com novos públicos (59% dos participantes nas atividades), sendo que 96% dos participantes reconheceram que as atividades os desafiaram a alargar horizontes e a satisfação geral com as atividades foi de 96%.

A Divisão Municipal de Juventude foi convidada a integrar o júri dos SALTO Awards 2021 e apresentou a Estratégia da Juventude do Porto 4.0 na conferência europeia Democracy Reloading.

Foram atribuídos cerca de 255 mil euros a organizações de juventude, incluindo apoios referentes ao Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense e da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto.

4.8 TURISMO

No Turismo através do programa Dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo foram executados 2 milhões de euros.

<p>Operacionalização dos projetos do</p> <hr/> <p>CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DO PORTO</p> <p>Promoção externa na</p> <hr/> <p>ITB Berlin NOW, Fiets en Wandelbeurs Online Experience, FITUR, WOMEX, Expo Maratona e no Salão Internacional de Turismo Gastronómico</p>	<p>Criação de</p> <hr/> <p>vídeos promocionais</p> <hr/> <p>COM ROTEIROS PELA CIDADE</p>	<p>Colaboração com a</p> <hr/> <p>Great Wine Capitals Global Network,</p> <hr/> <p>OS CAMINHOS DE SANTIAGO E O TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL</p>
<p>Reconhecimento de 11 ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL PELO PROGRAMA “CONFIANÇA PORTO” E 16 AÇÕES DE FORMAÇÃO</p>		

O Conselho Municipal de Turismo do Porto deu continuidade à promoção do diálogo entre os agentes do setor na cidade, destacando-se a discussão alargada e a decisão tomada no sentido de apresentação ao Governo da República de uma recomendação relativa às conexões aéreas e à captação de rotas para o Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

O Município prosseguiu com a atualização do *layout* e dos conteúdos dos suportes já existentes, tendo sido criados novos suportes como vídeos sobre nove roteiros de promoção da cidade (Parques e Jardins; Porto Escondido; Porto em Família; Lendas do Porto; Porto Natural; Turismo Médico; Turismo Militar; Turismo Industrial e Cemitérios do Porto) e dez vídeos temáticos (Miradouros; Mobilidade; Caminhos de Santiago; Porto de Tradição; Hospitalidade; Arquitetura; Arte Urbana; Recantos; Feiras e Mercados; Texturas).

À Associação de Turismo do Porto foram contratados serviços como a gestão dos postos de turismo e iPoints; a comercialização do Porto.Card, a distribuição dos materiais VisitPorto, assim como a própria promoção do destino Porto e a realização de campanhas de divulgação de eventos para captação do turismo interno.

O Departamento Municipal de Turismo e Comércio deu início ao desenvolvimento do conceito para a criação de um website e uma aplicação móvel para promover o turismo da cidade.

A colaboração com o Great Wine Capitals Global Network teve como propósito afirmar o Porto como destino de enoturismo. Além desta, o Município colaborou com as entidades gestoras dos Caminhos de Santiago e com o Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Colaborações externas permitiram ao Município a promoção do Porto em eventos como a ITB Berlin NOW, a Fiets en Wandelbeurs Online Experience, a FITUR, o WOMEX, a Expo Maratona e o Salão Internacional de Turismo Gastronómico.

O programa “Confiança Porto” fez o reconhecimento de 11 estabelecimentos de Alojamento Local e promoveu 16 ações de formação. Foi criada a figura do Mediador do Alojamento Local, cuja ação pretende conciliar os interesses dos vários intervenientes no setor, desde residentes a gestores de estabelecimentos, dos turistas aos gestores de condomínios.

4.9 SEGURANÇA

No programa Segurança foram executados 4,4 milhões de euros.



A Polícia Municipal do Porto (PMP) continuou o trabalho decorrente do ano anterior e imposto pela pandemia, focada na prioridade do Município de salvaguarda da saúde dos munícipes e de todos que usufruem da cidade. A sua intervenção primou pela cautela e implementação das normas de contingência e as medidas de contenção, mitigação, prevenção e tratamento da doença, através de um regime legal adequado a esta realidade excecional.

Em articulação com a Polícia de Segurança Pública (PSP), participou no policiamento de eventos como a Presidência Portuguesa da União Europeia – Cimeira Social do Porto, o Rally de Portugal e a final da Liga dos Campeões e no policiamento preventivo em Zonas Urbanas Sensíveis como o Bairro da Pasteleira e o Bairro Pinheiro Torres.

No que concerne a atividades com carácter mais permanente, a PMP garantiu a segurança do centro de Testes e de Vacinação Covid-19, no Queimódromo, nas ações

diárias de limpeza e higienização de espaços no âmbito do programa “Porto Cidade sem Droga” e esteve presente no início das obras da Linha Rosa do Metro do Porto, não apenas nas reuniões preparatórias no terreno como nos condicionamentos de trânsito e estacionamento decorrentes.

Prosseguindo a atividade de fiscalização do cumprimento do Código da Estrada, e assumindo o retorno de um maior número de veículos à estrada fruto do levantamento de algumas restrições impostas pela pandemia, a PMP assistiu, em 2021, a um ligeiro aumento dos casos de incumprimento. Foram removidos 4.466 veículos e rebocados 15.373, tendo as autuações de contraordenações rodoviárias chegado às 32.390.

De forma a aumentar a eficácia da resposta quanto à regularização da circulação, estacionamento e segurança das infraestruturas, foram realizadas 5.768 ações de patrulhamento de visibilidade e 4.559 diligências das ciclo patrulhas.

Foi celebrado contrato com a empresa de serviço de reboques para a remoção e transporte, para o local de depósito, de todo o tipo de veículos automóveis, ligeiros e pesados, em estacionamento indevido e/ou abusivo.

Foi, também, contratualizada a aquisição de serviços de transporte, parqueamento, desmantelamento, guarda ou devolução dos veículos reclamados pelos seus proprietários e emissão de certificados de destruição de veículos em fim de vida.

A frota de meios auto foi reforçada com a aquisição de dois motociclos Yamaha Tracer 700, substituição de quatro viaturas e iniciou-se o processo de aquisição de fardamento e equipamento para o efetivo policial.

A Divisão de Segurança e Infraestruturas da PM, por forma a reforçar a sua capacidade interventiva, integrou no seu quadro 23 Assistentes Operacionais, para funções de atendimento nos diversos espaços municipais.

Em articulação com a Direção Municipal de Sistemas de Informação, foram instalados 35 novos computadores e atribuídos 20 *tablets* aos Controladores de Estacionamento afetos à Divisão de Trânsito, para registo das ocorrências presenciadas na via pública no Portal de Gestão de Ocorrências – Reporta Porto.

No âmbito da vigilância e segurança destacam-se os serviços de vigilância e segurança humana, serviços de Ligação a Central de receção e Monitorização de Alarmes (LCMA) e serviços de Ronda Móvel (RM) para todos os espaços da propriedade do Município do Porto.

Relativamente à atividade do Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) do Porto, em 2021 há a registar 408 intervenções relacionadas com o grupo de trabalho específico

criado no ano anterior para combate à pandemia. Dessas intervenções, 331 foram ações de descontaminação, 20 transportes de casos positivos, 24 de negativos e 33 ações de apoio a hospitais.

No âmbito da resposta a ocorrências gerais, o BSB teve 4.481 saídas e diminuiu para 7 minutos o tempo médio de resposta a incêndios urbanos. Participou na realização de 113 simulacros, analisou 1.872 processos de segurança contra incêndios remetidos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e pelo Município, e assegurou a realização de ações de formação a 377 colaboradores.

Em 2021, face à pandemia, manteve-se ativo o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, com o objetivo de garantir a rápida mobilização dos meios e recursos e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos.

O Departamento Municipal de Proteção Civil (DMPC) promoveu a avaliação, monitorização e implementação de medidas de prevenção e mitigação da Covid-19 em feiras, mercados, instalações sanitárias, parques urbanos e infantis, bem como na orla costeira. Definiu o Plano de Contingência para a Feira do Livro e emitiu pareceres para diversos outros eventos.

Neste contexto, o DMPC foi o serviço municipal de referência para o estudo, enquadramento e resposta a diferentes pedidos de esclarecimentos relativos às medidas de caráter excecional vigentes. Teve uma forte participação nos centros de vacinação e de testagem à COVID-19 dispersos pela cidade, tendo empenhado os seus recursos humanos e logísticos, contribuindo, assim, para o bom funcionamento destas estruturas e no apoio e orientação à população em geral.

Ao nível de instrumentos de planeamento, 2021 destaca-se pela elaboração, aprovação e publicitação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tendo sido constituída a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Foi também responsável pelos Planos de Coordenação de Eventos de iniciativas como o “Rally Porto Super Special Stage” e a Final da Liga dos Campeões e cooperou no Plano Municipal de Segurança Rodoviária, no Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, no Plano de Contingência Saúde Sazonal | Módulo verão: Aviso temperaturas elevadas, no Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Águas do Município do Porto, no Plano Municipal de Arborização, no Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto, e no Plano de Valorização de Dados do Município do Porto.

Em 2021, deu-se continuidade à cartografia de risco de movimentos de massa em taludes e escarpas e, a par desta, encetou-se o processo tendente à elaboração da “Carta de Suscetibilidade de Movimentos de Massa em Vertente no Concelho do Porto”.

Foi consolidada a Plataforma de Monitorização e Gestão Meteorológica, uma rede de monitorização de parâmetros ambientais distribuída pela cidade, com uma sistematização de dados meteorológicos oriundos das várias estações em *dashboard*. Este sistema consubstancia uma ferramenta de verificação e análise de diferentes variáveis meteorológicas e assegura a adequada vigilância de situações de risco, permitindo inferir, num cenário futuro, e mediante as mesmas condições, que medidas preventivas e condutas de autoproteção deverão ser adotadas.

Ao longo do ano, o DMPC deu resposta a 2.155 ocorrências, exterminou 474 ninhos de vespa velutina na cidade, assegurou 12 avisos dirigidos à população potencialmente afetada pela iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, divulgando a informação associada a cada evento e as medidas de autoproteção a adotar. Participou ainda em 59 simulacros para testes de medidas de autoproteção, e assegurou a tramitação de 616 processos administrativos.

Em 2021 foi também ativado o Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, o qual esteve ativo por 19 dias. Durante este período registaram-se 518 pernoitas na Estação de Metro dos Aliados, tendo-se empenhado diariamente 22 elementos, apoiados por 8 viaturas.

4.10 DESPORTO E ANIMAÇÃO

No objetivo do Desporto e Animação integra-se o programa Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade, onde foram executados 8,5 milhões de euros, na quase totalidade pela empresa municipal Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM, S.A.

1.500

inscrições na

Missão Férias@Porto

e inclusão de
crianças e jovens
com necessidades
educativas especiais



Inclusão de aulas de
skate e surf, além do
breakdance no projeto
“**Desporto no Bairro**”

Isenção de

**PAGAMENTO DE
INSCRIÇÕES NAS
CAMADAS JOVENS
DE CLUBES E
ASSOCIAÇÕES
DESPORTIVAS**

Lançamento da

APLICAÇÃO MÓVEL

Desporto365

Isenção de

**TAXAS A CLUBES
E ASSOCIAÇÕES
DESPORTIVAS NA
UTILIZAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS
DESPORTIVOS
MUNICIPAIS**



Realização da

**PRIMEIRA ETAPA DA
Liga Pro Skate**
no Parque Desportivo
de Ramalde



**REGRESSO DOS DIVERTIMENTOS
E ESTRUTURAS ITINERANTES
NAS FESTAS DE SÃO JOÃO**

Em 2021, os programas e eventos desportivos e de animação mantiveram-se condicionados pelo contexto pandémico, tendo de adaptar-se às medidas restritivas em vigor.

De maio a dezembro foi possível assegurar os programas “Dias com Energia” e “Domingos em Forma”, com limitações no número de inscrições e a manutenção de um distanciamento entre participantes. O mesmo sucedeu com as aulas de skate no Parque Desportivo de Ramalde.

O programa Missão Férias@Porto contou com cerca de 1.500 inscrições. Destaque para a parceria com a Associação de Desporto Adaptado do Porto (ADADA), que permitiu assegurar o acompanhamento especializado de crianças e jovens, entre os 6 e os 15 anos, com necessidades educativas especiais. Outra das novidades foi a introdução em toda a sinalética do código ColorADD para daltónicos. O Município do Porto ofereceu ainda 94 inscrições gratuitas a crianças e jovens de 11 instituições de Solidariedade Social, sinalizados pelo Departamento Municipal de Coesão Social.

Ainda no domínio da responsabilidade social, a Ágora apoiou a realização de vários eventos de desporto adaptado, como o “Torneio de Natação Adaptada”, “Surf para Todos”, “Encontro Nacional de Surf Adaptado” ou o “International Wheelchair Clube de Ténis do Porto”. Destaque também para o programa Porto Sem Barreiras, que possibilitou a utilização gratuita de instalações desportivas municipais a entidades que apoiam cidadãos com deficiência.

Numa altura em que os clubes, associações e coletividades da cidade passavam por momentos de grande dificuldade, destacam-se os Contratos de Desenvolvimento Desportivo, que garantiram o pagamento integral das inscrições aos escalões de formação, beneficiando mais de seis mil jovens atletas, o programa “Capacita Des.Porto” e o “Retoma Desporto”, que consubstancia uma nova linha de incentivo que abrangeu 45 clubes e associações desportivas, apoiando a aquisição de material desportivo e médico-desportivo. O Município do Porto isentou ainda os clubes do pagamento relativo à utilização dos equipamentos desportivos municipais.

2021 foi também dedicado a ações de melhoria e de requalificação dos equipamentos e instalações desportivas, que tiveram como objetivo promover a melhoria dos níveis de qualidade, conforto e segurança dos utentes nas piscinas e pavilhões.

A GO Porto, EM, encontrava-se a concluir os projetos da Fase II do Parque Desportivo de Ramalde e a desenvolver a construção do Complexo Desportivo Municipal e do Campo do Outeiro.

A segunda edição do “Desporto no Bairro” veio expandir a sua área de intervenção a seis bairros da cidade, passando a contar com um total de quinze bairros: Pasteleira, Pinheiro Torres, Ramalde, Campinas, Aldoar, Fonte da Moura, Viso, Cerco e Lagarteiro, Bairro de Francos, Contumil, Pio XII, São Tomé, Carriçal e Agra do Amial. Houve ainda um reforço das modalidades praticadas com a inclusão, além do breaking, do skate e do surf. A apresentação final teve lugar em julho, num espetáculo no Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota.

Para agregar toda a oferta desportiva da cidade, a Ágora lançou a aplicação móvel Desporto365, que reúne os equipamentos e modalidades desportivas disponíveis, com informação atualizada sobre os clubes e entidades desportivas na área geográfica do Porto.

No âmbito dos grandes eventos internacionais, realizou-se a etapa “Porto Special Stage”, integrada na 54.ª Edição do Rally de Portugal. Ainda sem público, a prova, organizada pelo Automóvel Clube de Portugal, teve impacto mediático com a

transmissão em direto nos canais televisivos RTP e SportTV, assim como a transmissão para mais de 55 países.

Eventos como a Meia Maratona do Porto, a Maratona do Porto e a Volta a Paranhos regressaram ao formato original. Destaque, também, para a Liga Pro Skate, prova pontuável para o ranking olímpico da modalidade, realizada pela primeira vez no Parque Desportivo de Ramalde.

A Ágora apoiou a realização de dois eventos internacionais de ténis: o Porto Ladies Open – ITF W25 e o Porto Open, que foi, entretanto, elevado para a categoria ATP Challenger 80. Outro dos eventos que marcaram o ano foi a realização da final nacional do Red Bull BC One, no Silo Auto, uma prestigiada competição de breaking, que apura os melhores B-Boys e B-Girls para a final mundial, que decorreu na cidade de Gdansk, na Polónia.

Na esfera entretenimento, as Festas de São João desenvolveram-se em contexto de grande condicionamento por força da pandemia, e alicerçaram-se em três momentos: a execução de um Mural de Arte Urbana, pela artista Mariana Malhão, a realização de um *workshop* para a ampliação da Cascata Comunitária – exposta no Mercado Temporário do Bolhão – e a colocação de uma instalação com 900 manjericos, desenhada e desenvolvida pelo coletivo portuense FAHR 021.3. Procedeu-se ainda à instalação de divertimentos e estruturas itinerantes em dois espaços com entrada controlada, na Rotunda da Boavista e no Largo do Calém.

O Programa de Arte Urbana do Porto apresentou novas intervenções nas ruas da Restauração, das Flores e da Bateria.

Em junho e julho, o Festival Trengo, dedicado ao circo contemporâneo, apresentou 14 espetáculos entre o Parque do Covelo e o Teatro Rivoli, numa programação para toda a família.

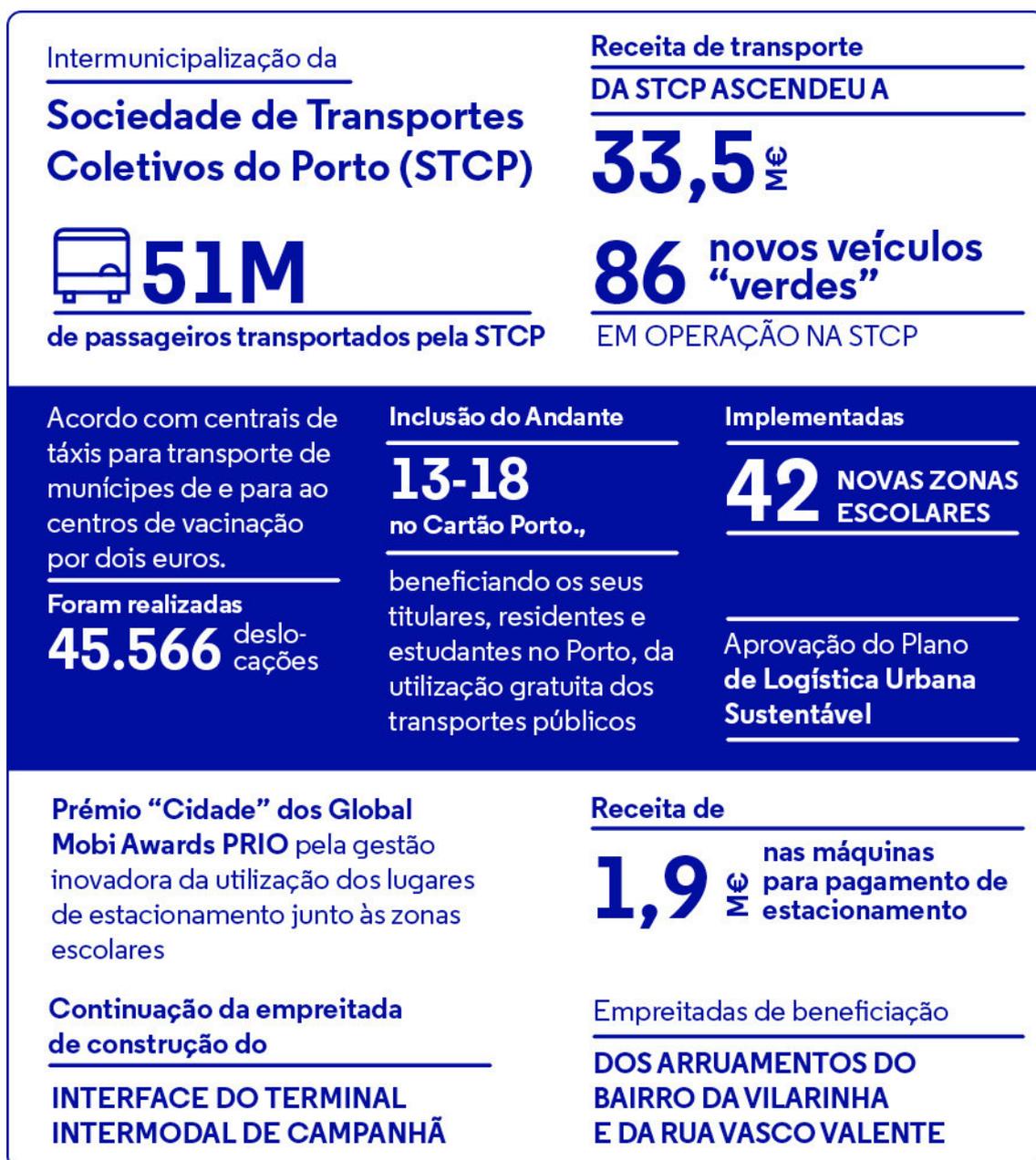
O Warm Up, evento que marcou a contagem decrescente da Feira do Livro, apresentou ciclos de Spoken Word e concertos de vários géneros musicais.

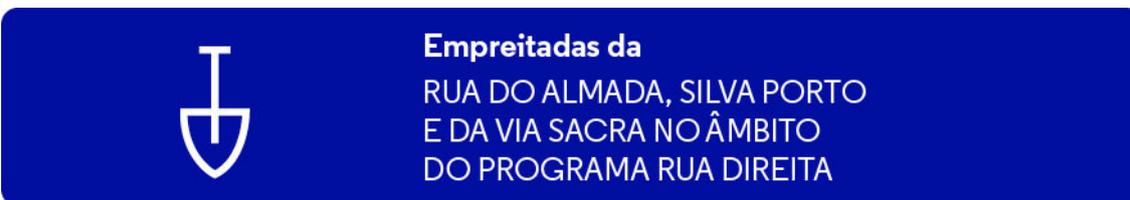
Por força das restrições em vigor, grande parte da programação de Natal decorreu em recinto fechado, com vários dias repletos de música, teatro, dança e circo. No exterior, foi apresentado um espetáculo de *video mapping*, criado e desenhado especificamente para a Concha Acústica, nos Jardins do Palácio de Cristal.

O concerto dos GNR, inicialmente programado para a Passagem de Ano, foi reagendado para março de 2022, fruto das medidas restritivas de combate à pandemia.

4.11 MOBILIDADE

No objetivo da Mobilidade, composto pelo programa Melhoria da mobilidade e infraestruturas, foram executados 30,7 milhões de euros. Inclui-se, este ano, a atividade da agora intermunicipal empresa Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.





2021 fica marcado como o primeiro ano de intermunicipalização da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), da qual o Município do Porto é acionista maioritário. Sob gestão e titularidade dos seus municípios da rede, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, a sociedade ultrapassou os 51 milhões de passageiros transportados, mais 1,8 milhões de euros face a 2020.

A receita de transporte, que incluiu a receita de bilheteira, a compensação financeira social andante e Part, ascendeu a 33,5 milhões de euros, aumentando 4,2%, cerca de 1,4 milhões de euros, face ao ano anterior, em linha com o aumento da procura. No entanto, representa ainda cerca de 68% da registada em 2019, ano pré-pandemia.

Os veículos da STCP percorreram 22,3 milhões de quilómetros, um aumento na ordem dos 2%, cerca de 434 mil quilómetros, face ao ano de 2020.

Durante o ano, a sociedade de transportes foi adaptando a sua oferta à situação pandémica, ajustando os horários de algumas linhas à procura. De referir que a imposição da lotação máxima permitida por veículo em 2/3, em vigor desde maio de 2020, terminou em agosto de 2021, o que se traduziu num aumento dos lugares oferecidos.

Do total do investimento realizado, que ascendeu a 22,9 milhões de euros, 94% destinou-se à aquisição de autocarros, tendo entrado em operação 86 novos veículos energeticamente mais eficientes, 81 movidos a gás natural e 5 elétricos, cofinanciados pelo POSEUR. No final do ano, cerca de 65% da frota da STCP estava renovada.

Ainda a procurar mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19, o Município manteve o alargamento do apoio, mediante uma comparticipação financeira, ao setor dos táxis.

Em março de 2021, foi acordado com as centrais de táxis o apoio ao transporte de munícipes de e para os centros de vacinação pelo preço único de dois euros. Foram

realizadas mais 45 mil deslocações e o prazo do projeto foi alargado até junho de 2022.

Foi adjudicado o concurso público da prestação de serviços para operação e manutenção do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), bem como o fornecimento de todos os bens, equipamentos e sistemas necessários ao seu funcionamento.

Foi publicado o regulamento para os Terminais e Interfaces e o regulamento das condições de utilização do Parque de Estacionamento do TIC.

Desde julho de 2021, os jovens entre os 13 e os 18 anos dispõem da assinatura intermodal "Andante 3Z Porto no Cartão Porto.. Trata-se de uma assinatura Andante gratuita - oferecida pelo Município a jovens com domicílio fiscal no Porto e a estudantes que comprovem estudar e residir na cidade, que permite a utilização dos transportes públicos.

A Direção Municipal da Mobilidade e Transportes (DMMT) realizou ainda várias intervenções ao nível da eliminação de barreiras/obstáculos à circulação pedonal com a realização de alargamentos pontuais de passeios, do rebaixamento das travessias pedonais, da colocação de pavimentos táteis e da criação de fase própria para peão nas interseções. Tornou-se, assim, o espaço público mais acessível e seguro para as pessoas em geral e também para aquelas com dificuldades de locomoção, atingindo-se, assim, uma maior justiça e coesão social.

Com vista à redução do consumo de energia elétrica, o Município apoiou a Águas e Energia do Porto, EM na substituição das luminárias por outras de tecnologia LED na iluminação pública, diretamente ligada à segurança no tráfego.

No âmbito da gestão da mobilidade em zonas escolares o Porto associou-se à vigésima edição da Semana Europeia da Mobilidade com a expansão das zonas de partilha. Para maior segurança dos alunos, foram implementadas 42 novas zonas escolares através da pintura de marcas rodoviárias e da colocação de sinalização vertical.

O Município do Porto venceu o prémio "Cidade" dos Global Mobi Awards PRIO. O reconhecimento é atribuído ao projeto IDEA - Utilização partilhada e eficiente da via pública, que contempla a gestão inovadora da utilização dos lugares de estacionamento junto às zonas escolares.

Em junho, teve lugar o Fórum de Logística Urbana para apresentação da caracterização e diretrizes da logística urbana sustentável na cidade do Porto.

O Plano de Logística Urbana Sustentável foi aprovado, determinando nove medidas a implementar, no prazo de três anos, em matéria de infraestruturas, regulamentos e incentivos, e gestão operacional.

Em 2021, a DMMT manteve na sua gestão os parques de estacionamento da Trindade, Alfândega, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico e Viela do Anjo. Assegurou, ainda, a gestão dos contratos de concessão dos parques de estacionamento do Infante D. Henrique, Júlio Dinis, D. João I, Castelo do Queijo e Praça de Lisboa (Carlos Alberto, Praça Gomes Teixeira e Palácio da Justiça).

Manteve-se igualmente na gestão do Município a Estação de Recolha de S. Roque, como parque de estacionamento para autocarros em serviço ocasional e serviço regular de passageiros.

Foi adjudicada a concessão para exploração do parque de estacionamento subterrâneo da Ribeira, com a afetação de 120 lugares para suprir a necessidade de estacionamento dos residentes da zona histórica, além de prever 18 lugares para implementação de um ponto de logística urbana.

No âmbito da expansão da Rede Municipal para Modos Suaves, foi dada continuidade ao trabalho realizado em 2020 com a atualização da ligação ciclável da EB 2, 3: Garcia da Orta à Rua de Diogo Botelho e a continuidade da ciclovia da Rua da Constituição até à Rua de Pedro Hispano.

Ainda no âmbito das ligações cicláveis surge o Projeto PEDALAR - Parceria CMP / Colégio Luso Francês, através do qual foi criada uma zona escolar junto ao Colégio Luso Francês e implementada a ligação ciclável do colégio até às ciclovias existentes na zona.

Encontravam-se em funcionamento, no final de 2021, 447 máquinas, que correspondiam a 9.509 lugares de estacionamento, o que representa um proveito/máquina de 4,4 mil euros e uma receita total de 1,9 milhões de euros.

O número de avenças para residentes (incluindo bolsas de residentes) era de 4 759. A diminuição significativa da receita foi consequência da atual situação pandémica, que motivou a suspensão da obrigatoriedade do pagamento do estacionamento entre 13 de março e 18 de maio.

Foi redistribuído o número de lugares em bolsas de estacionamento exclusivo para residentes. A exploração do estacionamento na Zona Ocidental iniciou-se em janeiro de 2020 com três mil lugares de estacionamento e um resultado de cerca de 368 mil euros (3.345 euros/máquina). Em 2021 o resultado ultrapassou os 455 mil euros

(3.674 euros/máquina). O número de avenças para residentes no final de 2021 (incluindo bolsas de residentes) é de 1.474.

Em 2021 foi concluída a empreitada de Requalificação da Avenida de Fernão de Magalhães, no âmbito da qual foi implementado um Corredor de Autocarros de Alta Qualidade (CAAQ), com um sistema de sensorização inteligente que permite a priorização dos veículos de transporte público urbano pesado de passageiros.

Em parceria com a Infraestruturas de Portugal (IP), os Municípios do Porto, Matosinhos e Maia formaram um grupo de trabalho para a Via de Cintura Interna (VCI) com a missão de definir um conjunto de medidas a implementar para a redução do número de veículos pesados e do número de acidentes, a melhoria do serviço da Infraestrutura Viária, a gestão de portagens, e as melhorias e gestão da Infraestrutura.

Considerando o elevado impacto esperado na mobilidade da cidade associado à empreitada de execução da Linha Rosa da Metro do Porto, os serviços da DMMT iniciaram reuniões semanais de acompanhamento, onde participaram o Departamento Municipal do Espaço Público e a Proteção Civil, com vista a mitigar/analisar os condicionamentos de trânsito e estacionamento inerentes. Foram analisados 45 pedidos de condicionamento.

Foi dado início ao processo de instalação do sistema de videovigilância com a definição da localização das câmaras e a solução de arquitetura com o objetivo de montar um sistema redundante de gravação, de modo a responder aos requisitos do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública.

Entrou em funcionamento o projeto Cooperative-Streets, com um laboratório de testes com plataformas C-ITS (Cooperative Intelligent Transport Systems and Services) para apoiar o desenvolvimento e integração dos sistemas.

Relativamente ao piloto "Plataforma de Mobilidade", os progressos centraram-se na integração das fontes de dados de mobilidade num repositório ("Plataforma Urbana" tecnologia FIWARE NGSI DataModel), no início do desenvolvimento das interfaces de acesso aos dados, assim como de uma versão de teste de uma biblioteca de conversão FIWARE NGSI DataModel para DATEX-II v3.1, para algumas das principais fontes de dados.

Relativamente ao piloto dos transportes públicos foram modernizados os controladores de tráfego na Avenida de Fernão Magalhães e no corredor do Eléctrico na Marginal, elaborados três cadernos de encargos para a aquisição de OBUs, RSUs, Plataforma C-ITS e motorização do aparelho de mudança de vias no canal do Eléctrico.

No piloto de monitorização do tráfego urbano foram adquiridas e instaladas câmaras de analítica de tráfego, e lançado e adjudicado o procedimento para a aquisição de Painéis de Mensagem Variável.

Paralelamente o Município participou em atividades de gestão e divulgação do projeto, nomeadamente no ITS World Congress 2021 na cidade de Hamburgo, Alemanha, como orador convidado num debate sobre Sistemas Cooperativos de Transporte no Porto, e no Workshop Multimodal Travel Information Services (MMTIS) como convidado num fórum de discussão sobre a tecnologia MMTIS e o progresso dos pilotos.

Terminou o projeto europeu Cooperative-Roads, adquirindo-se um serviço para o desenvolvimento de uma mensagem de retorno do controlador para a RSU e instalada a segunda RSU, na Praça Nove de Abril.

Foi dado apoio técnico e especializado na produção da Carta de Sinistralidade 2020 e da Carta de Ordenamento de Trânsito, assim como preparados conteúdos para o microsite da mobilidade, cartografia de apoio às zonas de acesso condicionado automóvel, informação cartográfica para o projeto C-Streets, entre outros.

Manteve-se a produção de nova informação geográfica, em articulação com os donos de negócio e promovendo autonomia na atualização e manutenção da informação.

A Plataforma de Trânsito em desenvolvimento permitiu já a disponibilização de alertas SMS relativos aos condicionamentos de trânsito próximos da área de residência dos munícipes registados no Cartão Porto., e foi otimizada a página de visualização de condicionamento a todos os ecrãs uma vez que 71% dos munícipes acedem à página através de dispositivos móveis.

Teve início o contrato de prestação de serviços de manutenção de todos os componentes dos subsistemas que compõem o Sistema de Gestão de Mobilidade da Câmara Municipal do Porto (SGMCMP) e de expansão, onde se inclui os subsistemas de Sinalização Luminosa Automática de Trânsito (SLAT), Sistema de Controlo de Acessos Automáticos (SCAA), Sistema de Videovigilância de Tráfego (SVT) e Sinalização Dinâmica (SD).

Um dos objetivos e obrigações do contrato é também a substituição de 272 controladores de tráfego e de 68 câmaras CCTV. No ano de 2021, foram substituídos 43 controladores de tráfego e nove câmaras CCTV. Foram ainda instaladas 28 novas câmaras de vídeo (SVT) e duas novas instalações luminosas (SLAT).

Manteve-se a gestão do Funicular dos Guindais, do Elevador da Lada, bem como a gestão dos túneis municipais.

No âmbito da intervenção da GO Porto, EM com vista à melhoria da mobilidade e infraestruturas, destaque para as empreitadas de beneficiação dos arruamentos do Bairro da Vilarinha e da Rua Vasco Valente, de requalificação da Av. Fernão de Magalhães e de reabilitação da Rua de Serralves.

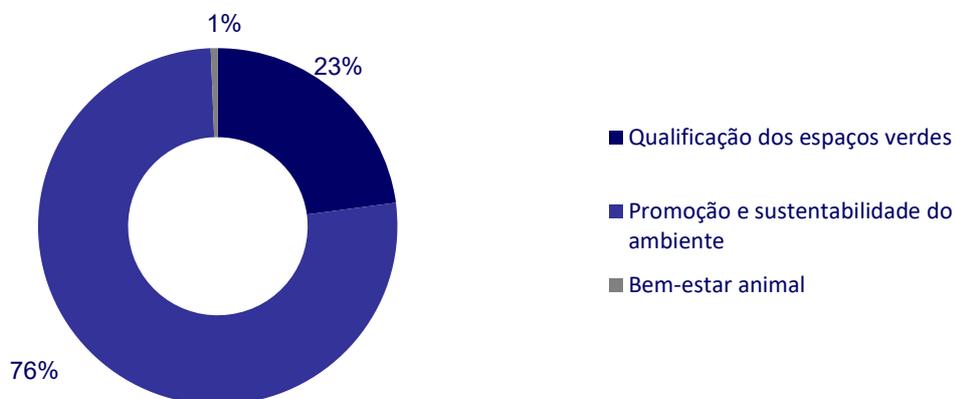
A estas, juntam-se os trabalhos de pavimentação na Rua do Molhe, Rua de Fez, Rua Pero de Alenquer, Rua de Sagres, Rua Alfageme de Santarém, Rua Dr. Ramalho Fontes, Rua do Grão Magriço, Rua Júlio Dantas e Travessa de Nevogilde (parte), Rua de Gondarém, Rua Dr. Jacinto Nunes, Rua do Crasto, Rua da Cerca (parte), Jardim Antero de Figueiredo, Rua da Fonte da Luz (parte) e Rua do Monsenhor Manuel Marinho (parte).

Procedeu-se também à execução das empreitadas de pavimentação na Rua Reinaldo Oudinot, Rua Álvares Cabral e outras, e arrancou a beneficiação de arruamentos no Bairro Marechal Gomes da Costa, da Avenida Rodrigues de Freitas e Rua Duque de Loulé, a requalificação da Rua de Alexandre Fleming, da Rua António Enes, da Rua de Chaimite, a reabilitação da Quinta do Mitra, e a construção dos acessos ao Loteamento das Eirinhas.

No âmbito do Programa da Rua Direita, deu-se início às empreitadas da Rua da Arada, da Rua Silva Porto, da Rua da Via Sacra e outras. Foi também dada continuidade à elaboração de projetos dos diversos arruamentos, preparando-se o lançamento de concursos públicos e de novas empreitadas no início do próximo ano, como são o caso da Rua do Mirante e da Requalificação da Rua do Monte da Luz e outras.

4.12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Figura 11 - Ambiente e Qualidade de Vida



O Ambiente e Qualidade de Vida integra os programas Qualificação dos espaços verdes, com 4,5 milhões de euros, Promoção e sustentabilidade do ambiente, com 14,9 milhões de euros, e Bem-Estar animal com 121,6 mil euros.

 <p>Primeiro ano de assunção de competência na área energética pela Águas e Energia do Porto, EM</p>	<p>Marco histórico na redução da água não faturada com um índice de 15%</p> <p>100%  das praias com Bandeira Azul</p>	<p>Renovado o “Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”</p> <p>Lançamento da PLATAFORMA H2LEAKS para otimização na deteção de perdas de água</p>
<p>Codesenvolvimento do Virus4Health, que permite detetar antecipadamente a circulação do vírus SARS-CoV-2 na comunidade</p>		<p>Prorrogação da MEDIDA EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS</p>
<p>Aumento do  NÚMERO DE ANIMAIS ADOTADO NO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS</p>		

**Início da expansão
e beneficiação do
PARQUE
DE S. ROQUE**

Plantação de

561 

árvores e produção de

547.919

PLANTAS NO
VIVEIRO MUNICIPAL

**Início da intervenção
NO PARQUE
DA CIDADE**

Expansão da

**HORTA DA OLIVEIRA
E CRIAÇÃO DA HORTA
DE PARANHOS,
disponibilizando mais**

51 talhões

Investimento de

677m€

EM 18 ESPAÇOS DE
LAZER/DESPORTIVOS

Expansão do

SISTEMA DE REGA
INTELIGENTE A MAIS
CINCO ESPAÇOS

126.010 kg

de resíduos recolhidos no projeto
Porto Cidade Sem Droga

64,5% das
viaturas

da frota municipal movidas
a combustíveis “verdes”

Início dos trabalhos

**DO PROJETO
ASPRELA+
SUSTENTÁVEL**

Elaboração do

**PACTO DO PORTO
PARA O CLIMA E
DO PLANO PARA A
ENERGIA**

e o Clima do Porto

2030-2050

Prémio de Excelência

**DO SERVIÇO
PRESTADO AO
CONSUMIDOR PELA
Porto Ambiente na
área dos resíduos**

Lançamento do
projeto “Orgânico”
que recolheu **733**

TONELADAS DE RESÍDUOS DE
5.762 ADERENTES

Recolha de
803

toneladas de
resíduos com
o projeto
“Porta a Porta”

Dentro do programa Qualificação dos Espaços Verdes, foram iniciadas as obras de expansão e beneficiação do Parque de S. Roque, a requalificação da Praça de Pedra Verde, o início da requalificação do espaço de jogo e recreio de Bessa Leite, a requalificação da Rua da Quinta, da Horta da Bela Vista e um conjunto de

intervenções no Parque da Cidade como a substituição da conduta de rede de rega, a criação de estadia e acabamento do Anfiteatro e a reparação e valorização das margens do Lago I.

Procedeu-se à construção de um parque infantil na Praça da Corujeira, à abertura do espaço de jogo e recreio do Bairro do Falcão e ainda à abertura de um procedimento de contratação para a criação de um novo espaço de jogo e recreio em Ramalde.

Em colaboração com a GO Porto, EM, iniciou-se a requalificação do Remate Poente do Parque da Cidade, procedeu-se à criação da zona desportiva e à implementação de uma rede de 18 parques de equipamentos seniores de lazer/desportivos, num investimento superior a 677 mil euros.

Iniciado em 2017, o projeto de "Requalificação do espaço público - arborização", de requalificação e redimensionamento de caldeiras de árvores e de beneficiação de vias pedonais, já interveio em 1.083 caldeiras de árvores, em 78 artérias da cidade.

Foram plantadas 561 árvores e produzidas mais de 547.000 plantas no Viveiro Municipal, podadas mais de seis mil árvores e realizadas intervenções de segurança em 504, tendo-se ainda inventariado mais de sete mil árvores existentes em parques urbanos, jardins e escolas.

Foi ampliada a rede de hortas municipais com a expansão da horta da Oliveira e a criação da horta de Paranhos, disponibilizando à população mais 51 talhões para cultivo biológico.

Com vista à gestão eficiente dos sistemas de rega, procedeu-se à instalação do sistema IQ no Jardim do Homem do Leme, na Avenida Marechal Gomes da Costa, na Praça de Liège e na Quinta do Covelo.

Mantiveram-se as ações de gestão do património arbóreo e do viveiro municipal, bem como de controlo de pragas, nomeadamente ações de prospeção e colheita de material vegetal para despistar a presença da bactéria xylella fastidiosa. Realizaram-se 1.662 intervenções de prevenção e combate no conjunto de palmeiras do Município.

Em 2021, o Parque da Cidade viu renovada a certificação "REGISTO EMAS", um mecanismo do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria para a melhoria contínua do desempenho ambiental, através da avaliação e gestão dos impactos ambientais de empresas e organizações.

O Parque da Cidade, mas também o Jardim do Passeio Alegre, foram distinguidos pelo Green Flag Award, um programa de acreditação internacional que reconhece e

premeia os parques e espaços verdes com os mais elevados padrões de exigência na gestão e manutenção.

No contexto da promoção do Parque Oriental do Porto, o Município estabeleceu uma colaboração entre o CIBIO-InBIO através do ICETA - Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da Universidade do Porto, com vista à implementação do projeto “Os polinizadores no Parque - Biodiversidade e Paisagem” que visa capacitar o espaço para a promoção e divulgação dos valores naturais e paisagísticos da cidade junto da população escolar e dos visitantes.

Seguindo o objetivo de Promoção e Sustentabilidade do Ambiente, intensificaram-se as ações de limpeza de terrenos, destacando-se o projeto “Porto Cidade Sem Droga” com mais de 126 mil kg de resíduos recolhidos, as intervenções em caminhos de saibro e a reestruturação da metodologia de manutenção preventiva na conservação de infraestruturas urbanas e jardins municipais.

Em 2021, a representatividade de viaturas movidas a combustíveis “verdes” na frota municipal aumentou para 64,5%, permitindo a poupança de 402 t de CO2 na emissão de gases com efeito de estufa. Os sete veículos de carga adquiridos são 100% elétricos.

Foi já preparada a renovação do aluguer operacional de veículos, que abrange cerca de 80% da frota municipal, com uma forte aposta na substituição de viaturas com motor a combustão por alternativas elétricas ou híbridas plug-in.

No que concerne ao planeamento e gestão ambiental, foi lançado o novo Plano de Educação para a Sustentabilidade para o Porto, que contou com 5.220 participantes, e 90 jovens de três escolas secundárias integraram o projeto ADAPTA-TE!.

Foi concebida a estrutura da Eco-Agenda Desmaterializada do Porto 2021 e melhoradas as hortas pedagógicas do Covelo e Núcleo Rural.

Com o objetivo de promover a economia circular, o Município subscreveu a “European Circular Cities Declaration” e lançou o Foodloop, um concurso de ideias no setor alimentar, mantendo-se em atividade do Cityloops.

No âmbito do H2020 – URBiNAT, nasceu a decisão de construir o Parque da Alameda de Cartes e a criação de Grupos de Trabalho e da Comissão de Trabalho do Corredor Saudável. Destaque ainda para o início dos trabalhos do projeto Asprela+Sustentável, financiado pelos EEA Grants.

Deu-se início aos trabalhos da Política de Compras Sustentáveis do Município do Porto e à colaboração com a rede Cities Circular Public Procurement, da Fundação Ellen MacArthur, com quem já havia as parcerias FOOD e CE100.

No âmbito do Florestas Urbanas Nativas Porto III, foi implementada a quarta edição do “Se tem um jardim temos uma árvore para si” e lançada a Rota das Árvores do Porto 2021/2022 do projeto Florestas Urbanas Nativas do Porto.

Com o intuito de proteger e valorizar o património natural, procedeu-se à inventariação dos pavões nos jardins do Palácio de Cristal.

O Município foi coorganizador do Fórum Ambiental do Eurocities e melhorou a classificação anterior no Carbon Disclosure Project pela adaptação e mitigação às alterações climáticas.

Ainda neste campo, foi elaborado o Pacto do Porto para o Clima e desenvolvido o Plano para a Energia e o Clima do Porto 2030 – 2050.

Manteve-se a recolha de indicadores para avaliar a resposta da cidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a propósito do Voluntary Local Report – Sustainable Development Goals 2030.

Relacionada com a competência de gestão do ruído, o Município recebeu 273 pedidos de intervenção e concluiu 222 processos de reclamação, tendo sido emitidas 849 Licenças Especiais de Ruído, realizados 28 relatórios acústicos e aprovado o Plano Municipal de Ruído versão 2.0.

A equipa de Metrologia verificou 2.626 instrumentos de medição ao longo de 1.545 estabelecimentos.

Em 2021, ficou concluída a empreitada "Capela do Cemitério Prado do Repouso – Abóbada".

A Porto Ambiente, EM recebeu o Prémio de Excelência do serviço prestado ao consumidor na área dos resíduos, atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Tendo arrancado no final de abril, o projeto “Orgânico” conta com quase 26 mil aderentes e 402 equipamentos de recolha de proximidade. Foi responsável pela recolha de 733 toneladas de resíduos orgânicos.

Com um total de quase dois mil aderentes, o projeto Porta a Porta, na vertente residencial, recolheu 803 toneladas. Ao longo do ano, foi dada continuidade à requalificação do mobiliário urbano e à renovação da frota de recolha.

Ainda que o total de resíduos recolhidos se tenha mantido idêntico, assistiu-se a uma redução de 2.063 toneladas na fração indiferenciada e um crescimento de 8,75% na fração seletiva.

Sublinhe-se o arranque da operação de limpeza das praias decorrente da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado.

Na sequência da alteração estatutária e do alargamento do objeto social, foi formalizado o Contrato-Programa entre o Município do Porto e a Águas e Energia do Porto, EM, a qual foi incumbida da definição e monitorização da estratégia energética municipal integrada, com vista à obtenção de eficiência operacional, a disponibilização de uma oferta integrada de serviços, o combate à pobreza energética e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Foi assumida a operação e manutenção das infraestruturas de iluminação pública, cénica e de espaços verdes da cidade, através de meios humanos e materiais próprios ou do contrato de concessão com a E-Redes. Registaram-se 1.422 requisições, 73% referentes à iluminação pública, e 110 pedidos de análise de novos projetos de licenciamento de iluminação pública.

O primeiro Contrato de Mandato com o Município do Porto encarregou a Águas e Energia do Porto, EM das intervenções relacionadas com a construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia renovável na esfera das instalações municipais.

Importa referir o lançamento do concurso público para fornecimento de iluminação pública na zona do Bonfim (zona D). Do mesmo modo, foi preparado o concurso para a empreitada de conceção e construção de unidades de produção de eletricidade a partir de energia fotovoltaica conducente à constituição da Comunidade de Energia Renovável do Bairro da Agra do Amial.

Foram concluídas seis empreitadas cujo valor global ascendeu a 8,2 milhões de euros, com destaque para a empreitada integrada no Plano de Remodelação da Rede de Distribuição de Água, e a obra de reabilitação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais do Bairro do Regado.

De assinalar, ainda, a conclusão da obra do Laboratório da empresa, um investimento de 1,1 milhões de euros que se traduz num edifício equipado com as mais recentes tecnologias para o controlo analítico de todo o ciclo urbano da água.

A empresa registou progressos relevantes em empreitadas de reabilitação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais na Avenida Fernão de Magalhães, nas ruas Barão Forrester, Senhora do Porto e Elísio de Melo e no Bairro de São João de Deus. Deu, ainda, continuidade às obras do projeto “Setorização Mais” para redução das perdas reais e da criação do Parque Central da Asprela.

A Águas e Energia do Porto, EM implementou uma solução inovadora para a reabilitação de infraestruturas sem recurso a abertura de vala, denominada relining, evitando, assim, os incómodos provocados pelo impacto na via pública.

Foram lançados procedimentos de contratação pública, correspondentes a aproximadamente 4,6 milhões de euros, para a reabilitação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais na Rua e Pátio do Bolhão, bem como a execução de ramais e extensões pontuais de condutas e coletores.

De mencionar, ainda, a adjudicação de seis procedimentos de contratação pública relativos à remodelação das três redes em diversos arruamentos da cidade, com um montante global de cerca de 4,3 milhões de euros.

2021 foi o ano em que se alcançou um marco histórico na redução da água não faturada (ANF), com um índice de 15% em comparação com 17,1% no ano anterior.

Ainda em contexto de pandemia, a Águas e Energia do Porto, EM assistiu a uma queda de 1,5% no volume de água faturada, que se ficou nos 45m³ de média diária.

Deu-se início à elaboração do Plano Diretor de Abastecimento de Água, de forma a garantir a total capacidade de resposta do sistema de abastecimento de água a qualquer zona da cidade, e foi aprovado um novo Plano de Segurança da Água (PSA), que assegura o fornecimento continuado, em quantidade suficiente e com a pressão adequada.

Em novembro, a ERSAR renovou a atribuição do “Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano” à Águas e Energia do Porto, EM, confirmando a excelente qualidade da água, tanto a que chega à torneira dos consumidores (99,74% de “Água Segura”) como a que é distribuída pela rede pública (99,56% de “Água Segura”).

Arrançou o Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água do Município do Porto, com foco na identificação e priorização de medidas e investimentos que minimizem a vulnerabilidade do Município em relação às alterações climáticas, e aos

impactos nos recursos hídricos, encontrando-se alinhado com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

Mais uma vez, o Município atingiu o pleno na atribuição de Bandeiras Azuis nas zonas balneares. As praias de Gondarém e do Homem do Leme receberam a classificação de “Praia com Qualidade de Ouro”, atribuída pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e manteve-se a distinção “Praia Acessível, Praia para Todos” no Homem do Leme e Carneiro.

Coube ao Pavilhão da Água desenvolver as ações de educação ambiental, adaptando as iniciativas ao tema de 2021 da Bandeira Azul: “Recuperação de ecossistemas”.

Em 2021, sublinha-se o regresso do Jardim da Água, que trouxe o Mercado da Alegria, uma visita guiada pelo historiador Joel Cleto, e o propósito de aproximar a população do Parque das Águas. Entre as iniciativas, referência ao assinalar do Dia Mundial da Água, com iniciativas de sustentabilidade, responsabilidade social e inovação.

A Águas e Energia do Porto, EM foi distinguida com o Prémio Kaizen, na categoria “Excelência na Digitalização”, que destaca projetos de transformação digital com resultados de eficiência, flexibilidade, qualidade e nível de serviço, impulsionadores de crescimento e valor para as organizações.

A aposta numa cultura de inovação no setor das águas levou à entrada em funcionamento da ferramenta H2Meter para otimização de tarefas operacionais, com base em inteligência artificial. Ainda no campo da otimização, mas no que diz respeito a deteção de perdas de água, a empresa municipal passou a utilizar a plataforma H2Leaks de forma a reduzir o tempo entre a emissão de alertas, a deteção de roturas e a reparação das mesmas.

No domínio da Investigação e Desenvolvimento, a Águas e Energia do Porto, EM codesenvolveu um sistema de alerta precoce que permite detetar antecipadamente a circulação do vírus SARS-CoV-2 na comunidade.

Denominada Virus4Health, a iniciativa que visa a monitorização regular da presença deste vírus nos afluentes às ETAR do Freixo e de Sobreiras, conta com a participação do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa e da USP – Unidade de Saúde Pública, Agrupamento de Centros de Saúde do Porto Ocidental.

A implementação da metodologia Kaizen nesta empresa municipal traduziu-se na redução dos lead time dos processos e dos custos associados e no incremento da produtividade dos colaboradores, melhorando a qualidade da relação com os clientes externos e internos. Um exemplo paradigmático deste processo de melhoria, prende-se com a faturação com integração da leitura dos contadores, sendo que, no final de 2021, 58,8% dos clientes já tinham instalados contadores inteligentes, munidos de sistema de telemetria.

Aprovada em dezembro de 2020, a medida excecional de regularização de dívidas, em execução fiscal, teria o prazo de seis meses, mas, perante a crise económica resultante da Covid-19, a Águas e Energia do Porto, EM e a Porto Ambiente, EM aprovaram a prorrogação da iniciativa até outubro de 2021. No total, foram recuperados mais de 571 mil euros, de uma quantia exequenda instaurada superior a 1,7 milhões de euros.

No que respeita à adesão aos planos de pagamento em prestações, com dispensa parcial de pagamento de juros vencidos e vincendos, juros compensatórios e custas judiciais, verificou-se que foram celebrados 969 planos, num valor global superior a 616 mil euros.

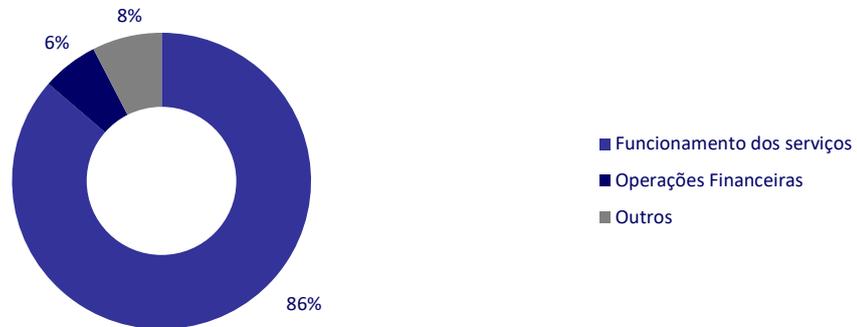
No início do ano foi ainda aprovada nova medida de apoio excecional aos clientes não domésticos para a isenção do pagamento das tarifas fixas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos no primeiro trimestre do ano. A isenção, que ultrapassou os 94 mil euros, beneficiou 1.691 clientes.

Durante o ano, registou-se um acréscimo do número de animais adotado no Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), num total de 294, tendo sido recolhidos 804. Foram legalizadas mais 63 colónias de gatos, totalizando 104.

Foram esterilizados 164 felinos nas instalações do CROA, dos quais 56 a felinos pertencentes a colónias ao abrigo do programa CED (Capturar-Esterilizar-Devolver). Através do contrato com o ICBAS foram esterilizados 98 canídeos e 61 felinos. Para dar resposta à expansão do serviço, deram entrada seis novos tratadores.

4.13 GOVERNÂNCIA

Figura 12 - Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 101,7 milhões de euros, Operações financeiras com 7,2 milhões de euros e Outros com 8,8 milhões de euros.

<h1 style="margin: 0;">283.528</h1> <p style="margin: 0;">atendimentos pelo Gabinete do Munícípe com um aumento de 41% nos atendimentos via telefone</p>	<p>Candidaturas a FUNDOS COMUNITÁRIOS</p> <hr/> <p>NUM INVESTIMENTO ELEGÍVEL DE CERCA DE 5,8 M€</p>
---	---

**Entrega das
CHAVES DA
CIDADE**

aos Altos
Representantes
da União Europeia
durante Cimeira
Social da União
Europeia

**Instalação dos
NOVOS ÓRGÃOS
AUTÁRQUICOS**

**970
processos**

ACOMPANHADOS
PELO GABINETE
DO PROVIDOR DO
MUNICÍPE

**Campanha de
lançamento do
cartão Porto.**

Articulação e
operacionalização
**DAS COMPETÊNCIAS
A TRANSFERIR
NO ÂMBITO DA
DESCENTRALIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA**

Redução de rendas e isenção do pagamento de taxas como medidas para mitigar os efeitos da pandemia no tecido económico e social, num valor que ascende aos

1,8_{M€}

**Aumento da
isenção parcial
do IMI de **10%**
para **15%****

para habitação
própria, reduzindo
a carga fiscal em
cerca de 2,3 milhões
de euros para 52 mil
agregados familiares

99,6%
dos imóveis

DE PROPRIEDADE
PRIVADA MUNICIPAL
georreferenciados

Homenagem a

660 trabalhadores
com 25 anos de serviço

Implementação do

**SUPLEMENTO
REMUNERATÓRIO**

de subsídio de
pensidade e
insalubridade

7.603

**AÇÕES DE
FISCALIZAÇÃO
de ocupação do
espaço público**

No campo de ação das relações externas, essencialmente nas de carácter internacional, destaca-se a reformulação das iniciativas e eventos para o formato *online*. São prova as participações por via digital na reunião da Comissão Executiva e no webinar sobre sustentabilidade da Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero; na Conferência “Growing up and out of poverty: Lessons from cities for the EU Child Guarantee”; no webinar “Rota do Douro: boas práticas internacionais”; e em iniciativas da Eurocities como as “info session on EU initiatives”, o Cities Social Summit, ou na Eurocities Cooperation Platform 2021.

Ao nível das geminações e dos protocolos de cooperação continuaram a desenvolver-se os contactos com S. Vicente, Shanghai, Bangkok e Nagasaki, além do trabalho com Embaixadas para a preparação de estabelecimento de protocolos de cooperação com as cidades de Almaty, Isfahan, Samarcanda e Boukhara.

Ao nível da Lusofonia, mantiveram-se igualmente os contactos com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e a troca de correspondência com a Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Todas as sessões de debates com os cidadãos foram realizadas por videoconferência com a autorização prévia da Representação da Comissão Europeia em Portugal.

No âmbito interno, assinalam-se as Sessões Solenes de Instalação dos Órgãos Autárquicos, de Boas-Vindas e entrega das Chaves da Cidade aos Altos Representantes da União Europeia - Presidente do Parlamento Europeu, Presidente do Conselho Europeu e Presidente da Comissão Europeia - à margem da Cimeira Social da União Europeia, do Conselho Europeu informal e da Cimeira União Europeia/Índia, a Cerimónia Ecuménica – no âmbito da tomada de posse do Presidente da República, e a Imposição das Medalhas da Cidade.

O Departamento Municipal de Comunicação e Promoção desenvolveu planos e estratégias de comunicação orientadas e integradas junto das diversas Unidades Orgânicas, quer para os serviços facultados quer para as iniciativas que exigiram uma comunicação externa adaptada.

Totalizaram-se 136 desenvolvimentos criativos e campanhas, com destaque para o apoio prestado no âmbito dos projetos desenvolvidos para as áreas da Coesão Social, Mobilidade, Comércio, Turismo, Ambiente e Serviços ao Município. A campanha desenvolvida no âmbito do lançamento do “Cartão Porto.” foi a mais relevante e exigente do ano.

As atividades do departamento passaram também pelo desenvolvimento e divulgação de campanhas de marketing social com o objetivo de contribuir para o cumprimento das normas decorrentes da pandemia e ainda, noutros casos, atenuar o efeito da mesma no comércio local. As principais campanhas foram a “Regras de prevenção Covid-19” e a “Campanha Comerciantes”.

Em 2021, foram publicadas 2.548 notícias no portal www.porto.pt, tendo sido registadas cerca de três milhões de visualizações de página. Também no centro da estratégia comunicacional, a página institucional da Câmara do Porto, www.cm-porto.pt, superou as 1,6 milhões de visualizações.

Na rede social Facebook destacamos o alcance médio diário obtido pelas páginas “Porto.” (cerca de 30 mil utilizadores) e “Câmara Municipal do Porto” (cerca de 25 mil utilizadores). Na rede YouTube atestamos a consolidação da página e conteúdos divulgados, tendo sido registado um tempo total de visualização de 21.300 horas e conquistados mais 1.852 subscritores.

Ao nível da comunicação, destaque para as grandes reportagens sobre o programa dos Mediadores Municipais e Interculturais, o desenvolvimento do projeto do Terminal Intermodal de Campanhã ou sobre o regresso dos elétricos à cidade.

No domínio da Auditoria Interna, procedeu-se à revisão do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” e à elaboração do “Relatório Anual de Execução Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - Ano 2020”.

Cumprir destacar as 31 ações de sensibilização junto das unidades orgânicas para a importância de considerarem e tratarem as atividades mais expostas a riscos de corrupção e infrações conexas, assim como para a relevância do controlo interno.

No que concerne ao acompanhamento das auditorias externas, salientam-se os trabalhos “Operação NORTE-03-1204-FEDER-000005 - Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal – Fase 1” e “Operação NORTE-05-4943-FEDER-000045 - “Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Cerco do Porto - 1ª. Fase”.

A Auditoria Interna foi, ainda, responsável pela coordenação das ações de acompanhamento e controlo desenvolvidas pela Autoridade de Gestão no âmbito das operações “NORTE-04-2114-FEDER-000129 - Valorização do património cultural do Porto: modernização e dinamização de museus municipais pertencentes à Rede Portuguesa de Museus e outros equipamentos de elevado interesse cultural e turístico”, “NORTE-03-1204-FEDER-000005 – Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 1”; “NORTE-03-1204-FEDER-000011 – Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 2 - Eng.º Machado Vaz”, “NORTE-03-1204-FEDER-000029 - Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 3 - Carvalhido - Blocos A a H e J a O” e “NORTE-05-2316-FEDER-000032 – Projeto do Mercado do Bolhão”.

Quanto ao trabalho desenvolvido no processo de apoio à Câmara Municipal, destaque para as atividades conducentes à realização de 27 reuniões do Executivo, assim como dos Conselhos Municipais do Ambiente, Cultura, Educação, Economia, Juventude, Segurança e Turismo, num total de nove reuniões.

No processo de publicações de atos, realçamos a divulgação no Boletim Municipal Eletrónico, os 31 atos publicados no Diário da República e ainda a atualização do Portal do Colaborador e divulgação por correio eletrónico de 271 documentos.

2021 assumiu particular relevância no que diz respeito ao apoio aos processos eleitorais, nomeadamente na eleição do Presidente da República, dos órgãos das autarquias locais, e de preparação da eleição para a Assembleia da República 2022, nas modalidades voto antecipado de doentes internados e presos, voto antecipado em Mobilidade, voto antecipado de eleitores em confinamento obrigatório, eleitores residentes em estruturas residenciais para idosos e no dia da eleição.

Foram ainda executados os procedimentos à instalação dos novos órgãos autárquicos.

No que respeita à atividade de apoio à Assembleia Municipal, sublinham-se as atividades de suporte que permitiram a organização de 25 reuniões do órgão deliberativo decorrentes da realização das 22 Sessões decorridas durante o ano, bem como a preparação, organização e apoio de 19 reuniões da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa e da Comissão de Acompanhamento do Planeamento e do Ordenamento do Território Municipal.

Foram assegurados o tratamento, encaminhamento e resposta de 219 pedidos diversos e 212 convites relacionados com a Mesa, 21 requerimentos e 52 pedidos diversos e garantida a divulgação de 16 convites, 37 documentos/informações e 1.374 atividades culturais dirigidos aos Membros da Assembleia.

O prazo médio de entrega das atas foi de 21,3 dias.

Em matéria de descentralização administrativa, foram realizadas diversas reuniões de trabalho para articulação e operacionalização das competências a transferir para o Município, quer com unidades orgânicas internas, quer com entidades externas, como a Administração Central e representantes de outras Câmaras Municipais.

Desenvolveram-se atividades de *benchmarking* e de pesquisa, assim como contactos com município vizinhos, relacionados com a implementação da descentralização, com maior incidência nas áreas temáticas consideradas como prioritárias, com destaque para as Praias, Ação Social, Saúde e Educação.

Com o apoio dos Serviços Jurídicos e da Divisão Municipal de Receita, foram analisados os efeitos do processo de transferência de competências, os procedimentos a criar e a implementar, e as implicações nos serviços prestados aos munícipes.

O Departamento Municipal para a Descentralização Administrativa (DMDA) participou em diversas sessões de esclarecimento sobre a questão, promovidas pela Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), pela Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM) e pelo Observatório das Autarquias Locais, e esteve presente nos webinars promovidos pela Secretaria de Estado da Descentralização e Administração Local (SEDAL) e pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) nas áreas de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar, Praias, Estacionamento Público e Segurança contra Incêndios em Edifícios.

Salienta-se ainda o acompanhamento do “Estudo de avaliação do impacto orçamental da transferência de competências no Município do Porto”, elaborado pela Universidade do Minho.

No âmbito das interações com entidades externas, o DMDA articulou diversas questões com entidades como a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), Agência para a Modernização Administrativa (AMA), Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC), Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), Capitania do Porto do Douro, Capitania do Porto de Leixões, Autoridade Marítima Nacional, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), entre outras.

Por último, é importante referir que, apesar de estar previsto que em 2021 fosse lançado um “novo pacote” de descentralização, aprofundando as áreas já descentralizadas e identificando novos domínios, tal expectativa não se concretizou. Espera-se que em 2022 seja retomado este processo e surjam novas áreas para operacionalização no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais.

No ano 2021, o Gabinete do Provedor do Município recebeu e acompanhou um total de 970 processos, o que corresponde a uma média de 19 casos por semana, a maioria (376) relacionados com Solicitações, seguido de Reclamações (352) e da Queixa/Denúncias (242).

Do total de casos apresentados, 892 ficaram concluídos, contando com um tempo médio de resposta de 19 dias úteis.

A ação do Provedor inclui a elaboração de recomendações ao Município. Neste domínio, foram apresentadas três recomendações, de índole genérica e formuladas 12 notificações específicas de inconformidades detetadas.

No que concerne à gestão da receita municipal, no ano 2021 destacam-se as medidas e iniciativas encetadas em consequência da pandemia provocada pela Covid-19 por

forma a mitigar os efeitos no tecido económico e social, que representam um valor total de cerca de 1,9 milhões de euros.

As principais medidas são a redução em 100% do valor das rendas devidas pelos titulares de contratos destinados a armazéns e em 50% pelos comerciantes arrendatários de prédios municipais, no valor de 421,3 mil euros; a isenção do pagamento de taxas relativas à ocupação do espaço público com esplanadas, suportes publicitários e exploração de circuitos turísticos, à ocupação em feiras e mercados e à prossecução de atividades económicas, equivalente a 804,4 mil euros; a isenção do pagamento de taxas relativas a painéis e anúncios luminosos/não luminosos, que corresponde a 458,3 mil euros; e a isenção do pagamento de taxas devidas pela emissão dos licenciamentos municipais para instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão e restauração itinerante, às três associações representativas do setor na cidade, no valor de 192,6 mil euros.

De salientar ainda o Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto (RIIMMP) que visa o desenvolvimento do mercado de arrendamento com renda acessível para fins habitacionais; o estímulo à habitação própria e permanente na cidade e à fixação de residência de famílias e jovens, nomeadamente nas áreas de reabilitação urbana aprovadas do Centro Histórico, da Baixa, da Lapa, do Bonfim e de Massarelos; e o apoio à reabilitação urbana.

Perante o agravamento da situação financeira das famílias portuguesas motivada pela situação de pandemia, foi aprovada, em finais do ano 2020, a proposta de alteração do RIIMMP no sentido da continuidade da promoção da habitação própria e permanente da cidade, aumentando a isenção parcial do IMI de 10% para 15%, para os prédios destinados a habitação própria e permanente do proprietário e que correspondam ao seu domicílio fiscal.

Os efeitos desta medida repercutiram-se no IMI respeitante ao ano 2020 liquidado no ano 2021, momento em que os destinatários da medida sentiram os resultados deste alívio, resultante na redução da carga fiscal em cerca de 2,3 milhões de euros para 52 mil agregados familiares. Ao abrigo do mencionado RIIMMP referem-se ainda os benefícios fiscais para os prédios urbanos, objeto de reabilitação, destinados a habitação sujeita a custos controlados de que sejam titulares associações de moradores, que ultrapassou os 33 mil euros, bem como a isenção de IMI e IMT reconhecida pela Câmara Municipal, no total estimado de 2,5 milhões de euros.

No âmbito da gestão de Tesouraria, destaca-se a consolidação da desmaterialização dos processos através da elaboração e manutenção do arquivo digital. Este projeto

possibilitou a desmaterialização a 100% do Resumo Diário de Tesouraria, o que implicou a partilha de informação entre as diversas unidades orgânicas do Município.

Com a informação a ser partilhada pelo meio digital, foi possível reduzir os custos em economato em cerca de 25% entre o ano de 2020 e 2021, verificando-se um aumento de produtividade nas atividades conexas à desmaterialização na ordem dos 41%, face ao ano transato, o que permitiu otimizar o tempo gasto nestas tarefas.

Na área da gestão financeira e orçamental foram apresentadas, em 2021, as demonstrações financeiras e orçamentais de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Na adoção pela primeira vez deste referencial contabilístico, o Município preparou a prestação de contas de 2020, tendo sido necessário, neste processo de transição, reconhecer todos os ativos e passivos exigíveis pelas NCP, reconhecer itens como ativos nos termos das mesmas, reclassificar itens reconhecidos ao abrigo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) entretanto revogado, bem como aplicar as NCP na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Procedeu-se ainda à elaboração de análises financeiras e aos reportes de informação às entidades externas, destacando-se ainda o acompanhamento dos desenvolvimentos do novo ERP financeiro e a preparação da sua entrada em produção em janeiro de 2022.

Da atividade do Departamento Municipal de Património decorreu a inventariação de 13.125 novos bens móveis e a eliminação de outros 2.293, na sequência de 158 processos de abate.

No âmbito das expropriações, permutas, compensações urbanísticas, cedências, direitos de preferência ou direitos de superfície, tiveram lugar 37 operações.

Na gestão das ocupações dos bens imóveis por entidades terceiras ao Município, foi arrecadado o valor de 3,2 milhões de euros, e atingida uma taxa de ocupação de 96,6% dos imóveis.

No final de 2021 o projeto de georreferenciação dos imóveis municipais disponibilizou para consulta de qualquer interessado, através do *site* institucional, informação sobre 99,6% dos imóveis de propriedade privada municipal.

Ao longo do ano, deu-se continuidade aos projetos de reforço da qualidade da informação, resposta ao munícipe e do acompanhamento dos bens imóveis: Património Regista, com a atualização predial de 40% dos imóveis de domínio privado

municipal; Património Acompanha, com a realização, de visitas a 83 edifícios e 167 terrenos para aferir do seu estado de conservação; e Património Responde que preconiza a iniciativa municipal de informação ativa junto dos munícipes sobre o estado e evolução do respetivo processo, com a conclusão de 350 processos.

Na área da gestão das compras, acompanhou-se a formação de 2.534 contratos, que totalizam 46,1 milhões de euros e assegurou-se uma poupança gerada no valor de 8,5 milhões de euros, o que corresponde a 18,4% do valor contratado.

O peso do valor dos contratos sujeitos à concorrência, em linha com a demanda de soluções inovadoras, mais eficientes e eficazes, com maiores taxas de poupança bem como a aposta nos contratos transversais, representa quase 75% do valor total contratado (33,8 milhões de euros) e um crescimento de 0,7 pontos percentuais face ao período homólogo.

Os critérios de sustentabilidade que norteiam o Município foram incorporados em 62,7% dos contratos formados em 2021, correspondentes a 28,9 milhões de euros. Este valor corresponde a um aumento de 63,5% no número de contratos.

80% do valor contratado e 11,3% do número de contratos diz respeito a contratos continuados, que permitem a transferência do ónus do armazenamento para o fornecedor, com aumentos de poupança e diminuição de custos de armazenagem, derivando na promoção da concorrência.

A taxa de litigância de 0,16% e de 100% de sucesso nessa mesma litigância é indicadora do foco colocado nos processos de formação de contrato. A par da litigância, também os contratos visados pelo Tribunal de Contas obtiveram uma taxa de visto de 100%.

Em matéria de gestão de Recursos Humanos, em 2021 foi dada continuidade a uma estratégia de gestão de pessoas, que aposta na otimização da performance organizacional lado a lado com o bem-estar dos trabalhadores, com destaque para a nova abordagem ao processo formativo, que passou a estar sedimentado em percursos formativos por carreira e área de intervenção; a alavancagem do sistema de avaliação de desempenho para um ambiente inteiramente digital, garantindo maior transparência e universalidade de acesso contínuo; a otimização dos processos de recrutamento com novas plataformas *online*; e a implementação imediata do suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade.

Os números do ano de 2021 demonstram o caminho que está a ser percorrido: ao abrigo do programa de bem-estar, foram realizadas 573 consultas de psicologia, 473

de medicina curativa e 3.070 de medicina no trabalho, além de 1.592 atos de serviço de enfermagem.

A par da disponibilização de equipamentos de proteção individual, o Município realizou 1.989 testes antigénio aos trabalhadores e disponibilizou a administração gratuita da vacina da gripe a 1.101 trabalhadores.

Apesar da situação pandémica, foi mantida a atividade formativa proposta, fulcral para o desenvolvimento dos trabalhadores, e conseguiu-se abranger mais de 1.300 pessoas nas sessões (in)formativas "Cuidar do Bem-Estar e da Saúde Mental em Tempo de Pandemia".

Além disto, foram desenvolvidos todos os processos de recrutamento e seleção previstos e efetuados 102 procedimentos concursais, que resultaram em 519 novos postos de trabalho e envolveram 29 299 candidatos.

Foram ainda garantidas todas as medidas de segurança requeridas pelo regresso ao trabalho presencial.

Num momento bastante simbólico para todos, foram homenageados 660 trabalhadores pelos seus 25 anos de dedicação a esta casa (completados em 2021 ou em 2020, bem como os que já haviam reunido essa condição anteriormente a 2014).

O ano de 2021 foi ainda marcado pela disponibilização de um novo sistema do controlo de assiduidade, com recurso ao reconhecimento facial.

Por fim, no que diz respeito aos termos de Gestão integrada e Desenvolvimento Organizativo, importa mencionar que não só foi renovada a certificação pelas normas NP EN ISO 9001:2015, NP ISO 45001:2019 e NP 4427:2018 mas foi também validado, por auditoria externa, todo o Sistema de Gestão.

No ano de 2021, o suporte prestado pelo Departamento Municipal de Sistemas de Informação abrangeu 3.298 utilizadores e 2.950 computadores pessoais, distribuídos por 94 locais no concelho. Foi também prestada assistência a 94 aplicações de apoio às diferentes áreas de negócio da autarquia e a 350 servidores físicos e virtuais.

Foi dada continuidade à reestruturação da infraestrutura de comunicações de voz do Município, que tem por objetivo a substituição de todas as 15 centrais e cerca de 1.200 telefones ditos convencionais por equipamentos telefónicos e centrais VOIP.

No que se refere a Business Intelligence (BI), foi mantida a aposta no Portal de Gestão e na utilização da ferramenta Power BI para a disponibilização de *dashboards*. Foi ainda dada continuidade a *dashboards* nas áreas do Urbanismo, Recursos Humanos, Fiscalização, Atendimento, Contraordenações, Ambiente, Gestão Documental, Gestão de Incidências, Taxa turística e Consumos de telefones e impressoras. Acresce a criação de novos temas em diversas áreas, como: Alojamento Local, Gestão do Risco (Gestão da Qualidade) e Covid19 (Equipamentos de Proteção Individual).

No âmbito da Assessoria Jurídica, foram emitidos 1.176 pareceres jurídicos com a maior fatia a referir-se a matérias de Finanças e Património, Urbanismo, e Recursos Humanos. Foram validadas juridicamente todas as 424 propostas submetidas ao Executivo Municipal.

Foi garantida a assessoria jurídica ao nível da revisão e interpretação do Código Regulamentar do Município do Porto, e dos regulamentos do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística, Perequativo de Edificabilidade e de Encargos Urbanísticos, da Feira da Pasteleira, de Redução de Taxas Urbanísticas, dos mercados do Sol, das Artes, da Ribeira, e do Covelo, de exploração de modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar do Município do Porto, do Cartão Porto., do Conselho Municipal de Segurança e do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Em matéria de contencioso garantiu-se a representação judicial em 72 novos processos: 53 de contencioso administrativo, quatro de contencioso tributário, seis de natureza penal, seis de contencioso cível e três de tribunal arbitral.

O Município foi notificado de 62 sentenças, sendo 50 dessas sentenças favoráveis à autarquia ou acordos efetuados, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 81%.

Em consequência da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias, foi atribuída à Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações a competência para tramitação dos processos de contraordenações rodoviárias.

Foram instaurados 7.320 processos de execução fiscal, 1.340 de contraordenações municipais e 1.629 de contraordenações rodoviárias. Cobrou-se o montante de 1,1 milhões de euros a título de receita arrecadada neste âmbito.

Ao nível de processos judiciais de contraordenação, o Município foi notificado de 60 sentenças, 48 delas favoráveis à autarquia, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 80%.

No âmbito do apoio jurídico à formação de contratos sujeitos à parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), execução de contratos públicos, empresas municipais, tribunal de contas e notariado foram emitidos 1.976 pareceres jurídicos, sendo o tempo médio de resposta aos serviços de dois dias. Foram ainda tramitados 98 procedimentos excluídos da parte II do CCP.

No serviço de Notariado foram realizadas 38 escrituras públicas e procedeu-se ao tratamento e registo de 620 contratos e/ou protocolos. No que diz respeito à área do Tribunal de Contas foi prestado apoio jurídico na instrução de 16 novos processos.

Quanto ao apoio às Empresas Municipais, implementou-se a promoção de reuniões conjuntas com o universo empresarial municipal de forma regular e foi criado um canal específico de comunicação para aproximar o contacto e estreitar as relações institucionais, promovendo ainda a partilha de conhecimento, de informação com interesse transversal, de contactos institucionais e a possibilidade de obter esclarecimento de dúvidas de forma quase imediata.

Tendo o ano de 2021 continuado a ser marcado pela pandemia, e consequentes confinamentos e isolamentos, o Departamento Municipal de Fiscalização viu-se forçado a desmarcar e reagendar vistorias e inspeções a interiores de prédios habitados.

O contexto social e económico levou ao arrastar do tempo previsto para as obras particulares em curso na cidade, tanto por falta de mão-de-obra como por falta de materiais, provocando uma derrapagem ao nível da duração dos processos de fiscalização associados ao acompanhamento das obras e verificação de ilícitos.

A fiscalização em matéria de ocupação do espaço público (7.603 ações) passou a incidir principalmente na ocupação por motivo de obras - andaimes e tapumes – dado que a atividade de construção civil se manteve em funcionamento. A fiscalização de ocupação de espaço público com esplanadas foi direcionada principalmente para ações de sensibilização.

A atividade desenvolvida implicou a abertura de 8.355 processos novos e o arquivamento de outros 7.720. Foram iniciados 996 processos para efeitos de registo de Alojamento Local e 441 por denúncias de obras particulares.

Na área urbanística, das 1.724 Comunicações de Início de Trabalho (obras) apresentadas, 32% estão localizadas na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; 15% em Paranhos; 14% no Bonfim; 11% na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; 10% em

Ramalde; 8% na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, e 8% em Campanhã.

No que diz respeito às Comunicações de Início de Trabalhos no subsolo (IVP) para infraestruturas, das 539 comunicações apresentadas e fiscalizadas, 32% situam-se na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; 14% em Paranhos, 12% em Campanhã e União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; 11% no Bonfim; 10% em Ramalde; e 9% na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

No âmbito da atividade da Direção Municipal dos Serviços ao Município, deu-se continuidade à estratégia basilar do Gabinete do Município, “Vários assuntos, um só lugar”, de forma a garantir um atendimento centralizado num sistema multicanal integrado, sendo que em 2021, foram efetuados 283.528 atendimentos, numa média diária de 1.121 atendimentos.

Assinala-se um aumento de 41% nos atendimentos por telefone (quase 173 mil, numa média diária de 683 chamadas). Também os requerimentos apresentados *online* assistiram a um crescimento de 117% (mais de 69 mil, numa média diária de 272 formulários).

No mesmo sentido foram as atividades de gestão do arquivo municipal, com a continuação da disponibilização do serviço de consulta de processos através de MSTeams, para além da Sala de Leitura do Gabinete do Município, com uma média mensal de 260 consultas.

No domínio da Gestão de Fundos Europeus foram pesquisadas cerca de 544 linhas de financiamento de programas no âmbito do Portugal 2020, de iniciativas e programas geridos pela Comissão Europeia, como o Europa Criativa, Europa Para os Cidadãos, Erasmus +, Mecanismo Interligar a Europa, Horizonte Europa, bem como o Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, e outros como o Fundo Ambiental, tendo sido divulgadas 45 linhas de financiamento.

O Município integrou 21 candidaturas. Destas, seis foram apresentadas no âmbito do ciclo de programação 2014-2020, quatro no âmbito do ciclo 2021-2027, dez a outras iniciativas, designadamente fundos geridos pela Administração Central, e uma ao Plano de Recuperação e Resiliência. O total das candidaturas submetidas representa um investimento elegível de cerca de 5,8 milhões euros e uma participação externa solicitada de cerca de 1,7 milhões de euros.

Foram aprovadas seis candidaturas no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021, do Instituto Francês, do Apoio Financeiro do Fundo

de Emergência Municipal e da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, correspondendo a um investimento total e elegível de 656 mil euros e a uma comparticipação externa de 167 mil euros.

No que diz respeito à monitorização da execução dos projetos com financiamento externo, foi necessário assegurar a gestão de 53 candidaturas. Decorrente da monitorização física e financeira destas candidaturas, foram apresentadas reprogramações temporais e ou financeiras e efetuados pedidos de pagamento. A comparticipação recebida dos programas de financiamento em 2021 foi de 25,3 milhões de euros.

O ano de 2021 foi pautado pela implementação do Plano de Ação para a Aceleração da Execução do PO NORTE 2020, que previa um conjunto de medidas para acelerar a execução dos fundos comunitários, desde a possibilidade de reafectar verbas entre fundos, e prioridades de investimento do PDCT e do PEDU, à Medida excecional de Reforço da Taxa de Comparticipação de Operações do setor local. Estas medidas contribuíram para o reforço de fundos de algumas candidaturas como o Mercado do Bolhão e o Terminal Intermodal de Campanhã.

O Departamento Municipal de Proteção de Dados (DMDP) deu continuidade ao levantamento detalhado dos tratamentos de dados nas várias unidades orgânicas com vista à implementação de boas práticas e a alterações ao nível dos procedimentos para diminuir o risco de potenciais violações de dados.

Foram articuladas práticas e orientações com as empresas municipais e a Associação Porto Digital, bem como efetuadas ações de sensibilização junto de grupos de colaboradores do Município, com destaque para a formação “Proteção de Dados - Criação de Modelo Organizacional”.

Em colaboração com a Divisão Municipal de Auditoria Interna, a Divisão Municipal de Gestão Integrada e Desenvolvimento Organizacional e a Divisão Municipal de Segurança e Saúde no Trabalho, o DMPD participou nas ações de acompanhamento de Gestão do Risco, aplicando os princípios estabelecidos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados nos Macroprocessos de todas as unidades orgânicas do Município.

Elaborou, em conjunto com o Departamento Municipal dos Sistemas de Informação, os Termos e Condições Gerais de Utilização do Novo Portal de Autenticação do Município, bem como da plataforma Service Marketplace da InvestPorto, e colaborou com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes na elaboração dos Termos e Condições Gerais de Utilização da Aplicação Móvel e Portal web ZAAC.

Complementarmente, o DMPD encontra-se a colaborar no Livro de Obra Eletrónico, avaliando os novos dados pessoais a solicitar para ser efetuada a autenticação no portal e certificação do exposto no livro.

No que respeita à realização das Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD), efetuaram-se diversas verificações presenciais a CCTVs (Closed-Circuit Television) instalados nos edifícios e equipamentos municipais, iniciou-se a realização da AIPD à georreferenciação da frota municipal e concluiu-se a AIPD do sistema biométrico e as AIPDs dos CCTVs do quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros e do edifício da Proteção Civil.

O DMPD continua a integrar o grupo de trabalho do projeto “Valorização de Dados”, em colaboração com a Associação Porto Digital, tendo, no decorrer do ano de 2021, finalizado a primeira etapa com a criação do Portal de Dados Abertos do Município do Porto e do Portal Meta-Indexador de dados (INDEX).

O Plano de Valorização de Dados do Município foi apresentado no Dia da Inovação com o lançamento dos portais INDEX e de Dados Abertos, onde constam 157 conjuntos de dados e 408 recursos, em diversos formatos (csv. e geojson.) e de várias categorias como Urbanismo e Edificado, Ambiente, Turismo e Lazer e Cultura e Património.

Desde então, o DMPD encontra-se a fazer o levantamento, tratamento e compilação de todos os dados existentes e produzidos pelas unidades orgânicas, de forma a analisar as tipologias de dados em causa, as suas fontes e formatos, para que estes integrem o Portal INDEX, e, posteriormente, sejam disponibilizados publicamente no Portal de Dados Abertos do Município.

Tendo presente o *match* necessário entre a proteção e dados e a premissa dos dados abertos, o DMPD, procedeu à criação de uma matriz de risco-benefício, com vista a acautelar possíveis riscos de violação de dados.

De forma a enriquecer o Portal de Dados Abertos, integrando dados que permitam aos utilizadores uma análise alargada do concelho do Porto em diversas vertentes e temáticas, o grupo de trabalho iniciou o contacto com entidades externas, nomeadamente a empresa municipal Domus Social e a empresa de transporte coletivo STCP, para a publicação e fornecimento de dados.

Adicionalmente, foi dado o primeiro passo na integração do Portal de Dados Abertos do MP no portal Dados.gov (Portal de Dados Abertos da Administração Pública), com vista ao estabelecimento de parceiras que potenciem a plataforma ao nível regional, nacional e europeu. Deu-se ainda início à exploração e exportação de dados do

Instituto Nacional de Estatística (INE), em tudo o que diz respeito ao concelho do Porto.

Numa ótica de transparência, o DMPD integra um projeto piloto, liderado pela Direção Municipal dos Serviços ao Munícipe, de “Divulgação ao Munícipe da tramitação do seu processo e fluxo de tratamento de dados”.

5. RELATÓRIO FINANCEIRO

5.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

5.1.1 Equilíbrio Orçamental

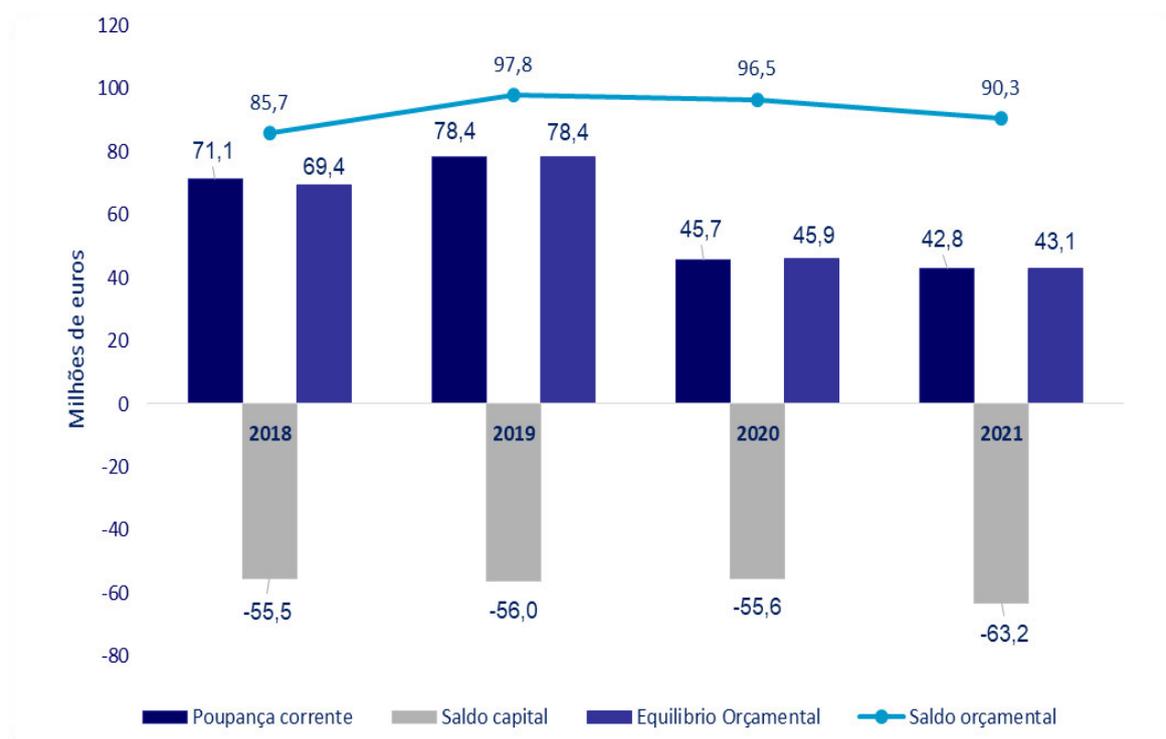
A regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o RFALEI, estabelece que o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e ainda que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre esta regra orçamental, sendo o saldo corrente de 42,8 milhões de euros, superior aos 13,1 milhões de euros previstos no orçamento inicial, o que permitiu financiar as despesas de capital.

Quadro 2 - Saldos Orçamentais

Designação	2021 €	2020 €	Varição 20-21
Receita corrente cobrada	220 536 316,76	201 189 777,91	9,6%
Despesa corrente paga	177 775 320,31	155 502 286,14	14,3%
Saldo corrente	42 760 996,45	45 687 491,77	-6,4%
Receita capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros)	25 146 591,34	17 591 917,27	42,9%
Despesa capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros)	88 311 962,01	73 146 180,92	20,7%
Saldo de capital	-63 165 370,67	-55 554 263,65	13,7%
Receita efetiva	250 352 049,54	223 312 603,09	12,1%
Despesa efetiva	266 087 282,32	228 648 467,06	16,4%
Saldo global	-15 735 232,78	-5 335 863,97	194,9%
Receita efetiva	250 352 049,54	223 312 603,09	12,1%
Despesa primária	266 044 340,67	228 633 368,87	16,4%
Saldo primário	-15 692 291,13	-5 320 765,78	194,9%
Receita total cobrada	267 098 877,94	230 492 640,30	15,9%
Despesa total paga	273 267 319,52	231 753 467,06	17,9%
Saldo da gerência anterior	96 513 207,72	97 774 034,48	-1,3%
Saldo orçamental	90 344 766,14	96 513 207,72	-6,4%
Receita corrente bruta	222 278 143,64	201 977 036,20	10,1%
Despesa corrente	177 775 320,31	155 502 286,14	14,3%
Amortizações médias de empréstimos MLP	1 395 569,03	598 336,43	133,2%
Equilíbrio orçamental	43 107 254,30	45 876 413,63	-6,0%

Para além do bom desempenho financeiro evidenciado pela poupança corrente do exercício destaca-se, ainda, o equilíbrio orçamental positivo de 43,1 milhões de euros, obtido através do apuramento do saldo corrente deduzido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo que compara com o valor de 45,9 milhões de euros do ano anterior.

Figura 13 - Regras orçamentais de equilíbrio



O saldo de capital regista um ligeiro agravamento, face a 2020, justificado pelo aumento do investimento e das outras despesas de capital de montante superior ao aumento das receitas de capital.

O saldo orçamental de 90,3 milhões de euros, inferior em 6,2 milhões de euros face ao período homólogo, resulta do aumento mais expressivo dos pagamentos comparativamente ao aumento dos recebimentos.

5.1.2 Principais indicadores

Os rácios orçamentais registam, em 2021, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

Quadro 3 -Indicadores Receita

Indicador	Rácio	2020	2021
Grau de Execução da Receita	Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas	113,1%	106,3%
Variação da receita total	Receita cobrada líquida ano (n) / Receita cobrada líquida ano (n-1)	-2,6%	10,8%
Grau de Execução da Receita Corrente	Receita corrente cobrada líquida / Previsões receita corrente corrigidas	120,3%	107,2%
Variação das receitas correntes	Receita corrente cobrada líquida ano (n) / Receita corrente cobrada líquida ano (n-1)	-13,8%	9,6%
Peso das receitas correntes no total da receita	Receita corrente cobrada líquida / Total receita cobrada	61,3%	60,7%
Peso das receitas fiscais no total da receita corrente	Receita cobrada líquida dos impostos e taxas / Total receita corrente cobrada	73,9%	74,6%
Peso das receitas próprias no total da receita	Receitas Próprias / Total receita cobrada	52,2%	50,5%
Estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva / Total receita cobrada efetiva	9,9%	11,9%
Grau de realização das liquidações	Recebimentos / Liquidações	94,9%	93,8%

A receita total regista um acréscimo de 10,8%, relativamente ao ano de 2020. Para este acréscimo contribuem o aumento das receitas correntes em 19,3 milhões de euros e as receitas de capital com um aumento de 17,1 milhões de euros.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes revelam-se também as que mais contribuíram para o aumento das receitas correntes quando comparadas com 2020.

A variação percentual das receitas próprias, inferior à ocorrida na receita total faz com que o peso das receitas próprias no total da receita registe uma ligeira redução mantendo-se, no entanto, o seu bom desempenho.

A estrutura da receita efetiva evidencia o aumento do peso da receita de capital por força do acréscimo das transferências de capital e os recebimentos apresentam um bom desempenho ao longo dos anos, sendo superiores a 93% das liquidações efetuadas.

Quadro 4 - Indicadores Despesa

Indicador	Rácio	2020	2021
Grau de Execução da Despesa	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	79,8%	79,9%
Varição da despesa total	Despesa paga líquida ano (n) /Despesa paga líquida ano (n-1) -1	-3,2%	17,9%
Grau de Execução da Despesa Corrente	Despesa corrente paga líquida/ Dotações despesa corrente corrigidas	81,6%	80,0%
Varição das despesas correntes	Despesa corrente paga líquida ano (n) /Despesa corrente paga líquida ano (n-1) -1	0,2%	14,3%
Peso das despesas correntes no total da despesa	Despesa corrente paga líquida / Total despesa paga	67,1%	65,1%
Peso das despesas com o pessoal no total da despesa corrente	Despesas com o pessoal / Total despesa corrente paga	47,8%	44,8%
Peso das despesas de investimento nas despesas totais	Despesas de investimento/Total despesa paga	30,4%	29,6%
Estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva / Total despesa paga efetiva	32,0%	33,2%
Grau de execução das obrigações	Pagamentos / Obrigações	99,1%	99,4%

Ao nível das despesas totais verifica-se um aumento 17,9% correspondendo a 41,5 milhões de euros em termos absolutos registando-se um aumento em todas as rubricas, com exceção das outras despesas correntes e dos ativos financeiros.

Pese embora se verifique uma variação positiva nas despesas correntes de 14,3% correspondendo a 22,3 milhões de euros, resultante do aumento em todas as rubricas com exceção das outras despesas correntes que regista uma ligeira redução, o seu peso no total da despesa reduz-se em 2 p.p.

Regista-se uma redução do peso das despesas com o pessoal na despesa corrente passando de 47,8% em 2020 para 44,8% em 2021.

As despesas de investimento mantêm o peso nas despesas totais na ordem dos 30%.

A estrutura da despesa efetiva evidencia um ligeiro aumento do peso da despesa de capital por força do acréscimo do investimento. Por outro lado, os pagamentos apresentam um desempenho muito próximo dos 100%, em linha com um dos objetivos do Município de manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores.

Quadro 5 - Indicadores Equilíbrio Orçamental e Dívida

Indicador	Rácio	2020	2021
Peso do saldo corrente no total da receita corrente	Saldo corrente / Total receita cobrada	22,7%	19,4%
Peso do serviço da dívida no total da receita corrente	Serviço da dívida / Total receita corrente cobrada	0,0%	3,3%
Grau de cobertura da despesa	Total receita cobrada / Total despesa paga	141,6%	133,1%
Grau de cobertura da despesa corrente e amortizações médias EEMPL	Total receita corrente cobrada / (despesa corrente paga + amortizações médias EEMPL)	128,9%	123,1%
Grau de cobertura da despesa de capital	Total receita capital cobrada / Total despesa capital paga	32,5%	43,9%

A redução do saldo corrente conjugado com o aumento da receita corrente faz com que o rácio que lhe está associado registe uma ligeira redução face ao ano anterior.

O aumento do serviço da dívida justifica o valor do rácio associado às receitas correntes relativamente ao ano anterior.

A despesa paga pelo município é toda coberta pela receita cobrada ficando, ainda, um excedente de 33,1% a transitar para 2022 e que corresponde ao saldo de gerência.

A despesa de capital foi financiada pela receita de capital em 43,9%, um aumento de 11,4 p.p. face ao período homólogo, por força essencialmente do aumento das receitas provenientes das transferências de capital.

5.2 ANÁLISE DA DESPESA

5.2.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa

Quadro 6 - Modificações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial		Dotação Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Despesas com pessoal	80 486 087,00	24,5%	82 497 495,82	24,1%	2 011 408,82	2,5%
Aquisição de bens e serviços	62 298 797,00	19,0%	74 649 426,27	21,8%	12 350 629,27	19,8%
Juros e outros encargos	405 726,00	0,1%	405 726,00	0,1%	0,00	0,0%
Transferências correntes	12 919 289,00	3,9%	16 054 777,79	4,7%	3 135 488,79	24,3%
Subsídios	34 623 288,00	10,5%	45 317 537,74	13,2%	10 694 249,74	30,9%
Outras despesas correntes	2 731 845,00	0,8%	3 410 453,47	1,0%	678 608,47	24,8%
Despesas correntes	193 465 032,00	58,9%	222 335 417,09	65,0%	28 870 385,09	14,9%
Aquisição de bens de capital	128 661 505,00	39,2%	104 097 647,77	30,4%	-24 563 857,23	-19,1%
Transferências de capital	3 190 200,00	1,0%	4 949 244,35	1,4%	1 759 044,35	55,1%
Ativos financeiros	400,00	0,0%	400,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivos financeiros	2 040 572,00	0,6%	7 180 037,21	2,1%	5 139 465,21	251,9%
Outras despesas de capital	1 142 291,00	0,3%	3 633 608,98	1,1%	2 491 317,98	218,1%
Despesas de capital	135 034 968,00	41,1%	119 860 938,31	35,0%	-15 174 029,69	-11,2%
Total	328 500 000,00	100,0%	342 196 355,40	100,0%	13 696 355,40	4,2%

Embora a elaboração do orçamento seja norteada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são excessivas, insuficientes ou até mesmo inexistentes, nomeadamente pelo tempo que medeia a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita.

De acordo com o definido na NCP 26, as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento à execução orçamental. Neste sentido, as alterações orçamentais efetuadas em 2021, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 13,7 milhões de euros entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior.

As modificações ao orçamento, não tendo alterado a sua estrutura, aumentaram o peso das despesas correntes, em 6,1 p.p., essencialmente pelo efeito da redução do peso das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

Nas despesas correntes todas os agrupamentos são reforçados. Em aquisição de bens e serviços, os reforços nas rubricas de outros bens, outros trabalhos especializados e outros serviços contemplaram ações de resposta do Município no âmbito da pandemia do COVID-19. Foram também reforçadas as dotações para limpeza e higiene, conservação de bens, estudos, pareceres, projetos e consultadoria e para outros serviços no âmbito da Cultura e do Desporto por força do contrato celebrado com a empresa municipal Ágora.

Nas transferências correntes verificou-se o aumento da dotação para apoio ao movimento associativo popular, para o Programa de incentivo à atividade comercial, para apoio ao setor da cultura noturna da Cidade, para a promoção do comércio e dos serviços e para a dinamização económica da cidade.

Nos subsídios os reforços destinaram-se as transferências para a empresa municipal Ágora, no âmbito do contrato programa, para a STCP por força do 3º aditamento ao contrato de concessão de serviço público de transporte de passageiros, para a Domus Social no âmbito do contrato-programa específico e autónomo para a gestão do programa Porto Solidário e para as Águas e Energia do Porto no âmbito das medidas de apoio excecional do Covid-19 - Isenção das tarifas de disponibilidade dos serviços de gestão dos resíduos urbanos, abastecimento de água e saneamento de águas residuais a utilizadores não-domésticos.

As dotações de outras despesas correntes foram reforçadas essencialmente para pagamento do IVA ao Estado.

Nas despesas de capital o reforço verificou-se nos passivos financeiros com vista à amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI; nas transferências de capital para o Fundo de dinamização do movimento associativo popular, para a Fundação de Serralves e para a comparticipação e quotização do Município em diversas instituições e em outras despesas de capital para pagamento de indemnizações.

A redução ao nível das despesas de capital ocorre na aquisição de bens de capital essencialmente por força dos ajustamentos aos contratos com as empresas municipais GO Porto, EM e Domus Social, EM tendo em conta a reprogramação de diversos investimentos.

Município do Porto

Quadro 7 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial		Orçamento Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Assembleia Municipal	190 900,00	0,1%	192 007,00	0,1%	1 107,00	0,6%
Executivo Municipal	6 986 423,00	2,1%	9 336 538,36	2,7%	2 350 115,36	33,6%
D. M. da Presidência	1 674 817,00	0,5%	1 921 709,00	0,6%	246 892,00	14,7%
D. M. Finanças e Património	154 132 571,00	46,9%	139 465 613,40	40,8%	-14 666 957,60	-9,5%
D. M. Recursos Humanos	82 057 937,00	25,0%	84 345 807,52	24,6%	2 287 870,52	2,8%
Dep. M. de Gestão Cultural	5 247 973,00	1,6%	7 530 015,40	2,2%	2 282 042,40	43,5%
D. M. Mobilidade e Transportes	30 471 401,00	9,3%	37 072 749,69	10,8%	6 601 348,69	21,7%
D. M. Urbanismo	2 737 330,00	0,8%	2 976 170,30	0,9%	238 840,30	8,7%
Dep. M. Sistemas de Informação	5 118 765,00	1,6%	6 651 334,50	1,9%	1 532 569,50	29,9%
Polícia Municipal	5 830 400,00	1,8%	6 264 688,81	1,8%	434 288,81	7,4%
Batalhão Sapadores de Bombeiros	1 250 800,00	0,4%	1 710 234,68	0,5%	459 434,68	36,7%
D. M. Serviços Jurídicos	767 550,00	0,2%	889 237,90	0,3%	121 687,90	15,9%
D. M. Educação	5 769 580,00	1,8%	5 999 894,71	1,8%	230 314,71	4,0%
Dep. M. Turismo e Comércio	4 899 961,00	1,5%	6 413 442,15	1,9%	1 513 481,15	30,9%
Dep. M. Fiscalização	301 535,00	0,1%	352 153,97	0,1%	50 618,97	16,8%
Dep. M. Coesão Social	3 007 233,00	0,9%	4 648 565,28	1,4%	1 641 332,28	54,6%
D. M. de Serviços ao Município	478 994,00	0,1%	611 291,98	0,2%	132 297,98	27,6%
Div. M. da Juventude	175 000,00	0,1%	213 313,00	0,1%	38 313,00	21,9%
Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiamento	115 000,00	0,0%	117 357,50	0,0%	2 357,50	2,1%
Serviço M. de Proteção Civil	85 674,00	0,0%	1 228 498,00	0,4%	1 142 824,00	1333,9%
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	2 028 661,00	0,6%	1 650 004,19	0,5%	-378 656,81	-18,7%
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	11 691 048,00	3,6%	13 341 716,62	3,9%	1 650 668,62	14,1%
Dep. M. de Economia	1 012 944,00	0,3%	1 654 083,95	0,5%	641 139,95	63,3%
Dep. M. de Proteção de Dados	14 280,00	0,0%	17 239,28	0,0%	2 959,28	20,7%
Dep. M. de Descentralização Administrativa	6 525,00	0,0%	6 525,00	0,0%	0,00	0,0%
Operações Financeiras	2 446 698,00	0,7%	7 586 163,21	2,2%	5 139 465,21	210,1%
Total	328 500 000,00	100%	342 196 355,40	100,0%	13 696 355,40	4,2%

Do ponto de vista dos Serviços Responsáveis, e em termos de reforços orçamentais, destaca-se a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes, com 6,6 milhões de euros, essencialmente para a STCP por força do 3º aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros; as Operações Financeiras, com 5,1 milhões de euros, para amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI; o Executivo Municipal, com 2,4 milhões de euros, para o fundo de dinamização do movimento associativo popular e para diversos apoios, nomeadamente à Associação dos Comerciantes do Porto para as “Iluminações de Natal 2021”; a Direção Municipal de Recursos Humanos, com 2,3 milhões de euros, para as remunerações certas e permanentes, nomeadamente, pessoal em funções, e para os abonos variáveis ou eventuais e o Departamento Municipal de Gestão Cultural, com 2,3 milhões de euros para a Fundação de Serralves e para equipamentos para os novos espaços culturais.

Em termos de anulações orçamentais, destaca-se a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP), com -14,7 milhões de euros, essencialmente por força do

ajustamento aos contratos com as empresas municipais, Domus Social, EM e GO Porto, EM e o Departamento de Planeamento e Gestão Ambiental com - 378,7 mil euros, nomeadamente, por ajustamentos à ação financiada LIFE e nos encargos das instalações.

5.2.2. Execução orçamental da despesa

Nos últimos 4 anos a evolução da despesa paga e comprometida regista uma tendência crescente interrompida nos anos de 2020/2021 face à crise sanitária vivida.

No que respeita aos valores pagos o grau de execução da despesa foi de 79,9% registando um ligeiro crescimento face a 2020.

Figura 14 - Taxa de Execução Despesa



Quadro 8 - Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução		Dívida
	€ 1	€ 2	€ 3	€ 4	€ 5=4-1	% 6=4/1	% 7=2/1	€ 8=3-4
Despesas com pessoal	82 497 495,82	80 784 752,75	80 348 234,49	79 641 530,82	-2 855 965,00	96,5%	97,9%	706 703,67
Aquisição de bens e serviços	74 649 426,27	59 893 030,21	48 022 875,86	47 372 860,94	-27 276 565,33	63,5%	80,2%	650 014,92
Juros e outros encargos	405 726,00	42 941,65	42 941,65	42 941,65	-362 784,35	10,6%	10,6%	0,00
Transferências correntes	16 054 777,79	14 214 712,69	12 933 228,95	12 909 430,81	-3 145 346,98	80,4%	88,5%	23 798,14
Subsídios	45 317 537,74	35 771 560,94	34 548 104,53	34 548 104,53	-10 769 433,21	78,2%	78,9%	0,00
Outras despesas correntes	3 410 453,47	3 310 787,43	3 260 604,56	3 260 451,56	-150 001,91	95,6%	97,1%	153,00
Despesas correntes	222 335 417,09	194 017 785,67	179 155 990,04	177 775 320,31	-44 560 096,78	80,0%	87,3%	1 380 669,73
Aquisição de bens de capital	104 097 647,77	96 901 017,39	80 905 541,54	80 753 753,03	-23 343 894,74	77,6%	93,1%	151 788,51
Transferências de capital	4 949 244,35	4 789 787,51	3 924 600,01	3 924 600,01	-1 024 644,34	79,3%	96,8%	0,00
Ativos financeiros	400,00	101,00	0,00	0,00	-400,00	0,0%	25,3%	0,00
Passivos financeiros	7 180 037,21	7 180 037,20	7 180 037,20	7 180 037,20	-0,01	100,0%	100,0%	0,00
Outras despesas de capital	3 633 608,98	3 633 608,98	3 633 608,97	3 633 608,97	-0,01	100,0%	100,0%	0,00
Despesas de capital	119 860 938,31	112 504 552,08	95 643 787,72	95 491 999,21	-24 368 939,10	79,7%	93,9%	151 788,51
Total	342 196 355,40	306 522 337,75	274 799 777,76	273 267 319,52	-68 929 035,88	79,9%	89,6%	1 532 458,24

No orçamento de 2021 o valor dos compromissos representaram 89,6% do orçamento e a faturação de 80,3%.

As despesas correntes comprometidas ascendem a 87,3% do orçamento respetivo e a faturação a 80,6%. Em termos absolutos, são as aquisições de bens e serviços que apresentam o maior desvio, no montante de 14,8 milhões de euros, no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto, espelhando o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, a par do impacto da pandemia na atividade municipal.

As despesas de capital comprometidas ascendem a 93,9% do orçamento respetivo e a faturação a 79,8%.

Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados nos agrupamentos aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital no montante de 27,3 e 23,3 milhões de euros, respetivamente.

Na aquisição de bens e serviços as rubricas com variações mais significativas são a conservação de bens, locação de edifícios, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, outros trabalhos especializados e outros serviços.

Na aquisição de bens de capital as rubricas com variações mais significativas são aquisição de habitações, viadutos, arruamentos e obras complementares, equipamento básico e parques e jardins.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2021 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2022 de 1,5 milhões de euros. Este valor, face a 2020,

registra um decréscimo de 472,4 mil euros e corresponde, essencialmente, a faturas de dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha ainda vencido e às retenções e descontos (706,7 mil euros) no âmbito do processamento de remunerações.

A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2021, em 9 dias¹, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

No decurso de 2021 foi feito um esforço acrescido no sentido dos pagamentos serem efetuados no mais curto espaço de tempo como forma de apoio à retoma da atividade económica.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 65,1% do total executado e as despesas de capital 34,9%.

Quadro 9 - Despesa Paga

Designação	Despesa Paga	% Despesa Total Paga	% Despesa Corrente e Capital Paga
Despesas com pessoal	79 641 530,82	29,1%	44,8%
Aquisição de bens e serviços	47 372 860,94	17,3%	26,6%
Juros e outros encargos	42 941,65	0,0%	0,0%
Transferências correntes	12 909 430,81	4,7%	7,3%
Subsídios	34 548 104,53	12,6%	19,4%
Outras despesas correntes	3 260 451,56	1,2%	1,8%
Despesas correntes	177 775 320,31	65,1%	100,0%
Aquisição de bens de capital	80 753 753,03	29,6%	84,6%
Transferências de capital	3 924 600,01	1,4%	4,1%
Ativos financeiros	0,00	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	7 180 037,20	2,6%	7,5%
Outras despesas de capital	3 633 608,97	1,3%	3,8%
Despesas de capital	95 491 999,21	34,9%	100,0%
Total	273 267 319,52	100,0%	

¹ Calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, adaptado através do Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Nas despesas correntes, 44,8% são afetas às despesas com pessoal, 26,6% às aquisições de bens e serviços e 19,4% aos subsídios.

Nas despesas de capital 84,6% são afetas à aquisição de bens de capital e 7,5% aos passivos financeiros.

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2021, a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) é a direção que apresenta o maior peso relativo em termos previsionais seguido da Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH).

A taxa de execução mais elevada, com 95,7%, é referente à DMRH, onde estão concentradas todas as despesas com pessoal, seguida das operações financeiras e da DMFP, com 85,6%, que agrega as transferências para as empresas municipais, bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Quadro 10 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Paga		Taxa de Execução	
	€	%	€	%	%	
Assembleia Municipal	192 007,00	0,1%	107 801,57	0,0%	56,1%	
Executivo Municipal	9 336 538,36	2,7%	7 738 862,37	2,8%	82,9%	
D. M. da Presidência	1 921 709,00	0,6%	1 188 455,18	0,4%	61,8%	
D. M. Finanças e Património	139 465 613,40	40,8%	119 432 615,80	43,7%	85,6%	
D. M. Recursos Humanos	84 345 807,52	24,6%	80 757 720,32	29,6%	95,7%	
Dep. M. de Gestão Cultural	7 530 015,40	2,2%	5 198 582,85	1,9%	69,0%	
D. M. Mobilidade e Transportes	37 072 749,69	10,8%	16 831 955,93	6,2%	45,4%	
D. M. Urbanismo	2 976 170,30	0,9%	854 575,58	0,3%	28,7%	
Dep. M. Sistemas de Informação	6 651 334,50	1,9%	4 356 051,68	1,6%	65,5%	
Polícia Municipal	6 264 688,81	1,8%	4 239 200,06	1,6%	67,7%	
Batalhão Sapadores de Bombeiros	1 710 234,68	0,5%	1 071 902,61	0,4%	62,7%	
D. M. Serviços Jurídicos	889 237,90	0,3%	477 817,57	0,2%	53,7%	
D. M. Educação	5 999 894,71	1,8%	4 200 346,37	1,5%	70,0%	
Dep. M. Turismo e Comércio	6 413 442,15	1,9%	3 558 842,02	1,3%	55,5%	
Dep. M. Fiscalização	352 153,97	0,1%	158 557,58	0,1%	45,0%	
Dep. M. Coesão Social	4 648 565,28	1,4%	2 506 498,71	0,9%	53,9%	
D. M. de Serviços ao Município	611 291,98	0,2%	544 557,40	0,2%	89,1%	
Div. M. da Juventude	213 313,00	0,1%	138 954,42	0,1%	65,1%	
Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiamento	117 357,50	0,0%	33 418,82	0,0%	28,5%	
Serviço M. de Proteção Civil	1 228 498,00	0,4%	939 331,12	0,3%	76,5%	
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	1 650 004,19	0,5%	644 573,94	0,2%	39,1%	
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	13 341 716,62	3,9%	10 035 657,24	3,7%	75,2%	
Dep. M. de Economia	1 654 083,95	0,5%	1 017 851,10	0,4%	61,5%	
Dep. M. de Proteção de Dados	17 239,28	0,0%	10 055,75	0,0%	58,3%	
Dep. M. de Descentralização Administrativa	6 525,00	0,0%	154,68	0,0%	2,4%	
Operações Financeiras	7 586 163,21	2,2%	7 222 978,85	2,6%	95,2%	
Total	342 196 355,40	100,0%	273 267 319,52	100,0%	79,9%	

A Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT), tem um orçamento significativo por força das despesas com a gestão dos serviços de transporte público, mobilidade urbana, a construção e manutenção de infraestruturas viárias, os parques de estacionamento, a manutenção de equipamentos de sinalização e a eficiência energética de iluminação pública da cidade do Porto, logo seguida do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas por força das despesas com a requalificação, manutenção e construção de espaços verdes, com a gestão da frota do Município e as transferências para LIPOR.

5.2.3. Evolução da despesa

Nos últimos 4 anos a evolução da despesa paga regista uma tendência crescente, com exceção do ano de 2020 em que as despesas de capital registaram um decréscimo significativo devido à crise sanitária vivida.

Figura 15 - Evolução da Despesa Paga



Em 2021, a despesa paga teve um acréscimo na ordem dos 41,5 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, um aumento de 17,9%.

Quadro 11 - Despesa paga

Designação	2021		2020		Variação
	€	%	€	%	20-21
Despesas com pessoal	79 641 530,82	29,1%	74 351 247,48	32,1%	7,1%
Aquisição de bens e serviços	47 372 860,94	17,3%	42 363 473,52	18,3%	11,8%
Juros e outros encargos	42 941,65	0,0%	15 098,19	0,0%	184,4%
Transferências correntes	12 909 430,81	4,7%	10 792 768,58	4,7%	19,6%
Subsídios	34 548 104,53	12,6%	24 403 635,08	10,5%	41,6%
Outras despesas correntes	3 260 451,56	1,2%	3 576 063,29	1,5%	-8,8%
Despesas correntes	177 775 320,31	65,1%	155 502 286,14	67,1%	14,3%
Aquisição de bens de capital	80 753 753,03	29,6%	70 423 773,01	30,4%	14,7%
Transferências de capital	3 924 600,01	1,4%	2 722 407,91	1,2%	44,2%
Ativos financeiros	0,00	0,0%	3 105 000,00	1,3%	-100,0%
Passivos financeiros	7 180 037,20	2,6%	0,00	0,0%	
Outras despesas de capital	3 633 608,97	1,3%	0,00	0,0%	
Despesas de capital	95 491 999,21	34,9%	76 251 180,92	32,9%	25,2%
Total	273 267 319,52	100,0%	231 753 467,06	100,0%	17,9%

As despesas correntes executadas em 2021, de 177,8 milhões de euros, foram superiores às de 2020 em 22,3 milhões de euros a que corresponde um acréscimo de 14,3%.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 44,8% na despesa corrente paga e de apenas 29,1% no total da despesa paga, reduzindo-se o seu peso em 3 p.p. comparativamente a 2020 e registando uma taxa de execução de pagamentos de 99,1% face à despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 71,4% da despesa corrente paga.

As despesas de capital executadas em 2021, de 95,5 milhões de euros, foram superiores às de 2020 em 19,2 milhões de euros a que corresponde um acréscimo de 25,2%.

A análise da estrutura das despesas de capital permite realçar a importância das aquisições de bens de capital, que representam 84,6% das despesas de capital pagas e de 29,6% no total da despesa paga, reduzindo-se o seu peso em 0,8 p.p. comparativamente a 2020 e registando uma taxa de execução de pagamentos de 99,8% face à despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com os passivos financeiros representam 92,1% da despesa de capital paga.

Município do Porto

A variação das despesas totais pagas de 17,9% resulta do acréscimo registado, essencialmente, nas rubricas de subsídios, aquisição de bens de capital e passivos financeiros.

As despesas com pessoal apresentam, em 2021, uma variação positiva de 5,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Quadro 12 - Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2021		2020		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes	56 501 380,07	70,9%	53 120 505,06	71,4%	3 380 875,01	6,4%
Abonos variáveis ou eventuais	4 296 780,25	5,4%	3 570 710,32	4,8%	726 069,93	20,3%
Segurança social	18 843 370,50	23,7%	17 660 032,10	23,8%	1 183 338,40	6,7%
Total	79 641 530,82	100,0%	74 351 247,48	100,0%	5 290 283,34	7,1%

O número de efetivos municipais aumentou, de acordo com os dados balanço social, passando de 3.256 no final de 2020 para 3.363 em 31 de dezembro de 2021. Além deste acréscimo de efetivos, foram asseguradas as valorizações remuneratórias decorrentes do SIADAP, num total de 530 trabalhadores, bem como a atualização da base remuneratória da remuneração mínima mensal para a Administração pública e remunerações base mensal até 801,91€, ao abrigo do Decreto-Lei 10/2021, de 01 de fevereiro. Circunstâncias que justificam o aumento da despesa no agrupamento remunerações certas e permanentes nomeadamente ao nível das despesas com pessoal dos quadros – Pessoal em funções.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorre, essencialmente, da criação de dois novos subsídios de risco, designadamente: subsídio de penosidade e insalubridade e subsídio de risco Covid, ao abrigo da Lei do Orçamento do Estado para 2021, bem como outros suplementos e prémios ao nível dos serviços remunerados da Policia Municipal.

Ao nível da segurança social o acréscimo resulta, em parte, do aumento das remunerações certas e permanentes e dos encargos com a saúde, resultante do aumento das participações e reembolsos de despesas com a ADSE dos beneficiários.

As aquisições de bens e serviços, com uma variação de 5 milhões de euros face a 2020, reduzem o seu peso nas despesas correntes em 0,6 p.p. As aquisições de bens aumentam face ao ano de 2020, em 884,3 mil euros e as aquisições de serviços em 4,1 milhões de euros.

Nas aquisições de bens destaca-se o aumento na rubrica alimentação-refeições confeccionadas.

No que respeita às aquisições de serviços os aumentos mais significativos ocorrem nas rubricas de outros trabalhos especializados, conservação de bens, outros serviços e locação de edifícios, nomeadamente no âmbito do programa municipal “Porto com Sentido”, de que a Porto Vivo, SRU foi nomeada entidade gestora.

Relativamente aos juros e outros encargos, verifica-se, em 2021 um aumento de 27,8 mil euros considerando o valor utilizado do empréstimo em vigor.

As transferências e subsídios registaram um aumento de 35,5% que em termos absolutos corresponde a 13,5 milhões face a 2020. Esta variação resulta do aumento dos subsídios no valor de 10,1 milhões de euros, das transferências correntes no valor de 2,1 milhões de euros e das transferências de capital no valor de 1,2 milhões de euros.

Quadro 13 - Estrutura das transferências e Subsídios

Designação	2021		2020		Variação 20-21	
	€	%	€	%	€	%
Transferências correntes / subsídios	47 457 535,34	92,4%	35 196 403,66	92,8%	12 261 131,68	34,8%
Freguesias	4 732 965,65	9,2%	4 817 077,64	12,7%	-84 111,99	-1,7%
Empresas municipais	27 349 538,84	53,2%	20 850 959,24	55,0%	6 498 579,60	31,2%
Outros	15 375 030,85	29,9%	9 528 366,78	25,1%	5 846 664,07	61,4%
Transferências capital	3 924 600,01	7,6%	2 722 407,91	7,2%	1 202 192,10	44,2%
Outros	3 924 600,01	7,6%	2 722 407,91	7,2%	1 202 192,10	44,2%
Total	51 382 135,35	100%	37 918 811,57	100%	13 463 323,78	35,5%

O Município transfere para as Empresas Municipais fluxos financeiros não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios registando-se um aumento de 6,5 milhões de euros face a 2020.

Verifica-se um aumento das transferências para a Domus Social em 3,1 milhões de euros, nomeadamente para o programa Porto Solidário, para a Ágora em 2,3 milhões de euros, para as Águas e Energia do Porto em 1 milhão de euros, para a Porto Vivo, SRU em 535,1 mil euros e para a Porto Ambiente em 505,6 mil euros, e uma redução de 1 milhão de euros para a GO Porto.

Para além das Empresas Municipais foram concedidos subsídios a outras entidades, nomeadamente para a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), no montante de 7 milhões de euros, para cumprimento das obrigações de serviço público

no âmbito do novo modelo de gestão, correspondendo a um acréscimo de 3,6 milhões de euros face a 2020.

As transferências correntes para as Juntas de Freguesia decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências para promover os serviços e ainda dos contratos de colaboração celebrados no âmbito do orçamento colaborativo.

Nas restantes transferências correntes o aumento é justificado, entre outros, para apoios com vista à promoção do comércio e dos serviços; ao setor da cultura noturna da cidade e para participações/quotizações do Município em diversas instituições.

No âmbito das transferências de capital, a variação positiva resulta, essencialmente, das transferências para a Fundação de Serralves em mais 740,9 mil euros no âmbito do protocolo “Coleção Miró” e para o fundo de dinamização do movimento associativo popular em mais 251,3 mil euros comparativamente ao ano anterior.

A análise do quadro transferências por finalidade permite aferir em que áreas o Município está a alocar os apoios concedidos.

Quadro 14 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e subsídios)

Finalidade	2021		2020		Variação 20-21	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	2 453 565,03	20,3%	1 596 068,05	18,3%	857 496,98	53,7%
Ação social	1 907 204,36	15,8%	2 380 674,99	27,4%	-473 470,63	-19,9%
Proteção civil e luta contra incêndios	80 750,00	0,7%	40 750,00	0,5%	40 000,00	98,2%
Apoio na área ambiental	2 014 594,11	16,6%	1 973 747,78	22,7%	40 846,33	2,1%
Outros	5 644 951,67	46,6%	2 706 858,03	31,1%	2 938 093,64	108,5%
Total	12 101 065,17	100,0%	8 698 098,85	100,0%	3 402 966,32	39,1%

No domínio das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar, entre outros, a Associação de Turismo do Porto. Assinalam-se ainda o apoio à Fundação Serralves e ao Teatro do Bolhão e também os efetuados no âmbito de concursos, nomeadamente do Criatório e ao abrigo do programa Porto de Tradição.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), mantém-se o apoio para os Serviços de Assistência Organizações de Maria, para assegurar a gestão do funcionamento diário da rede de restaurantes solidários, que possibilita o acesso a um serviço de refeição diário às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, em geral, e às pessoas em situação de sem abrigo, em particular.

No domínio da proteção civil e luta contra incêndios destaca-se a transferência para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Portuenses e para a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto.

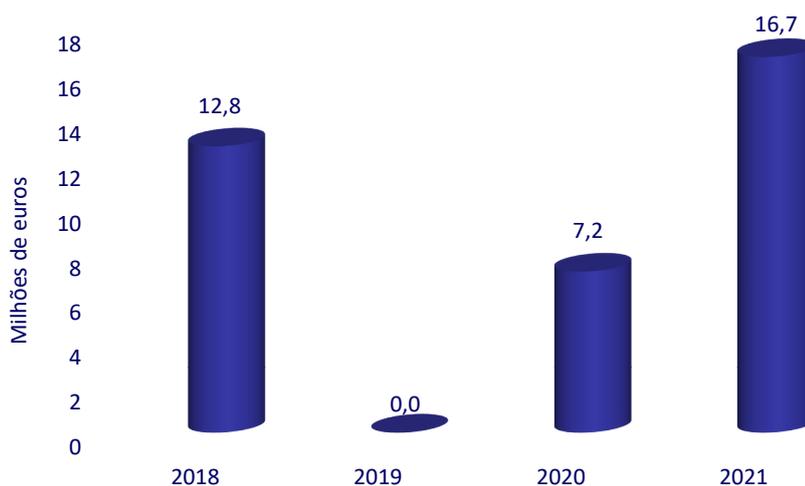
Na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento no âmbito do tratamento dos resíduos.

Em outras finalidades, destacam-se as transferências para a Associação de Comerciantes do Porto para a iniciativa “Iluminações de Natal 2021”; para os agrupamentos escolares e as realizadas no contexto da ação social escolar, para a ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários para apoio à realização da 49ª Edição do Portugal Fashion e para quotas em diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais.

Destacam-se ainda, neste ano, o apoio concedido ao setor da cultura noturna da cidade face à crise vivida derivada da pandemia Covid 19 e para a realização do Festival Womex – The World Music Expo.

A recente evolução do endividamento reflete o esforço do Município para incrementar o investimento, apesar das medidas adotadas para fazer face à grave crise sanitária vivida.

Figura 16 - Evolução Dívida Bancária



Quadro 15 - Dívida bancária

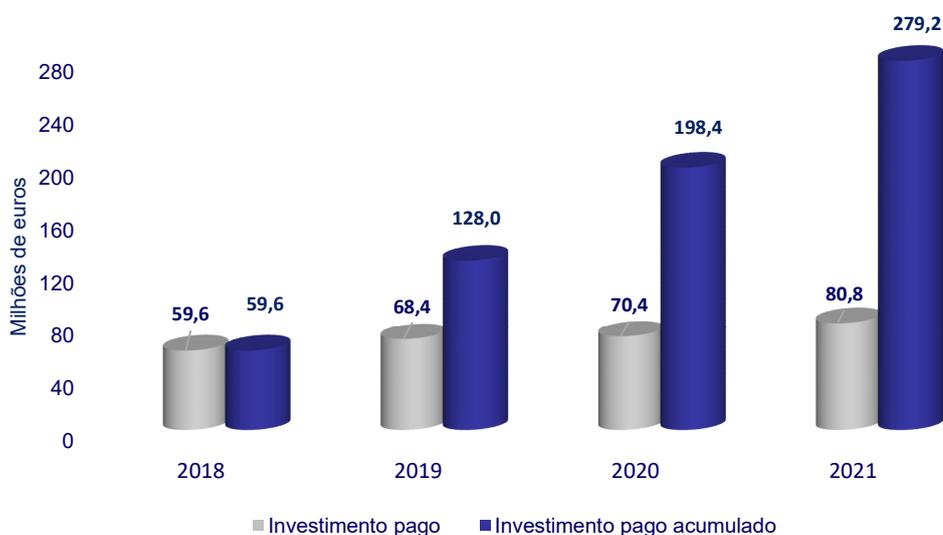
Dívida bancária	Capital em dívida	Capital em dívida	Variação 20-21	
	31/12/2021	31/12/2020	€	%
Médio Longo Prazo	16 746 828,41	7 180 037,21	9 566 791,20	133,2%

Em 2021 o Município procedeu à amortização do valor em dívida em 2020, no montante de 7,2 milhões de euros, e à utilização de 16,7 milhões de euros do empréstimo de médio e longo prazo contratualizado com o BPI, em 2018.

5.2.4 Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

A evolução do investimento entre 2018-2021, continua a registar uma tendência crescente apesar da crise vivida nos anos de 2020/2021.

Figura 17 - Evolução do Investimento pago



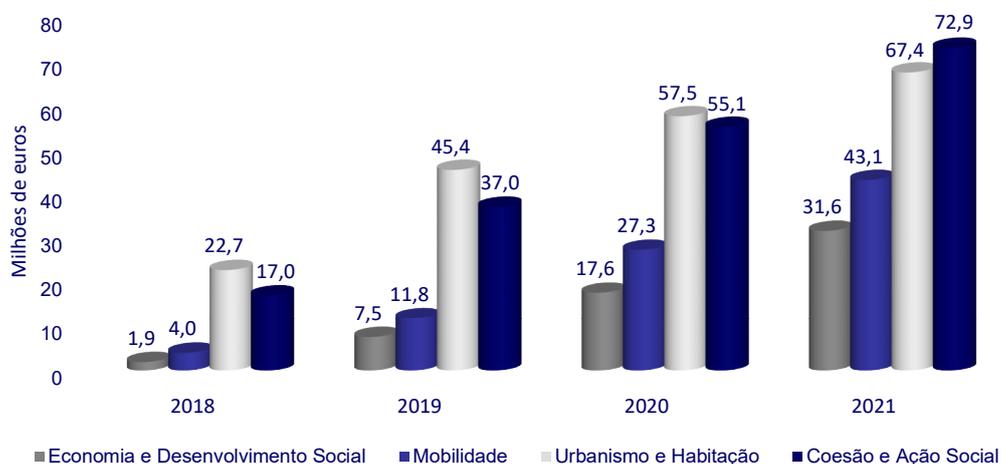
A taxa de crescimento do investimento pago no período de 2018 a 2021 foi de 35,5%.

O investimento na cidade ao longo dos anos reflete a política adotada, em que os crescentes excedentes de tesouraria que o Município foi libertando, fossem alocados, essencialmente, a investimento nas diversas áreas estratégicas.

Esta política nunca colocou em causa o equilíbrio económico-financeiro do Município conforme espelhado nos vários indicadores e nas classificações de rating internacional efetuados ao longo dos anos pela Agência Internacional FitchRatings.

O investimento acumulado pago nos últimos 4 anos com maior expressão nos objetivos estratégicos foram: **Coesão e Ação Social** com 72,9 milhões de euros, **Urbanismo e Habitação** com 67,4 milhões de euros, **Mobilidade** com 43,1 milhões de euros e **Economia e Desenvolvimento Social** com 31,6 milhões de euros.

Figura 18 - Evolução do investimento pago acumulado por objetivos estratégicos



O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital executado pelos serviços do Município do Porto, pela Associação Porto Digital e pelas empresas municipais GO Porto, EM e Domus Social, EM.

De referir que todo o investimento realizado em bens imóveis, quer ao nível da recuperação quer ao nível da construção, pelas Empresas Municipais por delegação do Município e que fazem parte do imobilizado, encontra-se refletido nas contas do Município.

Quadro 16 - Evolução das Despesas de Investimento

Rubricas	2021					2020	20-21	
	CMP	DomusSocial	GO Porto	Associação Porto Digital	Total	Total	Variação	%
	€					€	€	%
Terrenos	1 856 254,03	0,00	0,00	0,00	1 856 254,03	79 000,00	1 777 254,03	2249,7%
Habitação	4 086 699,82	17 810 132,05	0,00	0,00	21 896 831,87	27 346 887,58	-5 450 055,71	-19,9%
Aquisição	4 086 699,82	0,00	0,00	0,00	4 086 699,82	9 590 947,56	-5 504 247,74	-57,4%
Reparação e beneficiação	0,00	17 810 132,05	0,00	0,00	17 810 132,05	17 755 940,02	54 192,03	0,3%
Edifícios	3 128 002,82	4 089 064,34	21 117 520,23	0,00	28 334 587,39	19 008 264,47	9 326 322,92	49,1%
Instalação de serviços	99 697,80	2 579 103,89	244 231,46	0,00	2 923 033,15	3 082 147,56	-159 114,41	-5,2%
Instalações desp. e recreativas	0,00	26 619,38	1 101 296,58	0,00	1 127 915,96	254 169,00	873 746,96	343,8%
Escolas	0,00	1 483 341,07	5 832 546,32	0,00	7 315 887,39	3 365 674,65	3 950 212,74	117,4%
Mercados e instalações sanitárias	3 028 305,02	0,00	13 939 445,87	0,00	16 967 750,89	12 304 153,26	4 663 597,63	37,9%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 120,00	-2 120,00	-100,0%
Construções diversas	1 667 906,73	0,00	17 947 854,39	844 889,90	20 460 651,02	16 075 447,35	4 385 203,67	27,3%
Viadutos/arruamentos	642 909,88	0,00	14 912 756,25	0,00	15 555 666,13	15 046 594,76	509 071,37	3,4%
Parques e jardins	1 024 996,85	0,00	3 035 098,14	0,00	4 060 094,99	744 213,37	3 315 881,62	445,6%
Outros	0,00	0,00	0,00	844 889,90	844 889,90	284 639,22	560 250,68	196,8%
Material de transporte	262 334,69	0,00	0,00	0,00	262 334,69	0,00	262 334,69	
Equipamento Informático	564 209,57	0,00	0,00	0,00	564 209,57	706 956,97	-142 747,40	-20,2%
Software Informático	2 055 736,42	0,00	0,00	0,00	2 055 736,42	1 417 014,31	638 722,11	45,1%
Equipamento administrativo	208 929,25	0,00	0,00	0,00	208 929,25	197 315,76	11 613,49	5,9%
Equipamento básico	2 400 031,82	0,00	0,00	68 331,03	2 468 362,85	2 828 739,11	-360 376,26	-12,7%
Outros investimentos	289 099,96	0,00	2 356 755,98	0,00	2 645 855,94	2 764 147,46	-118 291,52	-4,3%
Total	16 519 205,11	21 899 196,39	41 422 130,60	913 220,93	80 753 753,03	70 423 773,01	10 329 980,02	14,7%

Nota: valores pagos

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 80,8 milhões de euros, que representa um acréscimo de 10,3 milhões de euros face a 2020, sendo a empresa municipal GO Porto, EM, a que mais contribuiu para este aumento representando 51,3% do investimento total.

Na Domus Social, EM, o investimento foi efetuado fundamentalmente no domínio da reparação e beneficiação da habitação municipal de renda apoiada social e, com menor expressão, nas instalações de serviços municipais e nas escolas.

Na GO Porto, EM, os investimentos mais expressivos foram efetuados na melhoria da mobilidade e infraestruturas com 14 milhões de euros, no Programa Mercator com 13,9 milhões de euros e na Educação com 5,8 milhões de euros.

As ações desenvolvidas pelas Empresas Municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas no livro dos documentos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados diretamente pelo Município, que ascendem a 16,5 milhões de euros, destacam-se os investimentos efetuados na aquisição de imóveis no âmbito da liquidação do Fundo Porto D'Ouro e do Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb. Relevam-se ainda as intervenções efetuadas nos parques e

Município do Porto

jardins, as aquisições de equipamento básico e equipamento e software informáticos, bem como os pagamentos efetuados no âmbito do Mercado Temporário do Bolhão, entre outros investimentos.

Face ao valor orçado do Plano Plurianual de Investimentos, a taxa de execução da despesa paga foi de 77,6% e da despesa comprometida de 93,1%.

Quadro 17 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos

Objetivos	Orçado	Compromisso	Pago	Taxa de Execução	
	€ 1	€ 2	€ 3	% 4=3/1	% 5=2/1
Coesão e Ação Social	17 997 257,23	17 877 635,39	17 863 462,81	99,3%	99,3%
Ação e Solidariedade Social	187 125,18	67 503,34	53 330,76	28,5%	36,1%
Parque Habitacional Social	17 810 132,05	17 810 132,05	17 810 132,05	100,0%	100,0%
Economia e Desenvolvimento Social	13 986 135,02	13 963 727,92	13 963 727,92	99,8%	99,8%
Programa Mercator	13 939 445,87	13 939 445,87	13 939 445,87	100,0%	100,0%
Dinamismo Económico	46 689,15	24 282,05	24 282,05	52,0%	52,0%
Inovação	1 077 197,58	930 141,22	895 248,36	83,1%	86,3%
Implementar e divulgar atividades inovadoras	850 389,90	847 743,83	847 743,83	99,7%	99,7%
Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais	226 807,68	82 397,39	47 504,53	20,9%	36,3%
Cultura	3 002 175,98	2 968 681,94	2 782 974,44	92,7%	98,9%
Dinamização da arte, cultura e ciência	3 002 175,98	2 968 681,94	2 782 974,44	92,7%	98,9%
Urbanismo e Habitação	22 671 703,79	22 132 188,16	9 885 907,99	43,6%	97,6%
Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	22 671 703,79	22 132 188,16	9 885 907,99	43,6%	97,6%
Educação	7 498 591,35	7 331 721,74	7 329 231,02	97,7%	97,8%
Promover e fomentar a educação	7 498 591,35	7 331 721,74	7 329 231,02	97,7%	97,8%
Segurança	904 944,42	531 180,72	502 829,30	55,6%	58,7%
Segurança e securitismo dos cidadãos	904 944,42	531 180,72	502 829,30	55,6%	58,7%
Desporto e Animação	1 127 915,96	1 127 915,96	1 127 915,96	100,0%	100,0%
Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade	1 127 915,96	1 127 915,96	1 127 915,96	100,0%	100,0%
Mobilidade	22 806 159,99	17 576 094,66	15 760 572,62	69,1%	77,1%
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	22 806 159,99	17 576 094,66	15 760 572,62	69,1%	77,1%
Ambiente e Qualidade de Vida	6 127 233,63	5 810 627,72	4 772 807,49	77,9%	94,8%
Qualificação dos espaços verdes	3 355 053,22	3 355 053,22	3 344 118,52	99,7%	100,0%
Promoção e sustentabilidade do ambiente	2 763 716,74	2 447 409,87	1 424 904,27	51,6%	88,6%
Bem-estar animal	8 463,67	8 164,63	3 784,70	44,7%	96,5%
Governância da Câmara	6 898 332,82	6 651 101,96	5 869 075,12	85,1%	96,4%
Funcionamento dos serviços	6 898 332,82	6 651 101,96	5 869 075,12	85,1%	96,4%
Total	104 097 647,77	96 901 017,39	80 753 753,03	77,6%	93,1%

O objetivo estratégico **Coesão e Ação Social** corresponde a 22,1% do investimento total, sendo, na sua quase totalidade, afeto ao parque habitacional social com uma execução de 17,8 milhões de euros que, através da empresa municipal Domus Social, EM, contribuiu para a execução das políticas públicas de habitação do município promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a sua coesão social.

Se a este montante se acrescentarem 9 milhões de euros por afetação das rendas à habitação municipal de renda apoiada social aplicados diretamente pela Domus Social, EM, o investimento na Coesão e Ação Social sobe para 26,8 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

O objetivo estratégico **Mobilidade** corresponde a 19,5% do investimento total, tendo sido investidos 15,8 milhões de euros para melhorar os níveis de mobilidade na cidade. A empresa municipal GO Porto, EM, responsável pela quase totalidade deste investimento, em que merecem especial destaque o Projeto Terminal Intermodal de Campanhã, o Programa Rua Direita, as intervenções em infraestruturas viárias com destaque para a Avenida Fernão Magalhães, Rua do Molho e arruamentos do Bº Marechal Gomes da Costa, entre outras.

O investimento direto do Município centrou-se na gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária.

No objetivo estratégico **Economia e Desenvolvimento Social** correspondendo a 17,3% do investimento total, foram investidos 13,9 milhões de euros nas obras no Mercado do Bolhão efetuadas pela empresa municipal GO Porto, E.M.

Para o **Urbanismo e Habitação** correspondendo a 12,2% do investimento total, foram aplicados 9,9 milhões de euros, dos quais 4,3 milhões de euros na aquisição de imóveis no âmbito da liquidação do Fundo Porto D'Ouro, 3 milhões de euros referentes ao Mercado Temporário do Bolhão e 1,4 milhões de euros na aquisição do terreno do campo de futebol da Foz.

Na **Governância da Câmara** com 7,3% do investimento total, os 5,9 milhões de euros destinaram-se ao programa funcionamento dos serviços, dos quais 2,6 milhões correspondem a intervenções efetuadas pela Domus Social, EM no património municipal, 2 milhões de euros em *software* informático e 560,5 mil euros em equipamento informático.

O objetivo estratégico **Educação** corresponde a 9,1% do investimento total, onde foram investidos 7,3 milhões de euros na requalificação e manutenção de escolas através da intervenção das empresas municipais, dos quais 5,8 milhões de euros pela GO Porto, EM, nomeadamente na requalificação da escola Alexandre Herculano, e intervenções nas Escolas Básicas Agra do Amial, Falcão e Correios. Procedeu-se à aquisição de equipamento básico no âmbito da higiene e segurança das cantinas e da gestão e manutenção para as escolas e jardins de infância.

No **Ambiente e Qualidade de Vida** correspondendo a 5,9% do investimento total, foram aplicados 4,8 milhões de euros na qualificação dos espaços verdes, promoção e sustentabilidade do ambiente e bem-estar animal, destacando-se as intervenções

Município do Porto

efetuadas pela empresa municipal GO Porto, EM, no valor de 3 milhões de euros, nomeadamente no Parque da Cidade - remate Poente.

O objetivo estratégico **Cultura** corresponde a 3,4% do investimento total, tendo sido investidos 2,8 milhões de euros, dos quais 2,4 milhões de euros através da empresa municipal GO Porto, EM, na requalificação do Cinema Batalha, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, do Museu CACE, do Ateliê António Carneiro e Memorial do Porto aos Combatentes do Ultramar.

No objetivo estratégico **Desporto e Animação** correspondendo a 1,4% do investimento total, foram investidos 1,1 milhões de euros pela empresa municipal GO Porto, EM, na reabilitação do Campo do Outeiro, em infraestruturas na envolvente do campo de jogos no Parque da Cidade e na ampliação do Skate Parque, entre outros.

No âmbito da **Inovação** correspondendo a 1,1% do investimento total, foram investidos 895,2 mil euros dos quais, 884,9 mil euros realizados pela Associação Porto Digital no âmbito do contrato de mandato Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas Tecnológicas e 47,5 mil euros na aquisição de equipamento e software informáticos para o CGI - Centro de Gestão Integrada.

O objetivo estratégico **Segurança** corresponde a 0,6% do investimento total, com a aplicação de 502,8 mil euros a investimentos para o Batalhão Sapadores Bombeiros, nomeadamente, para a aquisição de veículos ligeiros de combate a incêndios e na aquisição de tendas de campanha no âmbito do Plano de contingência Covid 19 e para a Polícia Municipal.

Quadro 18 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2021		2020	
	€	%	€	%
Empréstimos bancários	16 746 828,40	20,7%	7 180 037,21	10,2%
Transferências de capital	24 365 432,51	30,2%	11 891 491,11	16,9%
- Fundos comunitários	24 365 432,51	30,2%	11 891 491,11	16,9%
Receitas próprias	39 641 492,12	49,1%	51 352 244,69	72,9%
Total	80 753 753,03	100,0%	70 423 773,01	100,0%

As receitas próprias, em 2021, como fonte de financiamento do investimento, registaram um decréscimo de 23,8 p.p, face ao período homólogo, financiando 49,1% do investimento. Os fundos comunitários representam 30,2% do financiamento,

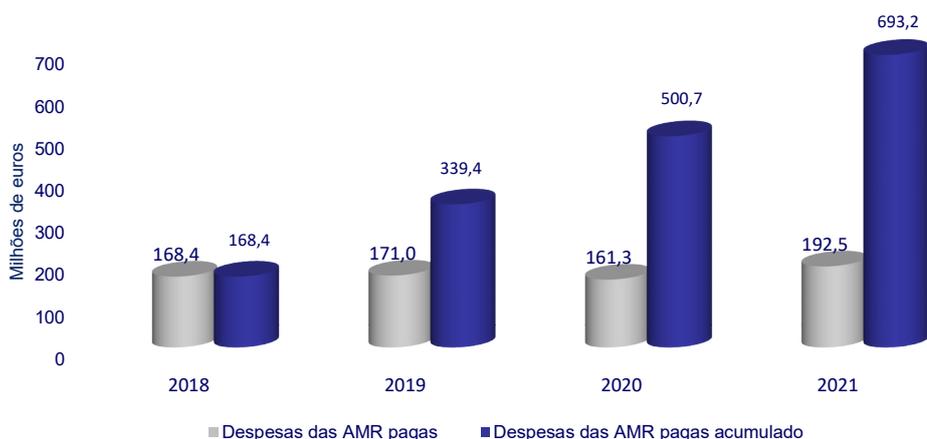
registando um acréscimo de 12,5 milhões de euros e o financiamento bancário 20,7% registando um aumento de 9,6 milhões de euros.

5.2.5 Plano das Atividades mais Relevantes

No Plano das Atividades mais Relevantes (PAR) encontram-se agregadas as despesas correntes e de capital (excluídos os investimentos) e que refletem as atividades desenvolvidas pelas direções municipais espelhadas nos 13 objetivos estratégicos transversais ao município.

A evolução da despesa das AMR, entre 2018-2021, registou uma tendência crescente, interrompida em 2020, face à crise sanitária vivida nos anos de 2020/2021.

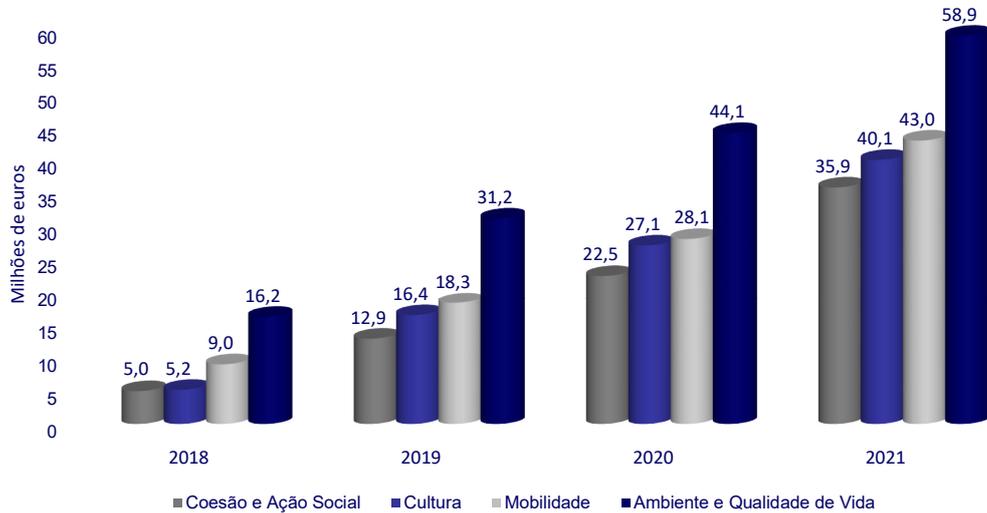
Figura 19 - Evolução das despesas das Atividades mais Relevantes



A taxa de crescimento entre 2018 e 2021 foi de 14,3%. O ano de 2021 regista o valor mais alto dos últimos 4 anos e reflete os vários programas criados como resposta à crise sanitária vivida.

A seguir à Governância da Câmara, os objetivos estratégicos com mais expressão em valor pago nos últimos 4 anos foram: **Ambiente e Qualidade de Vida** com 58,9 milhões de euros, **a Mobilidade** com 43 milhões de euros, **a Cultura** com 40,1 milhões de euros e **a Coesão e Ação Social** com 35,9 milhões de euros.

Figura 20 - Evolução das despesas das AMR pagas acumuladas por relevância dos objetivos estratégicos



A alocação dos dinheiros públicos a estas atividades reflete a política adotada pelo Município com uma presença constante e diferenciadora na Cidade contribuindo para a minimização das dificuldades dos cidadãos e uma melhoria da sua qualidade de vida.

Município do Porto

Quadro 19 - Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos

Objetivos	Orçado	Compromisso	Pago	Taxa de Execução	
	€ 1	€ 2	€ 3	4=3/1 %	5=2/1 %
Coesão e Ação Social	18 453 305,20	16 231 526,77	13 416 551,71	72,7%	88,0%
Ação e Solidariedade Social	18 403 305,20	16 222 513,33	13 407 538,27	72,9%	88,1%
Parque Habitacional Social	50 000,00	9 013,44	9 013,44	18,0%	18,0%
Economia e Desenvolvimento Social	3 806 320,52	2 996 221,75	2 412 448,01	63,4%	78,7%
Programa Mercator	1 218 409,09	668 748,57	655 645,73	53,8%	54,9%
Dinamismo Económico	2 587 911,43	2 327 473,18	1 756 802,28	67,9%	89,9%
Inovação	2 714 740,25	2 489 379,54	1 845 733,77	68,0%	91,7%
Implementar e divulgar atividades inovadoras digitais	1 496 320,87	1 340 669,61	1 032 800,17	69,0%	89,6%
	1 218 419,38	1 148 709,93	812 933,60	66,7%	94,3%
Cultura	15 508 516,90	13 375 999,14	12 961 108,79	83,6%	86,2%
Dinamização da arte, cultura e ciência	15 508 516,90	13 375 999,14	12 961 108,79	83,6%	86,2%
Urbanismo e Habitação	4 982 546,27	3 657 658,42	2 919 576,41	58,6%	73,4%
Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	4 982 546,27	3 657 658,42	2 919 576,41	58,6%	73,4%
Educação	5 541 043,42	4 878 185,77	4 050 359,97	73,1%	88,0%
Promover e fomentar a educação	5 541 043,42	4 878 185,77	4 050 359,97	73,1%	88,0%
Juventude e Novas Gerações	209 641,06	203 094,67	137 176,98	65,4%	96,9%
Apoio e envolvimento da população jovem	209 641,06	203 094,67	137 176,98	65,4%	96,9%
Turismo	3 915 708,79	1 997 491,15	1 971 339,82	50,3%	51,0%
Dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo	3 915 708,79	1 997 491,15	1 971 339,82	50,3%	51,0%
Segurança	5 656 220,99	5 064 590,01	3 897 639,67	68,9%	89,5%
Segurança e securitismo dos cidadãos	5 656 220,99	5 064 590,01	3 897 639,67	68,9%	89,5%
Desporto e Animação	9 425 880,00	7 394 481,61	7 394 480,95	78,4%	78,4%
Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade	9 425 880,00	7 394 481,61	7 394 480,95	78,4%	78,4%
Mobilidade	27 750 100,73	18 566 630,31	14 894 651,58	53,7%	66,9%
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	27 750 100,73	18 566 630,31	14 894 651,58	53,7%	66,9%
Ambiente e Qualidade de Vida	17 478 293,71	16 189 785,31	14 727 685,21	84,3%	92,6%
Qualificação dos espaços verdes	1 799 594,48	1 573 394,73	1 117 314,83	62,1%	87,4%
Promoção e sustentabilidade do ambiente	15 494 150,25	14 458 083,74	13 492 531,09	87,1%	93,3%
Bem-estar animal	184 548,98	158 306,84	117 839,29	63,9%	85,8%
Governância da Câmara	122 656 389,79	116 576 275,91	111 884 813,62	91,2%	95,0%
Funcionamento dos serviços	104 680 228,09	100 176 968,75	95 811 890,72	91,5%	95,7%
Operações Financeiras	7 586 163,21	7 223 079,85	7 222 978,85	95,2%	95,2%
Outros	10 389 998,49	9 176 227,31	8 849 944,05	85,2%	88,3%
Total	238 098 707,63	209 621 320,36	192 513 566,49	80,9%	88,0%

O objetivo **Governância da Câmara** corresponde a 58,1% das atividades mais relevantes, sendo o objetivo com maior peso em termos de execução orçamental com 111,9 milhões de euros. Destaca-se o programa Funcionamento dos Serviços que representa 85,6% neste objetivo, tendo sido afetos 79,6 milhões de euros a despesas com o pessoal. Em operações financeiras, os 7,2 milhões de euros refere-se à amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI e em Outros foram pagas despesas com indemnizações e os subsídios às empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto,EM.

As despesas no âmbito do objetivo estratégico **Mobilidade** correspondem 7,7% das atividades mais relevantes com 14,9 milhões de euros, sendo 7 milhões de euros para as obrigações de serviço público da STCP; 2,9 milhões de euros para a gestão e coordenação do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho do Porto; 909,4 mil euros para a operação e manutenção do

Funicular dos Guindais e do elevador da Lapa, 897,8 mil euros para a promoção de Transporte Público e 966,6 mil euros para a manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade – SGM.

No objetivo estratégico **Ambiente e Qualidade de Vida** correspondendo a 7,7% das atividades mais relevantes foram aplicados 14,7 milhões de euros, com especial relevo para o programa Promoção e sustentabilidade do ambiente, essencialmente por força dos subsídios pagos às empresas municipais Porto Ambiente, EM (7 milhões de euros) e Águas e Energia do Porto, EM (1,1 milhão de euros) no âmbito dos respetivos contratos programa, para a LIPOR e gestão da frota dos veículos do município.

A **Coesão e Ação Social** continuou, em 2021, a ser um dos vetores estratégicos mais importantes reforçando a sua importância atendendo ao contexto vivido por força da pandemia. Corresponde a 7% das atividades mais relevantes, com uma execução de 13,4 milhões de euros e, através do programa Ação e Solidariedade Social foram aplicados mais 3,8 milhões de euros face a 2020. Foram desenvolvidas ações de promoção da saúde, emprego e ajuda aos mais carenciados nomeadamente com o programa Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social (2,9 milhões de euros); apoiaram-se as Freguesias no âmbito da delegação de competências (3,8 milhões de euros) e do orçamento colaborativo (900 mil euros); para o Fundo de dinamização do movimento associativo popular (823,4 mil euros) e para o combate aos efeitos da pandemia COVID-19 (2,2 milhões de euros).

O objetivo estratégico **Cultura** corresponde a 6,7% das atividades mais relevantes, com 13 milhões de euros, registando um crescimento de 2,3 milhões de euros face a 2020. Destacam-se os pagamentos no valor de 9,7 milhões de euros para a empresa municipal Ágora, EM; 1,2 milhões de euros no âmbito do projeto da Fundação de Serralves e de 2 milhões de euros para a promoção cultural da cidade.

O **Desporto e Animação** corresponde a 3,8% das atividades mais relevantes e foram aplicados 7,4 milhões de euros para a realização de diversas atividades na cidade através da empresa Municipal Ágora.

Através do objetivo **Educação** correspondendo a 2,1% das atividades mais relevantes onde foram pagos 4,1 milhões de euros, continuou-se a apostar na melhoria, na expansão e acompanhamento da educação pré-escolar e ensino básico, nomeadamente no desenvolvimento de atividades extracurriculares e na promoção de programas e projetos educativos inovadores, para além dos apoios no âmbito da ação social escolar e da generalização das refeições.

No âmbito da **Segurança** correspondendo a 2% das atividades mais relevantes foram aplicados 3,9 milhões de euros para a segurança dos cidadãos, sendo 3 milhões de euros para os serviços de vigilância e segurança.

Na área do **Urbanismo e Habitação** que corresponde a 1,5% das atividades mais relevantes foram pagos 2,9 milhões de euros, sendo que 1,8 milhões de euros relativos às transferências efetuadas para a empresa municipal Porto Vivo, SRU, EM, SA no âmbito do contrato programa e 545,1 mil euros para desenvolvimento de projetos e estudos urbanísticos.

Para a **Economia e Desenvolvimento Social** que corresponde a 1,3% das atividades mais relevantes, com uma execução de 2,4 milhões de euros, foram apoiados os estabelecimentos de comércio tradicional local; desenvolvidos projetos para apoios à promoção do comércio e serviços, para além das atividades desenvolvidas no âmbito da dinamização económica e atração de investimento e no âmbito do projeto Talento, Emprego e Competências.

No objetivo estratégico **Turismo** que corresponde a 1% das atividades mais relevantes foram executados 2 milhões de euros, sendo 580 mil euros para Apoio ao Setor da Cultura Noturna da Cidade decorrente dos efeitos da pandemia COVID 19; 543,2 mil euros para o Programa Porto com Sentido e 610,5 mil euros para a dinamização da oferta de turismo através da Associação de Turismo do Porto.

No âmbito da **Inovação** que corresponde a 1% das atividades mais relevantes merece destaque o programa Implementar e divulgar atividades inovadoras onde foram pagos 1,8 milhões de euros, e que inclui a execução de contratos celebrados com a Associação Porto Digital, e os projetos Linha Porto. e Inovação do Ambiente.

Para a **Juventude e Novas Gerações** que corresponde a 0,1% das atividades mais relevantes foram aplicados 137,2 mil euros, essencialmente para os projetos Empregabilidade, Emprego e Transição para a Vida Adulta; Plano Municipal de Juventude 4.0 e Participação Cívica, Identidade e Cidadania.

5.2.6 Grandes Opções do Plano

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano teve uma execução de 273,3 milhões de euros, dos quais 80,8 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 192,5 milhões de euros ao Plano das Atividades

mais Relevantes (AMR), verificando-se um aumento de 41,5 milhões de euros face a 2020, ou seja, 17,9%.

Quadro 20 - Execução das Grandes Opções do Plano

Objetivos	2021	2020	Variação	
	€	€	20-21	
Coesão e Ação Social	31 280 014,52	27 640 374,12	3 639 640,40	13,2%
Ação e Solidariedade Social	13 460 869,03	9 851 629,51	3 609 239,52	36,6%
Parque Habitacional Social	17 819 145,49	17 788 744,61	30 400,88	0,2%
Economia e Desenvolvimento Social	16 376 175,93	11 253 254,95	5 122 920,98	45,5%
Programa Mercator	14 595 091,60	10 759 636,41	3 835 455,19	35,6%
Dinamismo Económico	1 781 084,33	493 618,54	1 287 465,79	260,8%
Inovação	2 740 982,13	1 606 023,21	1 134 958,92	70,7%
Implementar e divulgar atividades inovadoras	1 880 544,00	1 486 781,41	393 762,59	26,5%
Fomentar e reforçar a aplic. de sist. plataf. digitais	860 438,13	119 241,80	741 196,33	621,6%
Cultura	15 744 083,23	13 413 733,09	2 330 350,14	17,4%
Dinamização da arte, cultura e ciência	15 744 083,23	13 413 733,09	2 330 350,14	17,4%
Urbanismo e Habitação	12 805 484,40	14 188 651,98	-1 383 167,58	-9,7%
Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	12 805 484,40	14 188 651,98	-1 383 167,58	-9,7%
Educação	11 379 590,99	6 861 028,59	4 518 562,40	65,9%
Promover e fomentar a educação	11 379 590,99	6 861 028,59	4 518 562,40	65,9%
Juventude e Novas Gerações	137 176,98	84 833,55	52 343,43	61,7%
Apoio e envolvimento da população jovem	137 176,98	84 833,55	52 343,43	61,7%
Turismo	1 971 339,82	987 495,79	983 844,03	99,6%
Dinamizar a oferta e consolidar o cresc. do turismo	1 971 339,82	987 495,79	983 844,03	99,6%
Segurança	4 400 468,97	5 080 167,03	-679 698,06	-13,4%
Segurança e securitismo dos cidadãos	4 400 468,97	5 080 167,03	-679 698,06	-13,4%
Desporto e Animação	8 522 396,91	5 800 586,13	2 721 810,78	46,9%
Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade	8 522 396,91	5 800 586,13	2 721 810,78	46,9%
Mobilidade	30 655 224,20	25 250 861,11	5 404 363,09	21,4%
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	30 655 224,20	25 250 861,11	5 404 363,09	21,4%
Ambiente e Qualidade de Vida	19 500 492,70	14 784 720,54	4 715 772,16	31,9%
Qualificação dos espaços verdes	4 461 433,35	1 448 490,40	3 012 942,95	208,0%
Promoção e sustentabilidade do ambiente	14 917 435,36	13 219 428,35	1 698 007,01	12,8%
Bem-estar animal	121 623,99	116 801,79	4 822,20	4,1%
Governância da Câmara	117 753 888,74	104 801 736,97	12 952 151,77	12,4%
Funcionamento dos serviços	101 680 965,84	97 105 207,62	4 575 758,22	4,7%
Operações Financeiras	7 222 978,85	3 120 098,19	4 102 880,66	131,5%
Outros	8 849 944,05	4 576 431,16	4 273 512,89	93,4%
Total	273 267 319,52	231 753 467,06	41 513 852,46	17,9%

5.3 ANÁLISE DA RECEITA

5.3.1. Alterações e revisões orçamentais da receita

A dotação final da receita teve, em termos globais, um acréscimo de 13,7 milhões de euros quando comparado com o orçamento inicial.

Quadro 21 - Alteração e origem da variação da dotação

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final
	€	€
Receitas correntes	206 565 952,00	205 819 150,95
Receitas de capital	121 934 048,00	39 863 996,73
Saldo da gerência anterior		96 513 207,72
Total	328 500 000,00	342 196 355,40

Esta variação resulta da incorporação do saldo de gerência transitado do ano anterior, da redução das receitas de capital em 82,1 milhões de euros, nomeadamente nas receitas previstas no âmbito da comparticipação de candidaturas, em passivos financeiros e na venda de bens de investimento e das receitas correntes em 746,8 mil de euros.

5.3.2. Execução orçamental da receita

Nos últimos 4 anos, a evolução das taxas de execução das receitas liquidadas e cobradas permaneceram acima de 100%, apesar da crise sanitária vivida.

Figura 21 - Taxa de Execução Receita



Em termos globais as receitas cobradas ultrapassaram as previsões corrigidas, em 21,4 milhões de euros, representando uma taxa de execução do orçamento global de 106,3%.

As receitas liquidadas registam uma taxa de execução de 113,3%, sendo superiores em 45,4 milhões de euros às previsões corrigidas.

Quadro 22 - Receita por Classificação Económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada** € (2)	Cobrada € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Impostos diretos	108 457 649,00	136 645 119,82	136 645 119,82	28 187 470,82	126,0%
Taxas, multas e outras penalidades	33 295 894,39	44 250 807,20	27 844 139,98	-5 451 754,41	83,6%
Rendimentos de propriedade	11 438 931,36	11 438 911,36	10 473 998,90	-964 932,46	91,6%
Transferências correntes	37 517 015,06	37 516 895,06	37 514 395,06	-2 620,00	100,0%
Venda de bens e serviços correntes	13 926 768,82	14 756 595,41	7 401 752,87	-6 525 015,95	53,1%
Outras receitas correntes	1 182 892,32	1 182 852,32	656 910,13	-525 982,19	55,5%
Receitas correntes	205 819 150,95	245 791 181,17	220 536 316,76	14 717 165,81	107,2%
Venda de bens de investimento*	6 676 314,56	-1 360 547,29	731 357,83	-5 944 956,73	11,0%
Transferências de capital	16 440 803,77	24 415 233,51	24 415 233,51	7 974 429,74	148,5%
Ativos financeiros	10,00	0,00	0,00	-10,00	0,0%
Passivos financeiros	16 746 838,40	16 746 828,40	16 746 828,40	-10,00	100,0%
Outras receitas de capital	20,00	0,00	0,00	-20,00	0,0%
Receitas de capital	39 863 986,73	39 801 514,62	41 893 419,74	2 029 433,01	105,1%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	10,00	5 492 812,67	4 669 141,44	4 669 131,44	46691414,4%
Saldo da gerência anterior	96 513 207,72	96 513 207,72	96 513 207,72	0,00	100,0%
Total	342 196 355,40	387 598 716,18	363 612 085,66	21 415 730,26	106,3%

* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

** Receita liquidada = (receita por cobrar período anterior + receita liquidada do ano - liquidações anuladas)

O desvio positivo de 21,4 milhões de euros face ao orçamentado resulta, fundamentalmente, do bom desempenho da cobrança dos impostos diretos, com um acréscimo de 28,2 milhões de euros e das transferências de capital em 8 milhões de euros, conjugado com reduções significativas ao nível das taxas multas e outras penalidades, da venda de bens e serviços correntes e da venda de bens de investimento.

As receitas fiscais continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão representando, no final do ano de 2021, 45,2% da receita total.

Os rendimentos de propriedade contemplam, essencialmente, a receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada e a renda do contrato com a EDP.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), Participação Fixa no IRS e a Participação do IVA, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Para a venda de bens e serviços correntes, concorrem os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos trabalhos por conta de particulares e parques de estacionamento e as rendas de edifícios.

A variação das receitas de capital, que ficaram acima do previsto em 2 milhões de euros, resulta do acréscimo das transferências de capital conjugado com o decréscimo da venda de bens de investimento.

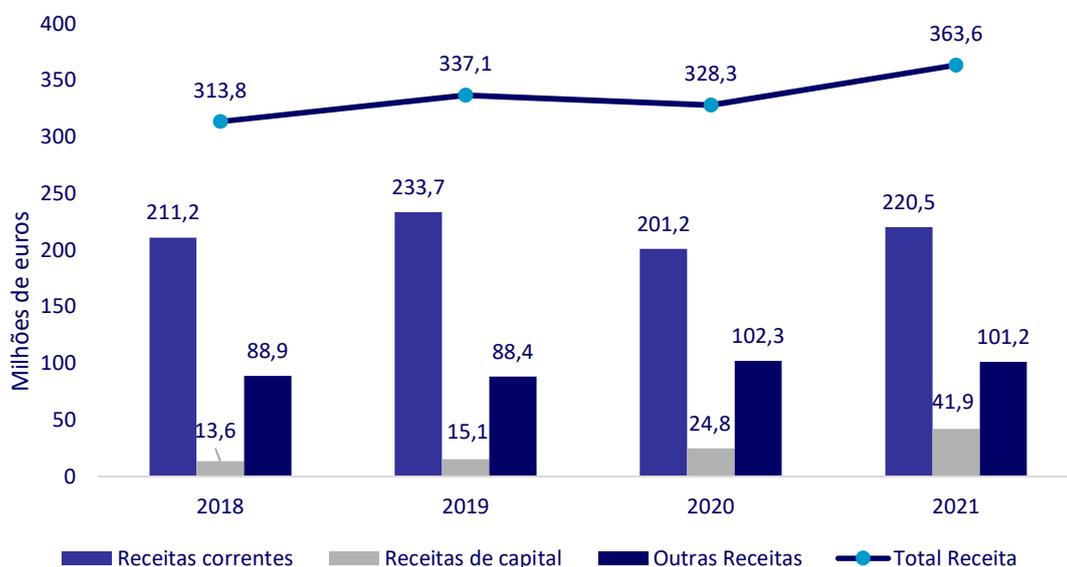
As transferências de capital registam uma variação positiva de 8 milhões de euros, resultante do recebimento das participações dos projetos cofinanciados, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020.

5.3.3. Evolução da receita

5.3.3.1 Receita Global

Nos últimos 4 anos a evolução da receita cobrada teve uma tendência crescente com exceção do ano de 2020 resultante da crise provocada pela situação de saúde pública vivida.

Figura 22 - Evolução da Receita Cobrada



No ano de 2021, a receita cobrada aumenta 35,3 milhões de euros, face ao ano de 2020. Este aumento, verificado em termos globais, decorre do aumento das receitas correntes, essencialmente das receitas fiscais, e das receitas de capital conjugado com uma redução do saldo de gerência de 2020, quando comparado com o do ano anterior.

Quadro 23 - Evolução da Receita Global Cobrada

Designação	2021		2020		Variação	
	€	%	€	%	20-21	
Impostos diretos	136 645 119,82	37,6%	123 562 346,16	37,6%	10,6%	
Taxas, multas e outras penalidades	27 844 139,98	7,7%	25 151 965,39	7,7%	10,7%	
Rendimentos de propriedade	10 473 998,90	2,9%	9 227 655,07	2,8%	13,5%	
Transferências correntes	37 514 395,06	10,3%	35 349 196,01	10,8%	6,1%	
Venda de bens e serviços correntes	7 401 752,87	2,0%	5 425 809,89	1,7%	36,4%	
Outras receitas correntes	656 910,13	0,2%	2 472 805,39	0,8%	-73,4%	
Receitas correntes	220 536 316,76	60,7%	201 189 777,91	61,3%	9,6%	
Venda de bens de investimento	731 357,83	0,2%	5 608 204,16	1,7%	-87,0%	
Transferências de capital	24 415 233,51	6,7%	11 983 713,11	3,7%	103,7%	
Ativos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	
Passivos financeiros	16 746 828,40	4,6%	7 180 037,21	2,2%	133,2%	
Outras receitas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	
Receitas de capital	41 893 419,74	11,5%	24 771 954,48	7,5%	69,1%	
Total das receitas s/ reposições	262 429 736,50	72,2%	225 961 732,39	68,8%	16,1%	
Reposições não abatidas nos pagamentos	4 669 141,44	1,3%	4 530 907,91	1,4%	3,1%	
Total das receitas com reposições	267 098 877,94	73,5%	230 492 640,30	70,2%	15,9%	
Saldo da gerência anterior incorporado	96 513 207,72	26,5%	97 774 034,48	29,8%	-1,3%	
Total	363 612 085,66	100,0%	328 266 674,78	100,0%	10,8%	

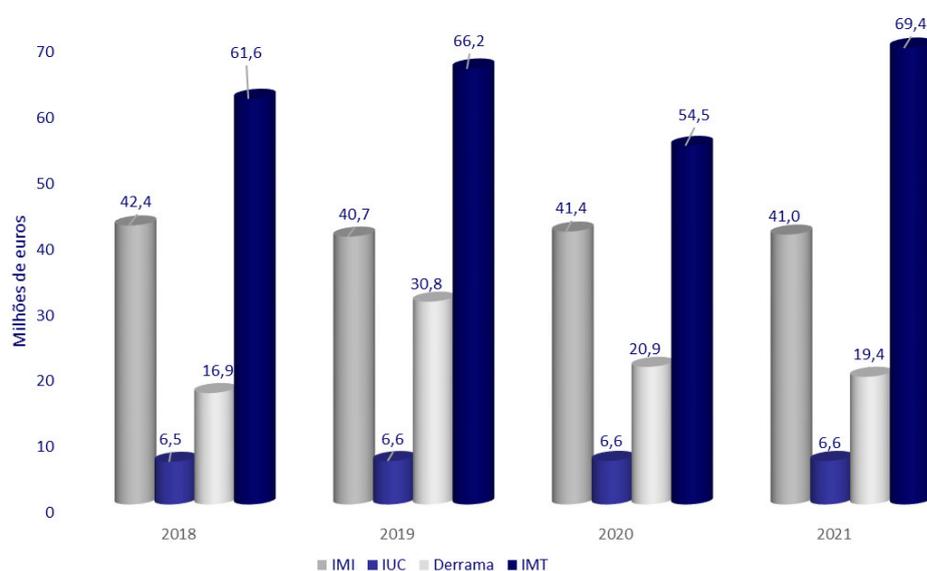
A análise das receitas permite verificar que, neste ano, as receitas correntes aumentaram 19,3 milhões de euros face a 2020. No que respeita às receitas de capital, não incluindo as reposições e o saldo de gerência, há um acréscimo de 17,1 milhões de euros face ao período homólogo.

5.3.3.2 Receita Fiscal

Nos últimos 4 anos a evolução dos impostos diretos cobrados sofreram oscilações com exceção do IMI e IUC. A tendência crescente da cobrança do IMT foi interrompida no ano de 2020, registando em 2021 uma melhoria significativa.

A derrama teve um pico em 2019 face à correção efetuada pela AT, respeitante ao exercício de 2010.

Figura 23 - Evolução Impostos Diretos



As receitas fiscais, englobando os impostos diretos e as taxas, multas e outras penalidades constituem a parcela mais representativa da receita corrente e da receita total com um peso relativo de 74,6% e 45,2% respetivamente.

As receitas fiscais aumentaram, face ao período homólogo, 15,8 milhões de euros, ou seja 10,6%.

Quadro 24 - Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	Orçada €	2021		2020	
		Cobrada €	Taxa de execução	Cobrada €	Varição 20-21
Imp.mun.sobre imóveis (IMI)	40 432 756,00	40 981 752,66	101,4%	41 441 709,86	-1,1%
Imposto único de circulação (IUC)	4 976 471,70	6 609 341,78	132,8%	6 620 170,66	-0,2%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT) / SISA	47 923 341,66	69 391 248,49	144,8%	54 461 954,72	27,4%
Derrama	14 852 214,90	19 389 912,15	130,6%	20 895 619,23	-7,2%
Impostos diretos diversos	272 864,74	272 864,74	100,0%	142 891,69	91,0%
Impostos diretos	108 457 649,00	136 645 119,82	126,0%	123 562 346,16	10,6%
Loteamentos e obras	12 073 786,88	12 956 524,73	107,3%	12 013 557,90	7,8%
Ocupação da via pública	6 111 980,08	3 133 615,17	51,3%	2 256 650,50	38,9%
Taxa Turística	6 123 085,25	4 885 195,50	79,8%	5 465 224,75	-10,6%
Publicidade	1 748 036,92	882 088,60	50,5%	672 351,62	31,2%
Outras	3 688 219,99	2 486 158,75	67,4%	1 684 546,04	47,6%
Multas e outras penalidades	3 550 785,27	3 500 557,23	98,6%	3 059 634,58	14,4%
Taxas, multas e outras penalidades	33 295 894,39	27 844 139,98	83,6%	25 151 965,39	10,7%
Total	141 753 543,39	164 489 259,80	116,0%	148 714 311,55	10,6%

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, que se mantêm como principal receita do município, com um valor arrecadado superior ao orçamentado em 28,2 milhões de euros. Concorrem para este aumento o IMT, Derrama e o IUC, com desvios, face ao valor previsto, de 21,5 milhões de euros, 4,5 milhões de euros e 1,6 milhões de euros respetivamente.

O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) é o imposto com maior peso nos impostos diretos seguindo-se o IMI e a Derrama.

Relativamente ao período homólogo a receita proveniente do IMT regista um aumento de 15 milhões de euros.

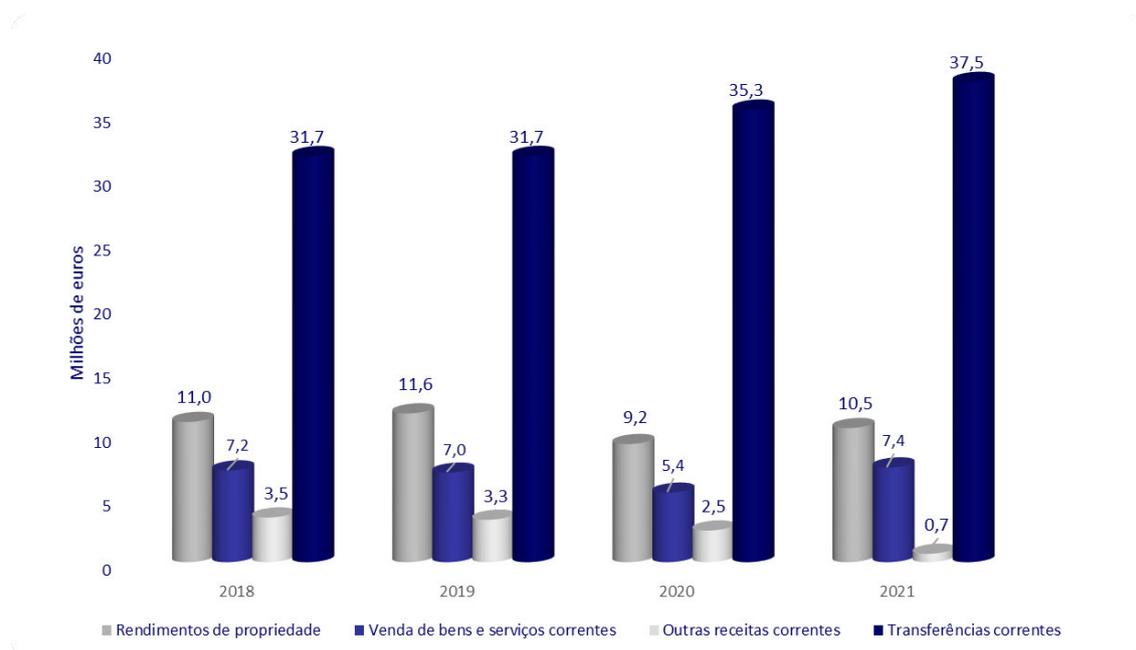
As taxas, multas e outras penalidades, com uma taxa de execução de 83,6%, são influenciados, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com a publicidade, ocupação da via pública e taxa municipal turística, cuja cobrança, no seu conjunto, ficou aquém do orçamentado em 5 milhões de euros. Com exceção da taxa turística, todas as restantes receitas provenientes deste capítulo apresentam um aumento relativamente ao período homólogo.

5.3.3.3 Receita Não Fiscal

5.3.3.3.1 Receita Corrente

Nos últimos 4 anos a evolução da receita corrente não fiscal manteve a tendência, com ligeiro crescimento ao nível das transferências correntes e um decréscimo ao nível das outras receitas correntes.

Figura 24 - Evolução das receitas correntes não fiscais



Os rendimentos de propriedade registam um aumento de 1,2 milhões de euros quando comparado com o ano de 2020 justificado, essencialmente, pela retoma da cobrança de taxas nas zonas de estacionamento de duração limitada.

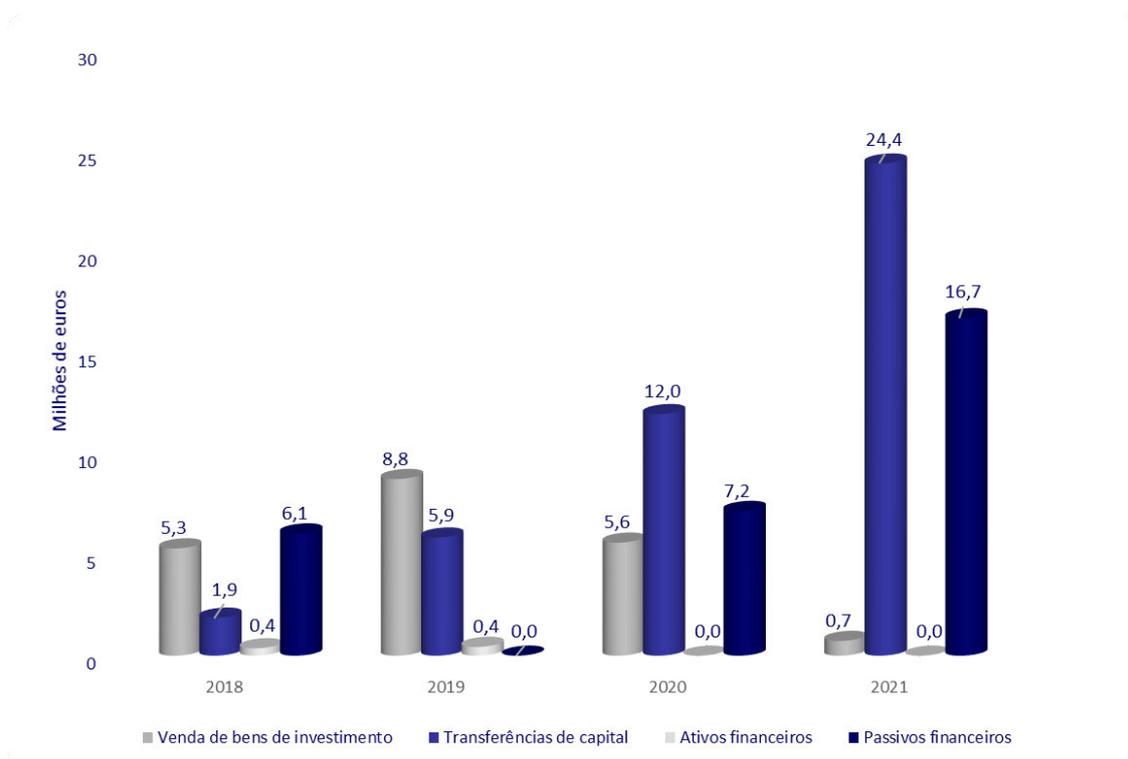
As transferências correntes registam um acréscimo de 2,2 milhões de euros face a 2020 justificado essencialmente pelas transferências do Estado – Participação Fixa de IRS e as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados.

A venda de bens e serviços correntes regista um aumento de 2 milhões de euros face a 2020. Este aumento verifica-se ao nível das rubricas alimentação (escolas), parques de estacionamento e rendas de edifícios.

5.3.3.3.2 Receita Capital

A evolução da receita de capital, nos últimos 4 anos, manteve a tendência crescente nas transferências e o inverso ao nível das vendas de bens de investimento. A variabilidade registada nos passivos financeiros decorre, numa 1ª fase, na amortização integral da dívida bancária em 2019 e numa utilização moderada do financiamento bancário nos anos de 2020 e 2021.

Figura 25 - Evolução das receitas de capital



As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registam um aumento de 69,1% relativamente a 2020, ou seja, mais 17,1 milhões de euros, em resultado do acréscimo das transferências de capital e dos passivos financeiros, conjugados com a diminuição da venda de bens de investimento.

A venda de bens de investimento com um desvio negativo de 4,9 milhões de euros face ao período homólogo, justifica-se pela redução da cobrança registada na rubrica de terrenos.

Nas transferências de capital, são contabilizadas as transferências do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e as receitas provenientes das

comparticipações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos, entre outras transferências. Regista-se um acréscimo de 12,4 milhões de euros face a 2020, justificado pelas transferências provenientes do Portugal 2020.

Em 2021 foi efetuada a utilização de 16,7 milhões de euros do empréstimo de 39 milhões de euros contratualizados em 2018 com o banco BPI, para um financiamento de longo prazo com vista à cobertura de necessidades de investimento, nomeadamente, na reabilitação/restauração de edifícios, em eficiência energética, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o restauro e modernização do Mercado do Bolhão.

5.4 MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 25 - Resumo da conta de gerência

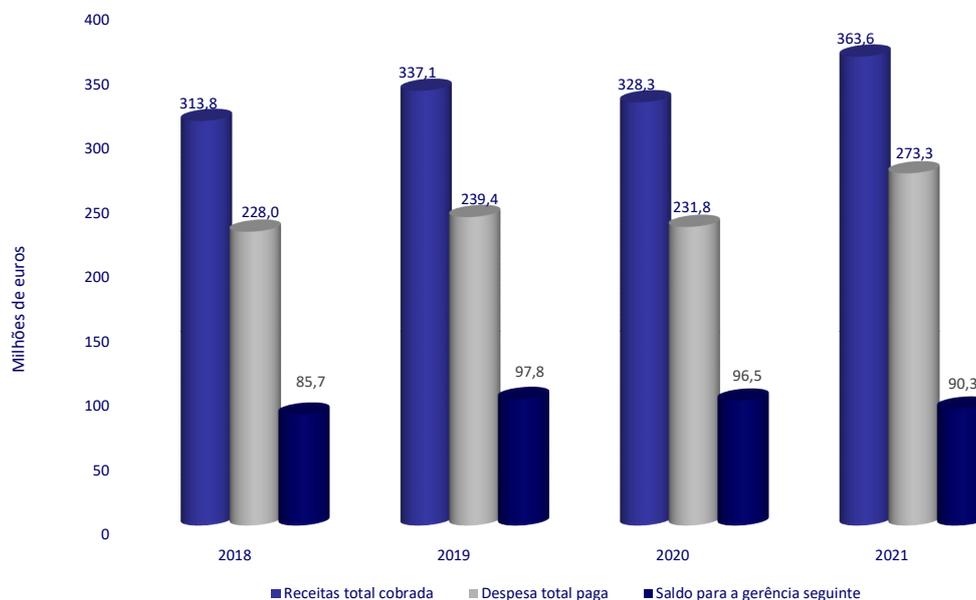
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2020	96 513 207,72	3 048 079,81	99 561 287,53
Receitas arrecadadas	267 098 877,94	2 939 284,09	270 038 162,03
Despesas pagas	273 267 319,52	2 042 830,26	275 310 149,78
Saldo a transitar para 2022	90 344 766,14	3 944 533,64	94 289 299,78

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 94,3 milhões de euros, que se decompõe em 90,3 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 3,9 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com o mapa Demonstração de desempenho orçamental que evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, e com o mapa Operações de tesouraria que evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para

terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, que integram a Prestação de Contas.

Figura 26 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos nos últimos 4 anos permite-nos verificar um abrandamento dos recebimentos e pagamentos em 2020, reflexo da crise sanitária vivida, e uma recuperação significativa em 2021.

6 ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

6.1 ANÁLISE DO BALANÇO

O Município elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial em 2020, implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior (POCAL).

A análise das demonstrações financeiras que a seguir se apresentam têm em consideração os movimentos associados ao ano 2021, decorrentes da aplicação do novo referencial contabilístico desde 2020, conforme detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Quadro 26 - Ativo

Un.: euros

Descrição	2021		2020		Variação 20-21	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Ativos Fixos Tangíveis	1 420 399 775,52	86,2%	1 374 359 492,39	89,6%	46 040 283,13	3,3%
Ativos Intangíveis	2 344 109,26	0,1%	2 328 425,86	0,2%	15 683,40	0,7%
Propriedades de investimento	42 103 784,41	2,6%	41 513 078,37	2,7%	590 706,04	1,4%
Participações financeiras	177 278 521,73	10,8%	109 439 192,13	7,1%	67 839 329,60	62,0%
Outras contas a receber	5 533 141,45	0,3%	5 521 732,49	0,4%	11 408,96	0,2%
Ativo não corrente	1 647 659 332,37	100,0%	1 533 161 921,24	100,0%	114 497 411,13	7,5%
Inventários	418 951,08	0,2%	518 087,91	0,2%	-99 136,83	-19,1%
Ativos Biológicos	246 241,82	0,1%	239 499,99	0,1%	6 741,83	2,8%
Devedores transf.e Subsídios não reembolsáveis	2 500,00	0,0%	4 196,12	0,0%	-1 696,12	-40,4%
Clientes, contribuintes e utentes	10 339 809,48	4,8%	5 045 512,52	2,3%	5 294 296,96	104,9%
Estado e outros entes públicos	22 915,83	0,0%	45 831,65	0,0%	-22 915,82	-50,0%
Outras contas a receber	110 175 383,29	51,0%	111 206 095,34	51,3%	-1 030 712,05	-0,9%
Diferimentos	414 383,15	0,2%	273 240,58	0,1%	141 142,57	51,7%
Caixa e depósitos	94 289 299,78	43,7%	99 561 287,53	45,9%	-5 271 987,75	-5,3%
Ativo Corrente	215 909 484,43	100,0%	216 893 751,64	100,0%	-984 267,21	-0,5%
Total	1 863 568 816,80		1 750 055 672,88		113 513 143,92	6,5%

O acréscimo de 6,5% do ativo resulta do aumento significativo do ativo não corrente, em todas as suas rubricas, em concreto das participações financeiras (67,8 milhões de euros), dos ativos fixos tangíveis (46,0 milhões de euros), das propriedades de investimento (590,7 mil euros), dos ativos intangíveis (15,7 mil euros) e das outras contas a receber (11,4 mil euros), e no ativo corrente, nomeadamente, de clientes, contribuintes e utentes (5,3 milhões de euros), dos diferimentos (141,1 mil euros), e dos ativos biológicos (6,7 mil euros), conjugado com a diminuição das disponibilidades (5,3 milhões de euros), de outras contas a receber (1 milhões de euros), dos inventários (99,1 mil euros), e do estado e outros entes públicos (22,9 mil euros).

No que respeita aos ativos fixos tangíveis o aumento é explicado essencialmente pelo acréscimo dos ativos fixos tangíveis em Curso em 53,3 milhões de euros e pelo aumento na rubrica de terrenos e recursos naturais em 9,2 milhões de euros.

Os ativos fixos tangíveis em curso registam um aumento em resultado das várias empreitadas desenvolvidas pelas empresas municipais, DomusSocial, EM e GO Porto, EM, no âmbito dos contratos de mandato e de gestão de empreendimentos, respetivamente, estabelecidos com o Município. Destacam-se, entre outras, a grande reabilitação das habitações públicas, as intervenções efetuadas na melhoria da

mobilidade e infraestruturas com destaque para a continuação das obras, do Terminal Intermodal de Campanhã, do Programa da Rua Direita bem como, as intervenções em diversos arruamentos e obras complementares de requalificação urbana, nomeadamente, na Avenida Fernão de Magalhães e na Rua do Molhe e arruamentos do Bairro Marechal Gomes da Costa. Destaca-se, ainda, a continuação das obras de restauro e modernização do Mercado do Bolhão e a requalificação e modernização da Escola Secundária Alexandre Herculano, das Escolas Básicas Agra do Amial, Falcão e Correios e a requalificação do Cinema Batalha, da Biblioteca Pública Municipal, do Museu CACE, do Ateliê António Carneiro e do Memorial do Porto aos Combatentes do Ultramar, estes últimos no âmbito da Cultura. No Desporto destaca-se a reabilitação do Campo do Outeiro, do Parque da Cidade e a ampliação do Skate Parque, entre outras.

Para o acréscimo da rubrica de Terrenos e Recursos Naturais contribuiu a aquisição do Campo de Futebol do Foz, a permuta de terrenos da Rua Justino Teixeira e da Rua Estevão da Gama (Unidade de Saúde Familiar de Ramalde) e a incorporação dos terrenos pertencentes ao Fundo de Investimento Porto D'Ouro decorrentes da liquidação desta entidade.

Nas participações financeiras o aumento justifica-se pela transferência de ativos entre entidades públicas no âmbito de transações sem contraprestação suportado pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, com a redação atribuída pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro, que operou a intermunicipalização da Sociedade de Transporte Coletivos do Porto, S.A. (STCP), para os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.

A transmissão da totalidade da ações representativas do capital social da STCP, previsto na alínea a) do n.º1 do artigo 1.º, do Decreto-lei acima referido, concretizou-se no início de 2021.

No artigo 4.º, do mesmo Diploma, é definida a transmissão das ações, pelo valor nominal de €5,00, cabendo ao Município do Porto a proporção de 53,69%, correspondentes a 34.585.011 ações.

O Município determinou o justo valor dos ativos e passivos a incorporar da SCTP à data de 01 de janeiro de 2021, apurando-se o montante de 73,9 milhões de euros.

O Município reconheceu, por isso, nas suas demonstrações financeiras separadas uma participação financeira no montante de 73,9 milhões de euros, por contrapartida do Património Líquido, correspondendo a 53,69% da situação líquida corrigida, dos impactos nos capitais próprios decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º

151/2019, de 11 de outubro, conforme nota 27, folha 49 do Relatório e Contas Consolidado do 1.º semestre de 2021 da STCP.

No ativo corrente houve uma diminuição do valor das disponibilidades no montante de 5,3 milhões de euros.

Nos Inventários a diminuição é justificada, essencialmente, pelas perdas por imparidade.

Em termos globais as dívidas de clientes, contribuintes e utentes aumentam 5,3 milhões de euros, em resultado do aumento da rubrica de contribuintes e utentes. Com a adoção do SNC-AP, a avaliação da recuperabilidade dos saldos a receber deve basear-se em critérios económicos.

O aumento significativo do saldo líquido da rubrica de clientes em 2021 face ao valor registado no final do ano de 2020 está associado ao aumento da receita proveniente Infraestruturas urbanísticas, Licenças de construção e Ocupação de via pública. O tipo de taxas cobradas apresenta normalmente um prazo de pagamentos mais prolongado, sendo que a maior parte das faturas emitidas ainda não se encontravam vencidas.

A componente de Outras contas a receber incluem os devedores por acréscimos (periodização económica) que integram, a estimativa relativa aos impostos e às transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, à Derrama e à participação fixa no IRS e no IVA, que apenas serão recebidos durante o ano 2022, num montante de 104,3 milhões de euros.

A componente não corrente das outras contas a receber inclui adiantamentos a fornecedores de imobilizado respeitante ao registo dos pagamentos efetuados através de depósito à ordem do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, relacionado com duas ações declarativas em processo comum, no âmbito do exercício do direito de preferência.

Quadro 27- Passivo

Un.: euros

Descrição	2021		2020		Variação 20-21	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Provisões	36 365 284,47	35,3%	49 688 411,21	49,4%	-13 323 126,74	-26,8%
Financiamentos obtidos	16 746 828,41	16,3%			16 746 828,41	100,0%
Diferimentos	32 008 550,61	31,1%	36 205 103,14	36,0%	-4 196 552,53	-11,6%
Outras contas a pagar	17 775 728,01	17,3%	14 785 044,85	14,7%	2 990 683,16	20,2%
Passivo não corrente	102 896 391,50	100,0%	100 678 559,20	100,0%	2 217 832,30	2,2%
Credores por transf. e subsídios não reemb. concedidos	23 790,64	0,1%	151 685,73	0,4%	-127 895,09	-84,3%
Fornecedores	576 633,30	1,6%	427 782,81	1,0%	148 850,49	34,8%
Adiantamentos de clientes, contribuintes, utentes	874 206,13	2,4%	2 191 525,50	5,3%	-1 317 319,37	-60,1%
Estado e outros entes públicos	1 614 643,96	4,5%	1 658 263,82	4,0%	-43 619,86	-2,6%
Financiamentos obtidos			7 180 037,21	17,2%	-7 180 037,21	
Fornecedores de investimento	147 323,39	0,4%	410 933,83	1,0%	-263 610,44	-64,1%
Outras contas a pagar	27 312 577,23	75,5%	23 651 358,70	56,7%	3 661 218,53	15,5%
Diferimentos	5 628 484,76	15,6%	6 042 490,04	14,5%	-414 005,28	-6,9%
Passivo Corrente	36 177 659,41	100,0%	41 714 077,64	100,0%	-5 536 418,23	-13,3%
Total	139 074 050,91		142 392 636,84		-3 318 585,93	-2,3%

No passivo a diminuição de 3,3 milhões de euros é explicada pela conjugação do aumento do passivo não corrente (2,2 milhões de euros) e pela diminuição do passivo corrente (5,5 milhões de euros). No passivo não corrente, pelo decréscimo das provisões (13,3 milhões de euros) tendo por base as reversões e utilizações das provisões relacionadas com processos judiciais em litígios, de natureza administrativa e tributária, bem como das provisões associadas a responsabilidades por benefícios pós-emprego, e ainda pelos diferimentos (4,2 milhões de euros), compensado pelo aumento dos financiamentos obtidos (16,7 milhões de euros), na sequência da utilização do empréstimo de médio e longo prazo contratualizado com o BPI, em 2018, e pelas outras contas a pagar (3 milhões de euros).

As outras contas a pagar incluem os adiantamentos por conta de vendas com duração superior a um ano, nomeadamente as operações realizadas pelo Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb (4,7 milhões de euros), e o passivo de 13,0 milhões de euros relativo ao contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Por sua vez, para a diminuição do passivo corrente, contribuiu a rubrica de financiamento obtido, no montante de 7,2 milhões de euros, tendo presente a amortização, em 2021, do montante utilizado até 2020 do contrato de empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o Banco BPI. Foram transferidos os adiantamentos por conta de vendas de curto para médio prazo para os que apresentavam uma duração superior a um ano.

As outras contas a pagar divulgam um acréscimo de 3,7 milhões de euros. Para esta componente concorrem os acréscimos de gastos, que incorporam os gastos a pagar em exercícios futuros, em obediência ao princípio de especialização dos exercícios, nomeadamente o montante estimado relativo às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar, em 2022, no montante 9,4 milhões de euros, bem como o montante de 13,9 milhões de euros associado aos restantes gastos reconhecidos no exercício de 2021 e a liquidar nos anos seguintes. Esta rubrica inclui, também, o saldo das cauções prestadas por entidades terceiras, com destaque para a caução de 1,6 milhões de euros entregue pela Socimave - Sociedade Imobiliária do Ave, Lda., relacionada com um processo de licenciamento de obras de urbanização.

Quadro 28 - Património

Descrição	2021		2020		Variação 20-21	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Património/Capital	1 114 466 897,57	64,6%	1 114 216 897,57	69,3%	250 000,00	0,0%
Reservas	13 819 140,19	0,8%	13 471 207,74	0,8%	347 932,45	2,6%
Resultados Transitados	256 026 700,71	14,8%	248 251 287,47	15,4%	7 775 413,24	3,1%
Outras variações no património líquido	314 021 393,95	18,2%	224 764 994,29	14,0%	89 256 399,66	39,7%
Resultado Líquido do Período	26 160 633,47	1,5%	6 958 648,97	0,4%	19 201 984,50	275,9%
Total do Património Líquido	1 724 494 765,89	100,0%	1 607 663 036,04	100,0%	116 831 729,85	7,3%

Un.: euros

O património líquido apresenta uma variação positiva de 7,3% (116,8 milhões de euros), apresentando todas as rubricas variações positivas.

As reservas e os resultados transitados apresentam um aumento decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior, nos montantes de 347,9 mil euros e de 6,6 milhões de euros, respetivamente.

Os ajustamentos de transição para o novo normativo são ainda responsáveis pela variação positiva ocorrida nas outras variações no património líquido nomeadamente pelo impacto das alterações das vidas úteis dos edifícios e outras construções.

Conforme divulgado no documento de prestação de contas individuais de 2020, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovou, em 16 de fevereiro de 2021, a FAQ. 44 – Atualização da vida útil dos Edifícios e outras construções na transição para o SNC-AP, a qual preconiza um tratamento retrospectivo na alteração das vidas úteis, em contraponto com o critério adotado pelo Município, o qual lhe havia sido corroborado pela CNC antes da divulgação daquela FAQ. O Município entendeu, em 2020, tendo em consideração que o tempo de execução desta reexpressão não seria exequível até à data da elaboração do Relatório de Gestão de 2020, e

considerando o preconizado na IPSAS 33 enquanto quadro referencial subsidiário, atualizar as vidas úteis dos edifícios e outras construções, em 2021, tendo esta revisão causado um impacto positivo de 1,2 milhões de euros.

As variações de património líquido encontram-se influenciadas, principalmente, pela incorporação da transferência de ativos entre entidades públicas no âmbito de transações sem contraprestação suportado pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, com a redação atribuída pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro, que operou a intermunicipalização da Sociedade de Transporte Coletivos do Porto, S.A. (STCP), para os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.

A transmissão da totalidade da ações representativas do capital social da STCP, previsto na alínea a) do n.º1 do artigo 1.º, do Decreto-lei acima referido, concretizou-se no início de 2021.

No artigo 4.º, do mesmo Diploma, é definida a transmissão das ações, pelo valor nominal de € 5,00, cabendo ao Município do Porto a proporção de 53,69%, correspondentes a 34.585.011 ações.

O Município determinou o justo valor dos ativos e passivos a incorporar da SCTP à data de 01 de janeiro de 2021, apurando-se o montante de 73,9 milhões de euros.

Assim, o Município reconheceu nas suas demonstrações financeiras separadas uma participação financeira no montante de (73,9 milhões de euros), por contrapartida do Património líquido, correspondendo a 53,69% da situação líquida corrigida, dos impactos nos capitais próprios decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, conforme nota 27, folha 49 do Relatório e Contas Consolidado do 1.º semestre de 2021 da STCP.

6.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Quadro 29 - Gastos

Descrição	2021		2020		Variação 20-21	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Transferências e subsídios concedidos	48 106 372,59	20,3%	38 951 686,60	17,9%	9 154 685,99	23,5%
CMVMC	574 801,06	0,2%	700 854,75	0,3%	-126 053,69	-18,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	47 728 289,98	20,1%	39 041 786,54	18,0%	8 686 503,44	22,2%
Gastos com Pessoal	79 397 154,00	33,5%	75 313 687,50	34,7%	4 083 466,50	5,4%
Gastos de depreciação e amortização	51 991 811,02	21,9%	51 720 538,40	23,8%	271 272,62	0,5%
Imparidade/perdas	75 338,81	0,0%	58 249,05	0,0%	17 089,76	29,3%
Imparidade de dívidas a receber	1 845 617,07	0,8%			1 845 617,07	
Provisões			6 814 786,67	3,1%	-6 814 786,67	-100,0%
Prestações Sociais	282 596,16	0,1%	1 527 879,02	0,7%	-1 245 282,86	-81,5%
Outros gastos e perdas	6 828 763,08	2,9%	2 924 815,34	1,3%	3 903 947,74	133,5%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	56 871,37	0,0%	226 080,22	0,1%	-169 208,85	-74,8%
Total	236 887 615,14	100,0%	217 280 364,09	100,0%	19 607 251,05	9,0%

A variação positiva de 9,0% verificada nos gastos incorridos pelo Município é influenciada pelos aumentos verificados nas rubricas transferências e subsídios concedidos (9,2 milhões de euros), fornecimentos e serviços externos (8,7 milhões de euros), gastos com o pessoal (4,1 milhões de euros) e dos outros gastos e perdas (3,9 milhões de euros) e ainda pelas imparidades de dívida a receber (1,8 milhões de euros). Embora com menor expressão, contribuíram também para aquela variação os gastos de depreciações e amortizações (271 mil euros) e as imparidades e perdas (17,1 mil euros), conjugado com a diminuição de prestações sociais (1,2 milhões de euros), dos gastos e perdas por juros e outros encargos (169,2 mil euros) e pelo CMVMC (126,1 mil euros).

O acréscimo verificado nas transferências e subsídios concedidos é influenciado pelo aumento dos apoios concedidos às Empresas Municipais e das transferências para as juntas de freguesia, famílias e outros apoios diversos, nomeadamente os apoios à promoção do comércio e dos serviços e ao setor da cultura noturna da cidade, expressando estas, medidas no âmbito da pandemia da COVID-19.

Para o aumento dos fornecimentos e serviços externos destacam-se as rubricas alimentação-refeições confeccionadas, outros trabalhos especializados, conservação de bens, outros serviços e locação de edifícios.

Para o crescimento de gastos com pessoal contribuíram, além do acréscimo de efetivos, que passaram de 3.256 no final de 2020 para 3.363 em 31 de dezembro de 2021, as valorizações remuneratórias decorrentes do SIADAP, num total de 530

trabalhadores, a atualização da base remuneratória da remuneração mínima mensal para a Administração Pública e remunerações base mensal até € 801,91, ao abrigo do Decreto-Lei 10/2021, de 01 de fevereiro, a criação de dois novos subsídios de risco, o subsídio de penosidade e insalubridade e o subsídio de risco COVID, ao abrigo da Lei do Orçamento do Estado para 2021, os outros suplementos e prémios devidos a serviços remunerados da Polícia Municipal, e os encargos com a saúde, resultante do aumento das participações e reembolsos de despesas com a ADSE dos beneficiários.

Outros gastos e perdas estão influenciados pelos reembolsos de operações urbanísticas, indemnizações pagas e correções de exercícios anteriores.

Quadro 30 - Rendimentos

Descrição	2021		2020		Variação 20-21	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Un. euros	%
Impostos, contribuições e taxas	177 274 340,90	67,4%	145 327 623,09	64,8%	31 946 717,81	22,0%
Vendas	11 810,73	0,0%	34 662,37	0,0%	-22 851,64	-65,9%
Prestações de serviços e concessões	12 608 726,97	4,8%	10 504 857,28	4,7%	2 103 869,69	20,0%
Rendimentos imputados de entid. controladas, associadas	2 885 164,71	1,1%	258 747,30	0,1%	2 626 417,41	1015,1%
Transferências e subsídios obtidos	37 493 945,49	14,3%	37 311 083,06	16,6%	182 862,43	0,5%
Imparidade de dívidas a receber			153 571,44		-153 571,44	-100,0%
Provisões	10 618 871,70	4,0%			10 618 871,70	
Aumentos de justo valor	6 741,83	0,0%	53 370,16	0,0%	-46 628,33	-87,4%
Outros rendimentos	22 139 653,17	8,4%	30 524 862,46	13,6%	-8 385 209,29	-27,5%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	8 993,11	0,0%	70 235,90	0,0%	-61 242,79	-87,2%
Total	263 048 248,61	100,0%	224 239 013,06	99,9%	38 809 235,55	17,3%

A variação positiva de 17,3% dos rendimentos obtidos no Município resulta, entre outros, do aumento de impostos, contribuições e taxas (31,9 milhões de euros) das provisões (10,6 milhões de euros), dos rendimentos imputados de entidades controladas e associadas (2,6 milhões de euros) e das prestações de serviços e concessões (2,1 milhões de euros).

As diminuições relacionam-se, essencialmente, com outros rendimentos (8,4 milhões de euros).

Para o aumento dos impostos, contribuições e taxas destaca-se o aumento do IMT do IMI e da Derrama. Os rendimentos de taxas são influenciadas, em grande medida, pelo comportamento dos rendimentos relacionados com Loteamentos e obras, publicidade, ocupação da via pública e taxa municipal turística. Com exceção da taxa turística, todas os restantes rendimentos provenientes desta rubrica apresentam um aumento relativamente ao período homólogo.

Os outros rendimentos incluem os rendimentos associados aos contratos de concessão, nos termos da NCP 4. A variação negativa registada nesta rubrica está relacionada, essencialmente, com a especialização da participação no IVA de 2018/2019 realizada em 2020, e valores do imposto da derrama.

Quadro 31- Indicadores económicos-financeiros

Indicadores	2021	2020
Liquidez		
Liquidez Geral	7,1	6,1
Liquidez Reduzida	7,1	6,1
Liquidez Imediata	3,1	2,8
Rentabilidade		
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios	207,7%	67,5%
Taxa de Margem Bruta	95,4%	93,4%
Rentabilidade do Património Líquido	1,5%	0,4%
Rentabilidade Operacional do Ativo	1,4%	0,4%
Atividade		
Prazo Médio de Recebimentos	95	69
Prazo Médio de Pagamentos (DGAL)	9	10
Estrutura Financeira		
Endividamento		
Passivo / Ativo	7,5%	8,1%
Grau de Autonomia		
Património Líquido / Ativo	92,5%	91,9%
Grau de cobertura dos gastos financeiros		
Resultados Operacionais / Gastos Financeiros	460,8	31,5
Índice de Solvabilidade		
Património Líquido / Passivo	12,4	11,3
Resultados antes de depreciações e gastos financiamento	78,2	58,8

Nota: foram adotados os indicadores económico-financeiros constantes do modelo único de prestação de contas das entidades públicas Unileo

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidência um desempenho financeiro positivo do Município em 2021, destacando-se o grau de autonomia superior a 90%, que continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios.

O índice de liquidez, que traduz a regra de equilíbrio financeiro mínimo, evidencia a robustez financeira de curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo, medida através do índice de solvabilidade, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2020, ao passar de 11,3 para 12,4.

O EBITDA (resultados antes de depreciações e gastos de financiamento) de 2021 é positivo e apresenta um valor de 78,2 milhões de euros, superior em 19,4 milhões de euros relativamente a 2020.

6.3 ENDIVIDAMENTO

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Quadro 32 - Limite da dívida total

Designação	Cobrança 2018	Cobrança 2019	Cobrança 2020	Valor €
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	211 060 457,15	233 464 569,56	201 189 777,91	215 238 268,21
Dívida/Margem				
(1) LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1,5 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				322 857 402,31
(2) DÍVIDA TOTAL Excluindo Não Orçamentais e FAM 01-01-2021 (incluindo Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida)				27 705 430,21
MARGEM ABSOLUTA = (1)-(2)				295 151 972,10
(3) MARGEM UTILIZÁVEL 01-01-2021 (margem absoluta*20%)				59 030 394,42
MUNICÍPIO				
Dívida a instituições de crédito				16 746 828,41
Dívida a Terceiros - Não Corrente**				4 750 436,01
Dívida a Terceiros - Corrente				7 195 203,88
SUBTOTAL				28 692 468,30
ENTIDADES RELEVANTES PARA EFEITOS DE LIMITE DA DÍVIDA TOTAL				
Dívida de entidades relevantes				14 420 727,34
OPERAÇÕES DE TESOURARIA 31.12.2021				
				-3 944 533,64
(4) DÍVIDA TOTAL Excluindo Não Orçamentais e FAM 31-12-2021 (incluindo Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida)				39 168 662,00
MARGEM UTILIZADA 2021 = (4)-(2)				11 463 231,78
(5) = (3)-((4)-(2)) MARGEM DISPONÍVEL				47 567 162,64

* Dados Provisórios à data de 06.04.2022

** Não inclui o valor de 13 milhões de euros referente ao contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as

associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

No início de 2021, o limite à dívida total ascendeu a 322,9 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano (27,7 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 59 milhões de euros, tendo apenas utilizado 11,5 milhões de euros, dando desta forma cumprimento ao disposto na alínea b) do nº 3 do art.º 52 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, aumentou 41,4%, sendo de 39,2 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 28,7 milhões de euros do Município do Porto (dos quais se excluem 3,9 milhões de euros de operações não orçamentais) e 14,4 milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento².

O aumento do endividamento do Município do Porto é justificado pela utilização do empréstimo de médio e longo prazo no montante de 16,7 milhões de euros.

A política financeira do Município continuou a demonstrar um forte controlo do seu endividamento.

6.4 PANDEMIA COVID-19

O ano 2021 ainda está associado à situação de emergência de saúde pública causado pela Pandemia COVID-19.

Apesar das muitas e diferentes medidas extraordinárias de apoio social, económico e cultural lançadas em 2020 e incorporadas e reforçadas em 2021, o Município beneficiou de uma situação financeira equilibrada, alicerçada ao longo dos últimos anos, e enfrentou este desafio com segurança e confiança.

Na 1ª revisão aos documentos previsionais de 2021, o orçamento municipal foi reforçado em 51,7 milhões de euros, mais 15,7%, correspondendo aos aumentos da despesa corrente em 9,7% e das despesas de capital em 24,6%, das quais 20,7 milhões de euros, mais 16,4%, corresponderam a despesas de investimento.

Para além da inscrição de 96,5 milhões de euros relativos à incorporação do saldo de gerência de 2020, procedeu-se também ao ajustamento do orçamento da receita, onde se procurou refletir a continuação do cenário de uma recessão económica e com

² Valores provisórios à data de 06 de abril de 2022, para as entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total

impacto profundo no dia-a-dia das famílias provocado pela situação de emergência de saúde pública causado pela doença COVID-19 e os constrangimentos sociais e económicos daí decorrentes.

No Orçamento da Receita verificou-se a redução dos impostos diretos, nomeadamente do IUC, IMT e Derrama, e da Taxa turística no âmbito das taxas, multas e outras penalidades, em 10,2 milhões de euros, considerando o cenário de abrandamento económico que se perspetivava.

O Município do Porto voltou a adotar medidas extraordinárias de apoio social, económico e cultural, com impacto na receita e na despesa orçamental.

No que concerne à receita municipal, no ano 2021, destacam-se as medidas, adotadas por deliberações do executivo municipal, que visaram apoiar, por via da isenção do pagamento de taxas, os agentes do tecido económico, comercial e empresarial da Cidade, na qualidade de titulares de licenças/autorizações/comunicações relacionadas com a prossecução de atividades económicas no espaço público, bem como os ocupantes em feiras e mercados e os comerciantes arrendatários de prédios municipais. O conjunto destas medidas, que a seguir se elencam, representam um valor de cerca de 1,9 milhões de euros:

- Redução em 100% do valor das rendas devidas pelos titulares de contratos destinados a armazéns e em 50% do valor das rendas devidas pelos comerciantes arrendatários de prédios municipais, aprovada pela Câmara Municipal em 31/09/2020 e 05/04/2021, no valor de 421,3 mil euros, no período compreendido entre 01/01/2021 e 30/09/2021.
- Isenção do pagamento de taxas devidas pelos agentes do tecido económico, comercial e empresarial da Cidade, relativas à ocupação do espaço público com esplanadas, suportes publicitários e exploração de circuitos turísticos, à ocupação em feiras e mercados e à prossecução de atividades económicas, aprovada pela Câmara Municipal em 30/11/2020, no período compreendido entre 01/01/2021 e 31/12/2021, no valor de 804,4 mil euros.
- Isenção do pagamento de taxas devidas pelos agentes do tecido económico, comercial e empresarial da Cidade, relativas a painéis luminosos/não luminosos e a anúncios luminosos/ não luminosos, aprovada pela Câmara Municipal em 19/04/2021, no período compreendido entre 01/05/2021 e 31/12/2021, no valor de 458,3 mil euros.
- Isenção do pagamento de taxas devidas pela emissão dos licenciamentos municipais, no âmbito da instalação e funcionamento dos equipamentos de

diversão e restauração itinerante, às três associações representativas do setor na cidade do Porto, aprovada pela Câmara Municipal em 03/05/2021 e 14/06/2021, no valor de 192,6 mil euros.

No âmbito da despesa, foi efetuado o levantamento exaustivo das necessidades orçamentais de cada Serviço Responsável de acordo com o plano de atividades em execução, tendo-se ajustado as dotações orçamentais ao desenvolvimento das atividades a executar pelos serviços.

No leque das medidas adotadas para a mitigação dos efeitos da pandemia, com um impacto aproximado de 6,5 milhões de euros na despesa, referem-se:

- A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, refeições, bens alimentares, desinfeção, higienização, limpeza e trabalhos especializados, em aquisição de bens e serviços;
- Os subsídios destinados a transferências para as empresas municipais Porto Ambiente, EM e Águas e Energia do Porto, EM, para fazer face ao impacto financeiro da medida excecional de isenção das tarifas de disponibilidade dos serviços de gestão de resíduos urbanos, abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Manutenção até março de 2021 de funcionamento de uma estrutura residencial temporária de retaguarda, na Pousada da Juventude, que permitiu apoiar lares de idosos com surtos ativos, facilitando a separação de casos positivos e negativos;
- Manutenção do Centro de Alojamento de Emergência Covid-19 para dar resposta de forma célere às pessoas em situação de sem abrigo;
- Manutenção do acordo de parceria com a SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria, para a confeção de refeições para os Restaurantes Solidários;
- Microsite de apoio às empresas e aos cidadãos no âmbito Covid-19;
- Manutenção da Linha Revitaliza Porto. até maio de 2021;
- Testes e rastreios;
- Continuidade da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto, concebida para apoiar associações que se confrontavam com graves dificuldades de tesouraria, para solver os compromissos com as despesas correntes, dada a paragem forçada devido à pandemia;

- Apoio financeiro à Cruz Vermelha Portuguesa para garantir o transporte pré hospitalar e inter-hospitalar na cidade do Porto, no contexto do combate à pandemia Covid-19;
- Apoio concedido às centrais de táxis (Raditáxis Cooperativa dos Rádio Táxis do Porto, CRL e a Táxis Invicta, Central Rádio Táxi do Porto, ACE) para o transporte em táxi de e para os centros de vacinação contra a Covid-19;
- Criação de programa de apoio para a conceção de planos de contingência ajustados às características e atividades das IPSS;
- Lançamento do Programa de Incentivos à Atividade Comercial para compensação dos comerciantes por perdas resultantes da pandemia;
- Desenvolvimento, em parceria com a ANJE, do programa ReinventaPorto;
- Programa de Apoio à Economia da Cidade – “Luz para a noite do Porto”.

Quadro 33 - Despesas COVID-19

Despesas COVID-19		€
Despesas com Pessoal		3 650 807,58
Aquisição de bens e serviços:		
Saúde		1 092 267,51
Outros		62 310,57
Apoios Sociais		639 376,42
Apoios a instituições / famílias / Outras		1 018 432,49
Investimentos:		
Saúde		22 282,68
Outros		29 458,98
Total		6 514 936,23

A adoção das diversas medidas, sem colocar em causa a atividade do município, a concretização dos objetivos estratégicos e a sua capacidade de endividamento, só foi possível face à robustez financeira do Município do Porto, fruto de uma gestão sustentável, rigorosa e equilibrada.

6.5 INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

O impacto do conflito armado na Ucrânia na economia e finanças públicas é certo, mas a incerteza em torno da duração do conflito e, por arrasto, das consequências, dificulta, para já, novas estimativas dos economistas para o cenário macroeconómico. É, porém, mundialmente aceite que este conflito tem tudo para ser um evento com um impacto muito significativo na economia.

Toda a economia global sofrerá efeitos colaterais devido ao aumento dos preços da energia e da alimentação aumentando, ainda mais, as pressões inflacionistas que já existiam por causa da retoma pós-pandemia e poderão existir disrupções nas cadeias mundiais de abastecimento.

No Município do Porto, quer a formação de contratos para a aquisição de bens e serviços, quer na execução de contratos que já haviam sido celebrados, já são percecionados os efeitos da rápida e contínua alteração de preços e de quebras nas cadeias de abastecimento.

Sendo admissível um impacto orçamental e financeiro e um eventual condicionamento de algumas atividades municipais, à data em que é apresentado o relatório de prestação de contas de 2021 não é possível antecipar e quantificar aqueles efeitos, embora seja de relevar, para a mitigação dos mesmos, a robustez financeira das contas municipais e a capacidade de endividamento, que se espera não serem comprometidos pela incerteza do efetivo impacto do processo de descentralização de competências do Estado para as Autarquias Locais.

6.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo de vinte e seis milhões cento e sessenta mil seiscentos e trinta e três euros e quarenta e sete cêntimos (€ 26.160.633,47) tenha a seguinte aplicação:

- Um milhão trezentos e oito mil trinta e um euros e sessenta e sete cêntimos (€ 1.308.031,67), correspondentes a 5% do resultado líquido, para Reservas Legais;
- Vinte e quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois mil seiscentos e um euros e oitenta cêntimos (€ 24.852.601,80) para Resultados Transitados.

7. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes municipais na tomada de decisões. Neste âmbito, o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para o Município e utilizadores externos.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais que transcrevemos:

“ No caso de autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir) por cada:

- a) Bem produzido ou serviço prestado;
- b) Função, unidade, departamento ou atividade;
- c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.”

No âmbito da prestação de contas de 2020 o município optou por não apresentar, qualquer informação relacionada com a contabilidade de gestão considerando a IPSAS 33 que estabelece um “período de transição opcional de três anos” na adoção pela primeira vez do normativo.

O sistema atual não permite obter informação completa da contabilidade de gestão, no entanto foi possível trabalhar a informação ao longo do ano 2021 de forma a obter os gastos por centro de responsabilidade, assim como os rendimentos, permitindo assim apresentar os resultados económicos.

7.1 ANÁLISE DE GASTOS POR CENTRO DE RESPONSABILIDADE

A análise de gastos imputados às várias unidades orgânicas, englobam os gastos com os recursos humanos, bens, materiais e serviços, assim como as depreciações dos ativos afetos a cada Centro de Responsabilidade, necessários ao exercício das suas atividades.

Quadro 34 - Gastos por Centro de Responsabilidade

Designação	Un.: euros
	2021
Assembleia Municipal (AM)	213 652,45
Executivo	24 245 174,30
Direção Municipal da Presidência (DMP)	2 931 049,91
Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP)	54 338 750,89
Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH)	8 012 383,89
Departamento Municipal de Gestão Cultural (DMGC)	17 064 797,99
Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental (DMPGA)	4 605 019,22
Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas (DMEVGI)	19 991 205,69
Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT)	38 841 090,57
Direção Municipal do Urbanismo (DMU)	9 507 232,50
Departamento Municipal de Sistemas de Informação (DMSI)	6 321 737,42
Polícia Municipal (PM)	11 773 807,46
Batalhão Sapadores Bombeiros (BSB)	8 234 465,34
Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ)	4 632 946,17
Direção Municipal de Educação (DME)	12 510 779,51
Departamento Municipal de Turismo e Comércio (DMTC)	4 649 846,50
Divisão Municipal da Juventude (DMJ)	290 235,40
Departamento Municipal de Fiscalização (DMF)	2 532 063,24
Departamento Municipal de Coesão Social (DMCS)	5 782 060,06
Departamento Municipal de Proteção de Dados (DMPD)	61 385,09
Departamento Municipal de Economia (DMEc)	1 183 140,09
Direção Municipal de Serviços ao Município (DMSM)	2 734 235,91
Gabinete de Gestão de Fundos Europeus e Instrumentos de Financiamento (GGFEIF)	282 494,78
Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	1 787 337,16
Departamento Municipal para a Descentralização Administrativa (DMDA)	105 632,57
Total por centros de responsabilidade	242 632 524,11

Atendendo à substância dos gastos incorridos, a contabilidade de gestão apresenta uma distribuição por serviços responsáveis diferente da apresentada em termos orçamentais.

7.2 GASTOS AMBIENTAIS

A Norma 27 estabelece para os gastos ambientais no paragrafo 38 — A informação sobre a gestão ambiental deve permitir que se identifique se existe uma política de redução de custos ambientais efetivos para melhorar o desempenho ambiental, procurando -se com esta informação melhorar a imagem da entidade pública que relata, face aos *stakeholders*, tais como clientes, utentes, comunidades locais, empregados, Governo e fornecedores.

Na área ambiental os valores são maioritariamente considerados como investimentos/ativo não sendo refletidos em contabilidade analítica.

Quadro 35 - Gastos Ambientais

Informação Ambiental	Un.:euro	
	Gastos Diretos	Gastos Indiretos
Gastos Ambientais	476 384,10	164 342,71
Total Gastos Ambientais	640 726,81	

No ano de 2021 o Município apresenta em gastos ambientais o valor de 641 mil euros, estando aqui incluídos os gastos para a redução do impacto ambiental.

7.3 ANÁLISE DOS RENDIMENTOS GERAIS

Quadro 36 - Rendimentos Gerais

Un.: euro	
Rendimentos Gerais	2021
Rendimentos Incorporados	239 946 553,41
Impostos e taxas	173 720 235,23
Vendas	11 810,73
Prestações de serviços e concessões	12 608 726,97
Transferências e subsídios obtidos	37 493 945,49
Imparidades reversões	250 898,39
Outros	15 860 936,60
Rendimentos Não Incorporados	28 846 604,17
Impostos e taxas	3 554 105,67
Transferências e subsídios obtidos	0,00
Reversões	14 619 624,11
Outros rendimentos e ganhos	10 399 356,99
Juros e rendimentos similares obtidos	273 517,40
Total Rendimentos Gerais	268 793 157,58

Os rendimentos na contabilidade de gestão estão divididos em rendimentos incorporados e não incorporados. Os rendimentos incorporados representam 89% (240 milhões de euros) face ao total dos rendimentos gerais. Os rendimentos não incorporados incluem os rendimentos extraordinários, como por exemplo, outras correções de exercícios anteriores.

7.4 RESULTADOS ECONÓMICOS

Quadro 37- Resultado líquido do período

	Un.:euro
Rendimentos e Gastos	2021
Rendimentos Incorporado (1)	239 946 553,41
Impostos e taxas	173 720 235,23
Vendas	11 810,73
Prestações de serviços e concessões	12 608 726,97
Transferências e subsídios obtidos	37 493 945,49
Ganhos por aumentos de justo valor	250 898,39
Outros rendimentos	15 860 936,60
Gastos Incorporados (2)	232 103 235,84
Matérias Consumidas	574 801,06
Transferência e Subsídios Concedidos	44 594 108,54
Fornecimentos e Serviços Externos	47 669 294,55
Máquinas e Viaturas	58 995,43
Pessoal	79 403 412,35
Gastos de Depreciações e Amortizações	51 991 811,02
Perdas por imparidade	4 103 355,12
Perdas por redução de justo valor	244 156,56
Provisões do período	1 818 353,17
Juros e gastos similares suportados	56 871,37
Outros gastos e perdas	1 588 076,67
Resultado Bruto do período (3) = (1) - (2)	7 843 317,57
Rendimentos Não Incorporados (4)	28 846 604,17
Impostos e taxas	3 554 105,67
Reversões	14 619 624,11
Outros rendimentos	10 399 356,99
Juros e rendimentos similares obtidos	273 517,40
Gastos Não Incorporados (5)	10 529 288,27
Transferências e subsídios concedidos	3 788 601,86
Outros gastos	6 740 686,41
Resultado Líquido do Período (6) = (3) + (4) - (5)	26 160 633,47

A demonstração de resultados económicos procura apresentar o resultado líquido do período atendendo à classificação dada na contabilidade de gestão aos rendimentos e

gastos, conforme estejamos perante gastos/rendimentos incorporados ou não incorporados.

Estamos perante gastos/rendimentos incorporados quando foi possível a sua associação às atividades, enquanto que os gastos/rendimentos não incorporados, não foram associados diretamente a atividades mas sim a resultados.

Deste modo, o quadro apresentado, mostra o resultado líquido do período a partir dos gastos e rendimentos incorporados e não incorporados do período.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Projeção do PIB Mundial	9
Figura 2 - Estimativa do PIB das maiores economias mundiais (2021).....	9
Figura 3 – Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes	10
Figura 4 - Projeção do PIB na Zona Euro	11
Figura 5 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro .	12
Figura 6 - Projeções do PIB em Portugal	13
Figura 7 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal	14
Figura 8 – Dívida Líquida de curto prazo	16
Figura 9 – Coesão e Ação Social.....	18
Figura 10 – Inovação	34
Figura 11 - Ambiente e Qualidade de Vida	66
Figura 12 - Governância da Câmara.....	75
Figura 13 - Regras orçamentais de equilíbrio	92
Figura 14 - Taxa de Execução Despesa	99
Figura 15 - Evolução da Despesa Paga.....	103
Figura 16 - Evolução Dívida Bancária.....	108
Figura 17 - Evolução do Investimento pago	109
Figura 18 - Evolução do investimento pago acumulado por objetivos estratégicos ...	110
Figura 19 - Evolução das despesas das Atividades mais Relevantes	115
Figura 20 - Evolução das despesas das AMR pagas acumuladas por relevância dos objetivos	116
Figura 21 - Taxa de Execução Receita	122
Figura 22 - Evolução da Receita Cobrada	124
Figura 23 - Evolução Impostos Diretos	126
Figura 24 - Evolução das receitas correntes não fiscais	128
Figura 25 - Evolução das receitas de capital.....	129
Figura 26 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais	131

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Despesa por objetivos.....	17
Quadro 2 - Saldos Orçamentais.....	91
Quadro 3 -Indicadores Receita	93
Quadro 4 - Indicadores Despesa	94
Quadro 5 - Indicadores Equilíbrio Orçamental e Dívida	95
Quadro 6 - Modificações ao orçamento segundo a natureza	96
Quadro 7 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável	98
Quadro 8 - Despesa por classificação económica	100
Quadro 9 - Despesa Paga	101
Quadro 10 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável.....	102
Quadro 11 - Despesa paga.....	104
Quadro 12 - Evolução das despesas com pessoal	105
Quadro 13 - Estrutura das transferências e Subsídios.....	106
Quadro 14 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e subsídios).....	107
Quadro 15 - Dívida bancária.....	109
Quadro 16 - Evolução das Despesas de Investimento.....	111
Quadro 17 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos.....	112
Quadro 18 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto	114
Quadro 19 - Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos..	117
Quadro 20 - Execução das Grandes Opções do Plano.....	120
Quadro 21 - Alteração e origem da variação da dotação	121
Quadro 22 - Receita por Classificação Económica	123
Quadro 23 - Evolução da Receita Global Cobrada	125
Quadro 24 - Evolução da estrutura da receita fiscal.....	127
Quadro 25 - Resumo da conta de gerência	130
Quadro 26 - Ativo.....	132
Quadro 27- Passivo	135
Quadro 28 - Património.....	136
Quadro 29 - Gastos	138
Quadro 30 - Rendimentos.....	139

Quadro 31- Indicadores económicos-financeiros	140
Quadro 32 - Limite da dívida total	142
Quadro 33 - Despesas COVID-19.....	146
Quadro 34 - Gastos por Centro de Responsabilidade.....	149
Quadro 35 - Gastos Ambientais	150
Quadro 36 - Rendimentos Gerais	150
Quadro 37- Resultado líquido do período	151

ACRÓNIMOS

ACE – Agrupamento Complementar de Empresas
ADADA – Associação de Desporto Adaptado do Porto
AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local
ÁGORA – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.
AIIA – Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa
AIPD – Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados
AMA – Agência para a Modernização Administrativa
ANF – Água Não Faturada
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo
ARU – Áreas de Reabilitação Urbana
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local
BI – Business Intelligence
BSB – Batalhão de Sapadores de Bombeiros
CAAQ – Corredor de Autocarros de Alta Qualidade
CCP – Código dos Contratos Públicos
CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CCTV – Closed Circuit Television
CdP – Cidade das Profissões
CED – Capturar-Esterilizar-Devolver
CHPPM – Centro Histórico do Porto Património Mundial
CIS Porto – Centro de Inovação Social do Porto
C- ITS – Cooperative Intelligent Transport Systems and Services
CMP – Câmara Municipal do Porto
CO2 – Dióxido de Carbono

COVID-19 – coronavirus disease – Doença do Corona Vírus (19 - Ano em que a doença foi identificada)

CROA – Centro de Recolha Oficial de Animais

CRL – Cooperativa de Responsabilidade Limitada

CRM – Customer Relationship Management

CRUARB – CH - Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo/Centro Histórico

DDD – Dias da Dança

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DMCS – Departamento Municipal de Coesão Social

DMDA – Departamento Municipal de Descentralização Administrativa

DMGU – Departamento Municipal de Gestão Urbanística

DMJ – Divisão Municipal da Juventude

DMMT – Direção Municipal de Mobilidade e Transportes

DMPD – Departamento Municipal de Proteção de Dados

EB – Escola Básica

ELH – Estratégia Local de Habitação

EM – Empresa Municipal

ERP – Enterprise Resource Planning

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

FDZHP – Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

FMI – Fundo Monetário Internacional

GO Porto – Gestão e Obras do Porto, E.M.

GOP – Grandes Opções do Plano

H2020 – Horizonte 2020

ICBAS – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

ICETA – Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da Universidade do Porto

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais

IHPC – Índice Harmonizado de Preços do Consumidor

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Infraestruturas de Portugal

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCMA – Ligação a Central de Receção e Monotorização de Alarmes
LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
MIAGC – Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos
MMTIS – Multimodal Travel Information Services
MTB – Mercado Temporário do Bolhão
NCP – Norma de Contabilidade Pública
NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação
NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
OBUs – On-Board Unit
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
ORU – Operação de Reabilitação Urbana
PAR – Plano das Atividades Mais Relevantes
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PDCT – Pactos para O desenvolvimento e Coesão Territorial
PDM – Plano Diretor Municipal
PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PIB – Produto Interno Bruto
PMP – Policia Municipal do Porto
POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PO NORTE 2020 – Programa Operacional Regional do Norte
PORTO VIVO, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A
POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade Eficiência no Uso dos Recursos
PPI – Plano Plurianual de Investimentos
PSA – Plano de Segurança da Água
RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
RIIMMP – Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto
RM – Ronda Móvel
RSUs – Road-Side Unit
SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria
SCAA – Sistema de Controlo de Acessos Automáticos
SCMP – Santa Casa da Misericórdia do Porto
SD – Sinalização Dinâmica
SEDAL – Secretaria de Estado da Descentralização e Administração Local
SEI – Sociedade, Escola e Investigação
SGMAI – Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

SGMCMP – Sistema de Gestão de Mobilidade da Câmara Municipal do Porto
SLAT – Sinalização Luminosa Automática de Trânsito
SMMI – Serviço de Mediação Municipal Intercultural
SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
SVT – Sistema de Videovigilância de Tráfego
TMP – Teatro Municipal do Porto
UI – Unidade de Intervenção
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
USP – Unidade de Saúde Pública
VCI – Via de Cintura Interna
VOIP – Voice Over Internet Protocol

Porto.